



JOÃO MARTINS PEREIRA  
**NO REINO DOS  
FALSOS AVESTRUZES**  
UM OLHAR SOBRE A POLITICA



A REGRA DO JOGO





**NO REINO DOS FALSOS  
AVESTRUZES**

**UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA**



**MATERIAIS N.º 5**

**Título: No Reino dos Falsos Avestruzes**

**Autor: João Martins Pereira**

**Capa: João B.**

**© João Martins Pereira, A Regra do Jogo, Edições, Lda.**

**Rua Luz Soriano, 19 s/l. Esq.**

**Tel. 3601 13 - 1200 Lisboa**

JOÃO MARTINS PEREIRA

**NO REINO DOS FALSOS  
AVESTRUZES**

**UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA**

A REGRA DO JOGO

1983



## PREFÁCIO

*O que vos proponho é como que um longo artigo de jornal, e nesse espírito deve ser lido. Escrito apressadamente, sob um impulso em que se misturaram a revolta e a necessidade, não se espere uma análise rigorosa, nem finuras de estilo. Por razões que não vêm ao caso, estive quase silencioso durante seis anos, com o efêmero parêntesis de um abortado mensário que não chegou para fazer o gosto ao dedo. Assim fui aguentando, frustrado como toda a gente, aguardando melhores dias — e vivendo, o que já não é pouco. Até que, um belo dia, aí por Março de 1982, não pude reprimir a antiga febre de intervir, e escrevi um artigo de uma penada. O problema em causa: o aborto. A sucessiva recusa que opuseram à publicação de tal texto os dois principais semanários portugueses (o «Expresso» e «O Jornal») restituiu-me a vontade de dizer o que vinha calando — a mim próprio — sobre este pântano político e cultural em que nos vamos atolando, e de cujos limites à expressão individual enfim me dava conta. Vontade de dizer tudo o que me viesse à cabeça, libertar-me ao menos da culpa de não o ter dito. Claro que isto era (é) muito mais importante para mim mesmo do*

*que para qualquer dos eventuais leitores. Não espero por isso elogios, sequer contemplações, a esta enxurrada de ideias que mal fui tentando articular à medida que ia escrevendo. Escrevi com o que «tinha cá dentro», utilizando o que «tinha à mão», em certos casos citando de memória. Páginas houve em que aproveitei material colhido na imprensa do próprio dia. Tudo se passa um pouco como se tivesse re-inventado a posteriori vários artigos que poderia ter escrito, e porventura visto recusados. Daí que a lógica interna do livro possa nem sempre ser evidente, supondo (e suponho) que tem alguma: o que queria dizer, tinha de o dizer, viesse muito ou pouco a propósito. Desejaria com isso ao menos provocar nos leitores uma revolta contra mim-próprio à medida da que me acicatou. Só terei omitido o que, na vertigem da escrita, se me não apresentou à memória — forma legítima e significativa de selecção, não fora o curto tempo disponível. Não curei de tabus, ideias ou pessoas; tentei não baixar os olhos perante intocáveis. Mas cuidei de graduar, quanto a serenidade me permitia, as críticas ou simples ironias — julgando com isso denunciar o que respeito e o que desprezo. Pois de algo se tem de re-partir — e é isso que em boa medida está em causa. Não me sinto possuído de pessimismos fáceis, pois é noutro plano que me coloco. Disse alguém há tempos — e nem será nada de novo — que 1820 terá sido o primeiro passo do republicanismo, triunfante 90 anos mais tarde. Será pessimismo admitir que 1974 terá sido o primeiro passo do socialismo? Chega para me manter vivo — nem que não volte a escrever uma linha. Como também vai chegando para fornecer assunto aos atemorizados analistas de Direita, que se esfalfam a*

*combater contra o que dizem não existir — a Esquerda —.*

*Como tinha, de algum modo, de organizar os textos para publicação, dividi-os em três partes. Numa primeira, a mais extensa, ocupo-me, no essencial, da Direita. Mais precisamente, partindo de uma proposta de Eduardo Lourenço que me parece discutível, procuro desmontar a «mitologia democrática» em que a elite política tem vindo a assentar a sua estratégia de sobrevivência. Com isso não pretendo mais do que demonstrar a fragilidade do poder político e desfazer certas tentações a que uma esquerda ávida de intervenção tem sido sensível. Numa segunda parte, lanço algumas desgarradas pedras para a construção de uma «ideia de Esquerda» que, independentemente das organizações partidárias existentes, possa vir a contribuir para uma paciente acção cultural e política visando uma sociedade que ainda mal se configura. Incluo nesse conjunto de textos um artigo já publicado, que me pareceu inserir-se com alguma lógica nas preocupações subjacentes a este capítulo, sintetizando-as. Por fim, junto numa terceira parte três textos escritos ao longo dos últimos anos, dos quais apenas um publicado. Trata-se de textos conjunturais, a propósito de acontecimentos pontuais, que se me afiguram úteis e «actuais» por razões que indico nos comentários que agora lhes agrego.*

*Nada mais tenho a acrescentar. A não ser talvez isto: julgo que alguém irá detectar neste livro um sem número de ajustes de contas — e com isso «lavar daí as suas mãos». É claro que haverá nisso alguma razão, certo como é que começo por ajustar algumas contas comigo próprio. Julgo mesmo conveniente acentuar que, por muito que pareça estar a falar de outros, são inúmeras as*

*vezes que me auto-retratei sem excessiva piedade. Até por isso, estou longe de lavar as minhas próprias mãos na parte que me diga respeito — e cada um ajuizará como entender. Mas sendo assim, autorizo-me a ver num abusivo «lavar de mãos» de quem tenha sérias culpas no cartório uma mera confirmação das hipóteses que levanto ou das «explicações» que proponho. É claro que, nestas coisas, como no título da peça famosa, «para cada um sua verdade». Mas da minha verdade — só a mim cabe decidir.*

*Ultima nota: este original foi entregue em fins de Dezembro de 1982, quando se multiplicavam as idas-e-vindas para encontrar um novo primeiro-ministro. Resolvi não lhe alterar uma linha, pois esse episódio em nada implica com o que pretendi dizer. Se é que o não confirma.*

*Dezembro de 1982*

*«Eu vim de longe  
de muito longe  
o que eu andei para aqui chegar»*

J. M. Branco

*«Hoje é o primeiro dia  
do resto da tua vida»*

Sérgio Godinho





# **O PÂNTANO DEMOCRÁTICO**



## **PRE-TEXTO — UMA SOCIEDADE DOENTE?**

Aflige-me ver a sociedade portuguesa estirada no divã.

Admito que o defeito seja meu, já que sempre resisti a essa postura e a não desejei nem ao meu pior inimigo. Talvez que, por ser dela uma ínfima partícula, eu me recuse inconscientemente a que, ao desvendar os seus traumas, recalcamientos e complexos vários, a dita sociedade venha de algum modo a revelar a parte que neles possa ser imputável aos Édipos sucessivos que, até ao meu próprio, me terão vindo a constituir em cidadão ancestralmente responsável pela crítica situação a que chegámos. Tanto mais que, no que me toca, consegui — melhor ou pior — ultrapassar até hoje as minhas «dificuldades» sem descer às profundezas da primeira infância, com resultados afinal satisfatórios e bem menor desembolso (o que também conta, nos tempos que vão correndo...). Isto para dizer que, ainda que eu pensasse — e não penso — que a «sociedade portuguesa» deva ser assimilada a um indivíduo com problemas psíquicos, me não pareceria indispensável como terapêutica o desnudamento do que irá ou não irá pelo seu «inconsciente colectivo».

Reconheço que não é de hoje, mas de muito antes que a sociologia tenha laboriosamente adquirido o seu estatuto actual, a tentação de aplicar ao «conhecimento das sociedades» conceitos e teorias provenientes de disciplinas de diferente objecto científico. Para não recuar mais, sabe-se a influência que exerceu na «filosofia das Luzes» a então jovem mecânica newtoniana, ponto culminante das

novas concepções sobre o Universo (vindas de Copérnico, Galileu, Kepler). O darwinismo não esteve alheio à fundamentação dos materialismos sociais, a começar pelo marxista. E Augusto Comte, o «pai» da sociologia, chamou-lhe então *física social*, e teorizou-lhe por analogia a «estática» e a «dinâmica», traduzidas em termos de ordem e progresso (ainda hoje presentes, por influência dos militares republicanos positivistas de 89, na bandeira brasileira). Enfim, já nos nossos dias, poucos talvez conhecerão a decisiva influência na formulação da teoria dos sistemas (com aplicações desde a cibernética à sociologia) de pesquisas relativas aos «sistemas abertos» na área da biologia, aliás elas próprias fortemente tributárias de leis fundamentais da termodinâmica e utilizando abundantemente conceitos como o de entropia. Dentro dessa linha, também o químico-matemático Prigogine é hoje um dos mais originais teorizadores dos sistemas sociais. Numa outra perspectiva, a da analogia das sociedades animais e humanas, nasceu e parece que vai prosperando uma mais que duvidosa biosociologia.

Não é pois surpreendente que esse ambicioso instrumento de «penetração no inconsciente» que é a psicanálise, com um corpo teórico, metodologia e linguagem muito próprios — talvez o domínio, a par do marxismo, em que ciência (espírito científico) e fé mais têm andado imbricados (1), gerando ortodoxias e heterodoxias sucessivas, envolvidas em autênticas guerras santas —, não surpreende, dizíamos, que a psicanálise tenha suscitado acalorados debates quanto à sua aplicabilidade à psicologia social e à sociologia, inspirados de resto por textos do próprio Freud, debates que prosseguem ainda hoje. Isto é tanto mais natural quanto a questão edipiana se situa no âmbito familiar (relação com o Pai, relação com a Mãe) e a família é, indiscutivelmente ainda, nas sociedades ocidentais, um elemento central de socialização/ aculturação do indivíduo, e portanto um autêntico ponto de encontro entre a psicologia e a sociologia. Para além disso, são obviamente aliciantes certas analogias, de que é típico exemplo a que se pode estabelecer entre indivíduo/ Pai e Sociedade/ Poder (Autoridade).

Vêm estas considerações a propósito do facto de que o mais brilhante livro sobre a sociedade portuguesa publicado nos últimos anos («O Labirinto da Saudade» de Eduardo Lourenço) justamente

sustenta no essencial a necessidade de uma psicanálise da sociedade e do destino portugueses. Abordagem intelectualmente saborosa, se não mesmo fascinante, julgo que *não pode* responder aos desígnios do Autor que se fundam na dramática hipótese de que não podemos saber o que «somos» sem *primeiro* saber o que «fomos», ou por outras palavras, que o nosso mal tem sido o de nos preocuparmos mais com o «viver» do que com o «compreender». E por «compreender» entende-se trazer ao nível da consciência os «conflitos» que jazem recalçados no «nosso inconsciente colectivo».

A simples transposição desta hipótese para o campo do individual, obviamente legítima dado o método analógico, nos dá a medida do seu absurdo. Mais precisamente, e no limite, trata-se de admitir que cada um de nós *não deveria* agir, decidir, amar, e muito menos fazer um projecto ou formular aspirações, em resumo, viver, sem primeiro *se compreender* — leia-se, se submeter a uma psicanálise. Ou pelo menos, limado o exagero, que cada um de nós faria bem melhor (*viveria* melhor) se assim procedesse. Ora sucede que, em Portugal como noutra qualquer país, cada um vive em função dos *dados* de que dispõe, uns representando condições objectivas (em particular as de ordem económica e social), outros constituindo a sua apreensão, mais ou menos «racionalizada» mas sempre limitada e muito dependente dos primeiros, de si-próprio e do mundo que o rodeia. O que diferencia o «viver» de um camponês dos confins de Trás-os-Montes do de um dinâmico tecnocrata alemão não é, a meu ver, o distinto conhecimento que cada um terá dos seus traumas de infância e dos da sociedade em que vive — coisa que porventura ambos sobranceiramente ignoram. O nível educacional de cada um deles e as diferentes condições materiais em que um e outro nasceram e vivem serão, *entre muitos outros*, factores bem mais importantes a determinar os seus «comportamentos». Se não faço o paralelo entre as respectivas sociedades (portuguesa e alemã) é porque justamente me recuso a tratar uma sociedade, em termos globais, como uma entidade «personalizável», como um qualquer sujeito de qualquer acção. As sociedades existem como formas organizadas de «viver colectivo» mas os seus percursos históricos são apenas *resultantes* (como num paralelogramo de forças) das múltiplas interações e relações de dominação/

/submissão entre os seus componentes — indivíduos e grupos sociais *relativamente homogêneos* — e entre estes e o «exterior». É talvez esta a razão principal por que rejeito a ideia de «psicanalisar uma sociedade», como a de a submeter a qualquer outra espécie de abordagem que a institua como *sujeito activo*. Mas ainda que abdiquemos por um momento desta questão de princípio, põe-se o problema de saber por que se considera «Portugal uma mina para Freud», por que se afirma que «nada falta no cenário (português) para que o símile da cura psicanalítica se justifique». A resposta está aparentemente no facto de se atribuir o atraso económico e cultural de Portugal a bloqueamentos ao nível da psique colectiva, que «nos» impedem de *reconhecer* as «nossas» próprias virtualidades, incapazes que somos de mergulhar nas raízes históricas que nos ajudariam a compreender o nosso particular «destino», para o assumir e tomar em mãos, enfim «identificados» como projecto e como Nação. Será por simples acaso estatístico que «saímos assim» e que outros mais afortunados se puderam desenvolver sem complexos ou inibições de maior, seguros de si e dos seus destinos nacionais? Mais concretamente, o declínio, desde o princípio do século, da hegemonia inglesa no mundo decorrerá de uma progressiva incapacidade de auto-análise da sociedade inglesa que lhe terá feito perder o fio ao «destino britânico» — e o inverso para o espectacular desenvolvimento japonês nas últimas décadas? Estarei porventura a caricaturar, e por certo que Eduardo Lourenço não o merece. Muito pelo contrário, devo aqui dizer que o seu peculiar «olhar sobre o passado» é certamente de uma inteligência que o coloca nos antípodas do primarismo da «gesta heróica» que nos foi vendida nos bancos da escola. Não penso sequer que seja inútil, como «exercício literário», pôr em evidência os grandes mitos que têm alimentado a nossa vivência colectiva ao longo dos séculos, ou mesmo os grandes traumas que a terão pontuado e fortemente marcado a sua evolução. Como também não creio, que venha mal ao mundo (nem ao interessado) se um indivíduo, caso as finanças lho permitam, decidir aventurar-se nos meandros do seu inconsciente, guiado por outro a quem paga o silêncio «estimulante» e a cumplicidade nas mais recônditas intimidades, *desde que o não faça por necessidade e esperando disso uma cura milagrosa*. Há outros que compram iates ou

coleccionam manuscritos antigos. É com certeza uma experiência excitante que, como tantas outras, comporta alguns riscos, mas muito menos, por certo, que a de querer saber os efeitos de certos pós ou comprimidos.

Quero dizer com isto que a análise que nos é proposta do «destino português» proporciona ao leitor um indiscutível prazer intelectual, embora também não isento de riscos — desnecessários, a meu ver. O primeiro deles, nem sequer tão grave, é o da atitude profundamente pessimista que tal análise exprime, traduzida pela ideia-mestra de que (perdoe-se-me a expressão) «a Pátria está doente». Doente ao ponto de só a «cura psicanalítica» poder prometer-lhe um novo alento. Disse que este risco, o de «nos» olharmos deste modo quase desesperado, não era sobremaneira grave porque, finalmente, não faz mais do que alimentar uma corrente intelectual que já vem muito de trás. O segundo risco é o que provém de certos exageros que servem para nos «originalizar»: a sociedade portuguesa é das «mais *desmemoriadas* que é possível conceber-se»; ela «exemplifica o sublime triunfo do princípio do prazer sobre o princípio da realidade» e demonstra uma «capacidade fantástica, que em nós se tornou uma segunda natureza, de *integrar sem problemas de consciência* o que em geral provoca noutros povos dramas e tragédias implacáveis, (capacidade) que atinge entre portugueses culminâncias ímpares»; o «português» (personificando obviamente a sociedade) é ainda «mais dotado que ninguém para viver de imagens, mitos, sugestões, delirante curiosidade por tudo quando *vem de fora*». Decorre destes exemplos, e de muitos outros, que a sociedade portuguesa, ou o português, é um bicho verdadeiramente raro, com características quase *únicas*, ainda que não as mais proveitosas, e daí justamente a sua psicose ou «anormalidade». Julgo perigoso continuar a sustentar, por esta via negativa, a famosa «originalidade do caso português», espécie de narcisismo mórbido que fez fortuna nos tempos revolucionários de 74-75. Até porque, na linha do que acima disse, não sei o que é uma «sociedade desmemoriada», e quanto à referida «capacidade fantástica», parece-me evidente que se em Portugal não houve os dramáticos debates ideológicos que em França marcaram a guerra da Argélia e o seu desfecho, isso deve-se muito simplesmente a que entre nós esse debate *não era possível* (e



mesmo que o fosse, não passaria certamente de um limitado debate cidadão, por virtude das deficientes informação e educação). Aliás, na sua fase final, os dois casos são até similares: lá, a guerra conduz ao golpe de 13 de Maio de 58, vem De Gaulle e este, goradas as suas intenções de uma solução «francesa», vê-se obrigado a ceder *tudo*; cá, a guerra está na origem do 25 de Abril, vem uma Junta Militar que, dentro em pouco ultrapassada pelas realidades irrecusáveis, acaba igualmente por ceder *tudo*. Parece-me francamente exagerado dizer que a «questão argelina» terá sido, especificamente em termos de *sociedade*, muito mais causadora de dramas e tragédias do que, em Portugal, a descolonização. Este, aliás, já estava em França feita «sem dor» quase dez anos antes do fim da guerra da Argélia. Sem falar das consequências económicas, muitíssimo mais traumatizantes para a débil economia portuguesa.

Enfim, para que nos entendamos: todos os países, como todas as pessoas, são *únicos*, e nesse sentido, «originais», «diferentes». Mas isso não pode querer significar ou que os portugueses só tenham defeitos (ou virtudes) e os outros o inverso, ou que cada país *decide do seu destino* em total independência e portanto será tanto mais «próspero ou feliz» quanto mais «lúcida» e «inteligentemente» tiver conduzido a sua *própria* História (se não a sua auto-análise). Os povos são diferentes porque a geografia diferentemente os determinou (em clima, em orografia, em riquezas naturais, em «dimensão», em posicionamento estratégico, etc.), porque as condicionantes históricas sucessivamente os colocaram em diferentes situações de domínio ou dependência (conflitos sociais, conflitos internacionais, interações económicas e culturais, religião, etc.) e por muitas outras razões, entre as quais (por que não também?) a emergência em momentos cruciais de certos homens ou elites, *catalisadores* de por vezes inesperadas dinâmicas ou catastróficos eventos. Claro que tudo isto são causas e efeitos ao mesmo tempo: nos sistemas sociais, como em quaisquer outros, o que conta são as «inter-relações», pelo que não vale a pena interrogarmo-nos em termos de casualidades lineares. Em resumo, somos diferentes — enquanto «complexo sócio-económico-cultural» — mas não aceito que, nisto ou naquilo isoladamente, sejamos (?) «ímpares»: é, com certeza, ímpar — isso sim — a peculiar combina-

ção que fizemos (e «nos fizeram») dos vários atributos que nos definem como sociedade. O que não tem necessariamente *em si* nada de patológico nem de exaltante ou prometedor. *É do que somos que temos de partir* (para o resto da nossa vida...). E o que somos tão pouco tem algo que ver com as famosas «características do homem português» que ainda há poucos anos faziam parte do programa de um «ilustre» professor de Letras e eminente académico(!). Não sei o que é «o homem português», o que é o «destino português». Por isso mesmo não posso imaginar — até porque isso me constituiria em insólita excepção — que «cada português» viva quotidiana e inconscientemente mergulhado na angústia das suas raízes, da sua «identificação» e do seu destino, *enquanto português*. Como também não creio que o fracasso (?) da revolução de Abril se possa imputar a excessiva desatenção para com o «sentimento nacional».

Confesso que me desagrada o argumento segundo o qual a Esquerda deveria ser «nacionalista», porque «o povo precisa disso como pão para a boca» (E. Lourenço) e portanto, se o não fizer deixa campo aberto à «exaltada e frenética exploração» do nacionalismo por parte da Direita. As palavras têm o seu peso próprio e o «nacionalismo», quer se queira quer não, tem uma conotação tal que ninguém duvidará da cor política de um partido ou frente «nacionalista». Como vejo mal uma Esquerda a invocar coisas como «o orgulho de ser português», ou mesmo um indefinido «interesse nacional» independente dos interesses das forças sociais em presença. Outra coisa, naturalmente, é o não olhar o estrangeiro (indivíduo, objecto, produto, cultura, etc.) como *necessariamente superior*; o não discutir ou negociar com estrangeiros sempre na posição de vencido; o não ser subservientemente «hospitaleiro»; o compreender os muitos males de hoje que «devemos» aos estrangeiros de ontem (e de hoje!), mas *também* aos portugueses que se lhes rojaram (e rojam) aos pés, etc., etc. Neste sentido, como é óbvio, é à Esquerda que cabem *todas* as palavras, e a isso tem sido incorrectamente chamado «independência nacional», infelizmente muito mais gritada do que explicada e praticada (2). Em resumo, não há nacionalismo *acima* das ideologias, o que facilmente se constata nas guerras civis, em que ambos os campos se proclamam os verdadeiros portadores do «sentimento nacional». Só

que se isso é assim em tais circunstâncias extremas, importa não reivindicar palavras ou expressões ambíguas, em tempo de paz — é de pedagogia e de prática social e política que então se trata, deixando à direita o espectáculo da contradição permanente entre o tal «fervor nacionalista» e a constante submissão aos ditames e interesses estrangeiros.

Ouvi há tempos a seguinte observação: «Como micróbios, somos tão bons como os outros. A diferença está no caldo de cultura». Parece-me certo como fórmula expedita, mas, uma vez mais, demasiado «global». De facto, haverá entre nós, como lá fora, micróbios bons e maus: o que não teremos é, proporcionalmente, mais micróbios maus do que os outros. E quanto ao caldo de cultura, há que ver por que é tão pouco propício. No que estamos restituídos ao problema central da sociedade portuguesa (como de qualquer outra): o balanço entre os factores de estagnação-conservação e os factores de «mudança», de que resulta a sua maior ou menor «dinâmica interna».

A análise tão rigorosa quanto possível de uns e outros é trabalho a que incitaria os nossos sociólogos a aventurarem-se — e dar-lhe-ia, se pudesse, toda a prioridade. Fosse possível, por essa via, chegar a conclusões verdadeiramente «científicas» (mas não o é), poderíamos então dizer «o que somos». Ainda assim, com as limitações que têm sempre as investigações nestes domínios, obteríamos pistas para *agir sobre o futuro* da sociedade portuguesa bem mais proveitosas do que pela via psicanalítica. As forças políticas e sociais teriam em que apoiar-se, em particular aquelas cujos propósitos anunciados são os da criação de uma dinâmica de transformação no sentido do progresso económico-social-cultural. Já aqui ouço os que desdenhosamente comentarão ser tal esforço desnecessário, pois é por demais sabido que o único factor de mudança reside na classe operária, nos seus aliados e, naturalmente, no Partido que é a sua vanguarda. Outros dirão mais simplesmente que é o Povo. Isto apenas mostra que uns e outros *julgam* já saber o que eu julgo que ainda *não sabemos*. Receio que isso não venha a aproveitar muito nem à classe operária nem ao famoso «Bom povo português», que de dogmatismos e comodismos vários já padeceu que chegasse. Isto não implica que tal análise pudesse prescindir de um exame sério e crítico do posicionamento e

força relativos das classes sociais, sem que, a meu ver, por aí se esgote o problema.

Não me cabe a intenção de avançar por sendas tão ambiciosas. Nem por isso resisto à tentação didáctica de reflectir um pouco sobre uma questão prévia a um estudo dessa natureza, e que de algum modo se aparenta (ainda que só na sua expressão formal) com a problemática levantada por Eduardo Lourenço. Mitos, traumas e complexos são o pão nosso de cada dia do pequeno mundo político-cultural português. Não os que nos virão do fundo dos tempos, desde o nosso nascimento como Nação, mas os do nosso *presente*, os que foram gerados nos anos mais recentes. Talvez eles *contenham*, por ínvios mecanismos, tudo o que está para trás — ignoro-o. O que me importa é a forma como se nos apresentam, como nos condicionam, como criam uma autêntica opacidade que confunde e desarma os que *queiram compreender* sem se munir de uma quase heróica perseverança. E como recuso — perdoem-me a insistência — os sujeitos «demasiado globais» (pela sua intrínseca heterogeneidade), importa também detectar a sua proveniência e «localização», mesmo que grosseiras, ao nível de uma elite de poder que não coincide com as chamadas «classes dominantes», sendo embora em boa parte a sua por vezes contraditória expressão.

## A MITOLOGIA DA IMPOTÊNCIA

Os sistemas políticos autoritários têm meios de mobilização mais eficazes do que a simples força das ideias. Invocações como «a cruzada anti-comunista» ou, noutros casos, «o heróico proletariado unido em torno do seu Partido (ou do seu Chefe)» têm muito mais função de alibis ou formas quase religiosas de auto-legitimação de minorias dominantes, do que de mitos «mobilizadores». Talvez só o sistema hitleriano tenha elaborado uma mitologia «coerente» e motivadora, mas ela teria de qualquer modo sido insuficiente se a máquina de guerra não tivesse podido dar trabalho aos milhões de desempregados de então (e de mortos, anos mais tarde...).

De facto, é na ordem burguesa «liberal» e «democrática» que a

carga mítica do discurso político e cultural desempenha uma função primordial. Mas convém atender a que a acentuação posta pelas classes dominantes nestes ou naqueles mitos, em detrimento de outros, tem que ver com as circunstâncias históricas e sociológicas vigentes num «espaço temporal» limitado. E pode até suceder que conjunturas similares *produzam* idênticos mitos (e com idêntica função) mesmo com sistemas políticos muito distintos: «o soldado negro do exército francês olhando a bandeira tricolor na capa de um Paris-Match» (utilizado como exemplo por Barthes) e o «sinaleiro negro ordenando o trânsito nos Restauradores» há uns anos atrás, transmitem ou não precisamente a mesma mensagem? Ao invés, parece indiscutível que o «mito da CEE» (uma espécie de «os amanhã que cantam» da burguesia portuguesa dos nossos dias) tão desajeitadamente presente no discurso político entre nós, está relativamente ausente nos países europeus — onde hoje até é de bom tom um certo cepticismo, à parte alguns iluminados e a população de uns quantos edifícios em Bruxelas — e mesmo em Espanha se me afigura menos «vigoroso».

Onde existe uma ideologia burguesa coerente e estruturada, os «grandes» mitos que lhe correspondem diluem-se de algum modo. De tal forma já se incorporaram (ou se «esgueiraram») na massa (in)formativa diariamente transmitida a cidadãos crescentemente «serializados» (Sartre), é tal a profusão de significantes que os suportam, é tão uniforme a «leitura» do real *imposta* por mil e uma vias distintas (sistema educativo, meios de comunicação, etc.), que se pode dizer que em larga medida já cumpriram a sua função essencial de «naturalizar» (Barthes) o que é ideológico, cultural — contingente. Ao diluírem-se, sacralizaram-se. E tanto mais assim é quanto melhor integraram tradições religiosas em que a própria ideologia bebe fundamentações transcendentais. Daí o drama de uma esquerda nos Estados Unidos ou numa Alemanha Federal: discutir o «mercado», a «poupança», a «livre iniciativa», em suma, o «capitalismo», assume quase as proporções de um sacrilégio. O mesmo se poderia dizer de um Japão onde, em lugar do puritanismo ocidental que andou tão associado à génese do «espírito do capitalismo» (M. Weber), foi uma religião nacional que forneceu a tal base transcendental ao mais agressivo dos sistemas capitalistas modernos. Em contrapartida, já tudo isto vem atenuado nas grandes

«democracias» católico-latinas (França, Itália), onde se tornou necessário fazer conviver o sistema com tradições religiosas menos austeras e disciplinadoras.

Este será o pano de fundo, até encorajante, enquanto esboço grosseiro, para a Esquerda portuguesa. Só que, como dissemos, é num «espaço temporal» limitado que os sistemas políticos «democráticos» geralmente se movem e geram as possíveis respostas aos desafios que se lhes colocam. Isto é assim, por um lado, porque a acção política busca quase sempre os seus fundamentos num passado recente: não é só em Portugal que «a memória é curta», todos os políticos o sabem (3). Por outro lado, as próprias contingências da periodização eleitoral impõem que essa mesma acção vise um futuro de curto (quando muito de médio) prazo. Daí que, no quadro de uma ideologia *de base* já relativamente estabilizada, em que boa parte dos grandes mitos originais há muito se transformaram em *valores*, venham a surgir disputas que geram (ou se apoiam em) novos sistemas de mitos associados a flutuações conjunturais de maior ou menor duração ou a interesses de diferentes grupos na luta pelo poder (as por vezes contraditórias abordagens de questões como a «crise da energia», a começar pelo próprio significado desta expressão, constituem um exemplo muito actual). A «esquerda institucional» europeia, incluindo os partidos comunistas, veio a adoptar, por tática ou por convicção, aqueles mesmos valores intocáveis, e nem sempre (ou quase nunca) foi dela que partiram as contestações que obrigaram a burguesia a «modernizá-los».

Em Portugal, factores circunstanciais decorrentes da sua evolução política nos últimos anos vieram juntar-se à resultante estrutural da sua História específica para criar uma situação de razoável complexidade. Em primeiro lugar, a singular *intensidade* do seu passado recente, em particular os anos de 74-75, continuam vivos na memória colectiva (grupos sociais) e individual. As mitologias tradicionais das burguesias europeias vêem-se aqui sobredeterminadas por «fantasmas», «traumas» e complexos vários (para usar expressões de inspiração psicanalítica) que as desfiguram e as impedem de «sedimentar», como adiante se verá mais em pormenor. Acresce que a burguesia portuguesa, que se fortaleceu num contexto ideológico em que predominavam os

valores da «terra» sobre os da «indústria», se vê hoje obrigada a falar uma linguagem que conhece mal, forjada por tecnocratas «de aviário» (acolitados por advogados em maré de revisão da sebenta de economia), daí resultando uma compreensível insegurança e clamorosos dislates — ao ponto de ser por vezes difícil destrinçar o mito do puro disparate. Enfim, a essa mesma burguesia, que ainda mal se identifica na sua própria diversidade de perspectivas/interesses, ideologicamente atrofiada, vem a caber assumir um poder de cujas regras desconfia mas balbuciantemente aprende. Enquanto de todos os lados lhe pedem «projectos de sociedade», falta-lhe ao menos um grande desígnio consensual e mobilizador como o foram as «tarefas de reconstrução» em que as desacreditadas burguesias europeias assentaram a *sua própria* «reconstrução» no pós-guerra. A reconstrução em Portugal era bem mais difícil, pois não eram ruínas materiais as que nos deixava o longo consulado salazarista — não se veriam, pois, fisicamente os progressos realizados. Tomaram-se os resultados eleitorais como um «reconhecimento» da «realidade portuguesa», pois não havia tempo nem vontade para proceder de outro modo, inventou-se uma «classe política» com a capacidade de afirmação característica dos pequenos e dos ignorantes (ou, se quiserem, dos «inexperientes»...) e deixou-se que o dia-a-dia a fosse inspirando — até ver. Ausência de uma grande burguesia com verdadeiro poder *económico* (que é o que vem da produção e do domínio do sistema financeiro) (4), fraca «organicidade social» de partidos que sobretudo funcionam como agências de colocação — são apenas dois aspectos complementares de um poder frágil cuja gestão, como a do merceiro, se limita a verificar todas as noites o saldo de caixa.

Em tal situação, é compreensível que os mitos produzidos e em torno dos quais se pretenderia mobilizar o corpo social, sejam eminentemente conjunturais e, até por isso, facilmente «decifráveis». Poucos radicam numa mitologia ligada ao passado colectivo, menos ainda são mitos apontados para o futuro. Destes últimos, o mais vigoroso — o mito da CEE, a que já nos referimos — serve, no entanto, essencialmente para ir contabilizando os sucessivos «êxitos» nos périplos europeus dos primeiros-ministros, os regressos de sempre radiosas delegações a Bruxelas, os meses que faltam para o ingresso num ano

(mítico?) de 1984 muito mais do que como indiscutível «designio nacional» que devesse mobilizar tudo e todos.

Talvez seja de fazer aqui uma pausa para não perder o fio à meada. Porquê, finalmente, nos parece útil (em todo o caso mais útil que a *démarche* de Eduardo Lourenço) examinar esta mitologia política e, por via dela, escarpelizar a *élite* que a gera e a «gere»? Se nos colocarmos na perspectiva de uma Esquerda que, ainda que pouco se dê por ela, *tem* de existir, sob pena de sermos enfim *únicos* em qualquer coisa (o que não aceito, como atitude mental); se postularmos que só dela podem provir as «ideias novas» que forjarão as *imagens* não mitificadas de um futuro — prefiro a «destino»... — que começa em cada instante e em cada lugar (5); se por uma vez reconhecermos que, no curto/médio prazo que nos é dado lobrigar, a Esquerda só pode ser o in-poder (e não o anti-poder que a esquerda partidária sem convicção pretende ser) donde decorre que o seu campo de actuação privilegiado é o das ideias; se, sendo assim, compreendermos que é uma «revolução cultural» que está em causa (não apenas em Portugal), no sentido de uma *apreensão* renovada de *tudo*, e que tal revolução tem de ser pacientemente *intersticial* — como o foram todos os sistemas de ideias que, nascidos da realidade social, sucessivamente revolucionaram as sociedades e as civilizações —; se quisermos ser suficientemente fortes e exigentes para precaver o pequeno reduto onde estamos cercados de intrusos que, por terem estado connosco noutros combates, se julgam autorizados a vir-nos confundir com traumas e complexos que só a eles próprios cabe resolver — enfim, *se tudo isto*, é por certo um excelente exercício de método e estimulante ponto de partida a análise cuidadosa daquilo a que só com alguma generosidade chamaremos de «sistema de mitos» do presente português, já que, como se verá, estamos sim perante uma mitologia desgarrada e desconexa, frágil na sua ligação com a própria realidade social como desintegrada de uma ideologia convicta e historicamente assumida. E como não seria assim se a burguesia portuguesa nunca reivindicou *para si* valores tão radicados noutras paragens como sejam «o trabalho», a «poupança», o «progresso», e, pelo contrário, sempre a vimos gastadora, especuladora, não-investidora? Se até em torno da «família» não se entendem duas voluntariosas governantes destas



paragens! O que proponho é talvez apenas uma espécie de cura de revigoramento de um tímido pensamento de esquerda, que talvez por veniais tentações de se posicionar no chamado «xadrez político», não tem andado atento ao verdadeiro filão que lhe proporciona o quotidiano espectáculo da pobreza das ideias e das «almas» no campo do poder — e nela incluo *toda* a elite político-económico-cultural (sem rigorosa preocupação de definição sociológica) que «conta» em Portugal (6).

Como penso chegar ao «que somos» por tão abstractos caminhos? Não penso chegar, de facto. Apenas creio que para lá chegar temos que por aqui passar, como quem afasta uma nuvem que lhe encobre o horizonte. Esbatida ela, talvez vejamos mais claro e outros, muitos outros, terão de percorrer os terrenos difíceis da observação e do estudo sistemático do concreto sócio-económico-cultural, não para buscar uma «identidade» mobilizadora mas, porventura o contrário, partindo da que já temos (a meu ver quanto basta), detectar na riqueza das diferenças e das expectativas o fio condutor de um futuro crível. Crível e desejável, não para a sociedade portuguesa — a que não atribuo crenças nem desejos — mas para os que, no «fundo» dela, nunca foram sujeitos de nada. A maioria, claro.

Não me passa pela cabeça ser exaustivo nesta matéria. Pretendo quando muito socorrer-me de alguns dos exemplos que melhor possam ilustrar a indigência da produção ideológica das nossas «elites», reflexo da sua própria fragilidade e da sua «inorganicidade» face às forças de que são, ou julgam ser, porta-vozes. Para tranquilidade de eventuais puristas, desde já específico que aquilo que vou designar por mitos são no essencial certas «ideias-chave» que adquirem um estatuto mítico na medida em que induzem tendencialmente leituras do domínio do «natural», escondendo as suas origens e função «ideológicas». Claro que a verdura do nosso debate político e, para além disso, a imensa confusão que decorre do facto de a grande maioria dos produtores de ideias serem provenientes da Esquerda (dela se reclamem ainda hoje, ou já não), faz com que um dos atributos do mito, que é o não ter de ser *explicado*, não necessitar de *argumentação*, não

se verifique geralmente entre nós. Os «mitos» ainda não sedimentaram, se é que isso chegará a suceder: talvez sejam apenas, em certos casos, de usar e deitar fora (veremos exemplos disso, aliás). Todos eles, de qualquer modo, se filiam em certas grandes famílias. Veremos primeiro os «mitos de afirmação». Chamamos-lhes assim porque com eles se procura *afirmar* uma legitimidade assente numa certa concepção de «sociedade», se não reivindicar uma *firmeza* de convicções que sugere, quantas vezes, uma premência de auto-convencimento, a vertigem de impossíveis aglutinações — quando não apenas um mero posicionamento táctico. Passaremos de seguida aos «mitos de salvação». Trata-se do pouco que tem sido possível imaginar como «saídas» para uma sociedade supostamente desnorteada: nuns casos a busca de salvação externas, *ersatz* dos Brasis e Africas que se foram, noutros, modestas restituições de figuras redentoras e idealizados consensos nacionais.

## MITOS DE AFIRMAÇÃO

Ordem *democrática*, instituições *democráticas*, partidos *democráticos*, soluções *democráticas*, defender a *democracia*, a *democraticidade* das decisões, etc., etc. — esta constante necessidade de qualificar aquilo que nós chamamos sistemas democráticos *va de soi* merece alguma reflexão. Uma primeira leitura, a mais corrente, é a que explicará o facto pela tão repetida «juventude» do nosso sistema político: faz parte da aprendizagem da democracia habituar-nos a ouvir falar dela. O martelar daquela adjectivação corresponderia a outros tantos contributos para enterrar definitivamente os autoritarismos que persistem na «nossa» memória, se não na «nossa» mentalidade e nos «nossos» comportamentos. O tempo se encarregaria de eliminar tais excrescências da linguagem política, ao mesmo tempo que a curiosa numeração dos governos que parece decorrer do temor de um dia não se vir a saber quantos *foram* (pelo que estarmos já a perder-lhes a conta constituirá um indício encorajante). Esta, pois, a interpretação simplista. Sucede apenas que, se fosse *só* isso, estaríamos face a uma espécie de preocupação didáctica, que não faria sentido ficar-se por aí,

já que todos sabem que a mera memorização não chega para «interiorizar» conceitos e, mais do que isso, comportamentos. Como não vislumbro, nos mais acendrados tenores da democracia, que dela tenham vindo a usar mais do que os «sinais exteriores», sem cuidarem eles próprios de uma exemplaridade que nessa óptica lhes caberia, suspeito então estarmos perante algo de mais complexo, sobre o qual vale a pena assestar uma lupa de maior poder resolutivo.

O que são as nossas classes dirigentes? De onde vêm? De onde *lhes* vêm os «ideais democráticos»? Como procuram articular o poder político com o económico? De que condições dispõem para conseguir uma efectiva «hegemonia» (Gramsci)? Não sendo aqui possível dar uma cabal resposta a estas questões (se é que existe), para algumas das quais aliás já avançámos umas quantas pistas noutro lugar (7), cingir-nos-emos ao que nos parece essencial.

Antes do 25 de Abril havia uma única «teoria modernizante» da sociedade portuguesa, tecnocrática e desenvolvimentista, europeia e industrializante, que chegou a estar representada no aparelho do Estado Marcelista (Governo, Assembleia), em convergência com jovens gestores dos principais grupos económico-financeiros. Sem nunca ter tido o aval dos mais altos níveis do poder político e económico, ficou congelada e finalmente mal-vista pelos aparentemente todopoderosos defensores da «vocação ultramarina» e da «unidade-nacional-do-Minho-a-Timor». Esses homens teriam desejado aquilo que alguns anos mais tarde veio a ser a «transição à espanhola», mas não havia já tempo nem condições políticas para tal (8). No campo da oposição apenas se clamava pela «democracia», pelas «liberdades», não havendo (com exclusão, naturalmente do PC) qualquer ideologia coerente, qualquer projecto global, nem mesmo no tocante à «descolonização»: era um puro republicanismo, herdeiro dos «ideais patrióticos» e do empenhamento colonial de 1910, que só muito tardiamente veio a incorporar a palavra — que não a ideia de — «socialismo». Aliás a prudência anti-colonial e «socialista» do próprio PCP foi também de regra. Nunca se chegou muito bem a saber qual era a «base social» de toda esta gente mas, à parte os primeiros (os tecnocratas) — que não tinham nenhuma, eram eles-próprios produzindo «ideologia pura» — e o PC, sempre se admitiu com fundadas razões que se

trataria de uma pequena burguesia integrando comerciantes e industriais manietados pelo sistema corporativo, em conjunto com uma «classe média» tendencialmente urbana (trabalhadores da indústria e sobretudo da função pública e dos serviços, estudantes, intelectuais, profissões liberais, etc.). Daqui provém o «aparelho político dirigente» que hoje conhecemos, tendo-se-lhe agregado pelo caminho um certo número de «democratas-novos» de duas espécies: os convertidos (9) e os que, a não ter havido o 25 de Abril, estariam exactamente nas posições de destaque em que agora se encontram (e só o não estavam antes porque eram demasiado jovens e o «exame de fidelidade» era naqueles tempos exigente e demorado) (10).

Tivesse a transição sido possível sem a «agitação revolucionária» de 74-75, e tivesse o 25 de Abril coincidido com uma fase de expansão do capitalismo mundial, é bem provável que, pelo meio de uns quantos ajustamentos e sobressaltos, fôssemos hoje uma social-democracia dependente mas relativamente segura de si. Não ouviríamos certamente tantas vezes as palavras «democracia» e «democrático», e as que ouvíssemos teriam porventura a tal função de habituação, rapidamente declinante. Só que não foi isso que aconteceu. Pense-se o que se pensar dos anos de 74-75, não poderá negar-se que foi uma base histórica imensamente «mobilizadora de energias» e imensamente «afirmativa» (demasiado até, estilo «cada cabeça sua sentença»; falo por mim...): tal como hoje se pode defender que o essencial da *obra* da Revolução Francesa provém da fase de *crescendo* 89-93, ou que *o que ficou* da nossa 1.<sup>a</sup> República foi a legislação do Governo Provisório, presumo que os compêndios de História dos nossos netos dedicarão mais páginas áqueles dois anos do que aos 10 ou 20 seguintes (valorizem-nos positiva ou negativamente). Criou-se assim um fortíssimo referente para tudo o que viesse a seguir: o 25 de Novembro terá sido, a muitos títulos, uma espécie de «presente envenenado». Até porque as condições da crise económica à escala mundial continuavam pouco propícias ao modelo tecnocrático-expansionista, único que ainda subsistia com um mínimo de «senso» por entre a confusão mental dos vencedores de Novembro. A «democracia», que lá fora tem correspondido (há quem ponha em dúvida que assim continue a ser no futuro) a uma necessidade *orgânica* do

desenvolvimento económico capitalista, em particular na sua maturidade, veio aqui sobretudo a apresentar-se como uma necessidade de *afirmação* de uma «classe política» que a instituiu como mito face ao «mito do gonçalvismo», por ela próprio criado. Isto porque não podia afirmar-se de outro modo: por ideias e projectos claros e mobilizadores, sequer pela assunção de interesses de uma base social com vocação *dominante*. Ideias e projectos, ao que se pode inferir, afiguram-se existirem apenas (em abundância, diga-se) no que toca às carreiras das principais figuras políticas, e por certo também de outras menos expostas, como sejam os múltiplos gestores e «clientes» das organizações partidárias. Mesmo estas últimas são frequentemente abaladas por «crises» em que o tema constante é o da «falta de democraticidade interna», quando se torna patente que é o problema das vias de acesso ao poder que está em causa, misturado com insanáveis conflitos de temperamento e/ou de interesses pessoais. O que explica aquilo que rigorosas diferenças de análise, de ideologia ou de «projecto de sociedade» não poderiam explicar: que o senhor A ou o senhor B se aproximem ou se afastem, mês sim mês não, de Soares ou de Balsemão, ou de Eanes, ou de Freitas sem que aparentemente nada tenha mudado. Eles sabem porquê, «nós» não. Mas como não somos parvos, percebemos que deve ser tudo a bem da «democracia»... Como o é também, por certo, a vertigem de criação de «factos políticos» (expressão a que o nome de Rebelo de Sousa ficará indissolúvelmente ligado) com que, à falta de factos mais palpáveis, se procura alimentar uma «opinião» que se presume desencantada: de facto, esse encadeado e emaranhado de factos políticos é, sem dúvida, no plano «político», o que de mais semelhante às telenovelas se teria podido imaginar. Cabe, de resto, um papel importante ao meio televisivo no sentido de procurar que tais factos artificialmente criados constituam temas privilegiados de cavaqueira no mais tosco botequim de qualquer aldeia do «país interior», não sei com que êxito, confesso. O que sei é que isso interessará muito mais à classe política, do que virem essas conversas e discussões de «pacíficos cidadãos» a centrarem-se em exclusivo sobre prementes problemas locais eternamente por resolver, se não mesmo sobre outros de âmbito regional e nacional, que poriam a nú o que a telenovela política se destina justamente a

encobrir. A simples ideia de que a «guerrilha institucional» ou o «conflito entre órgãos de soberania» pode ser mais apaixonante para um habitante de Carregal da Beira do que a educação dos seus filhos ou os preços agrícolas é, verdadeiramente, coisa que só pode ocorrer a pouco convictos «democratas». Pois não será a democracia (no seu mito «original», não confundir!) a concretização da «soberania popular», o mecanismo pelo qual os «cidadãos» delegam a representantes *seus* o poder de encontrar respostas para os *seus* problemas e anseios? Sendo assim, parece que seria o inverso o mais lógico, isto é, que os temas de discussão, as preocupações primeiras, os pontos de partida para a imaginação criadora dos deputados e dirigentes políticos fossem justamente as questões que, dos cidadãos que representam, mais instantaneamente lhes proviessem. Em torno delas se compreenderia a violência dos debates, o conflito das ideologias, enfim o estabelecimento dos compromissos possíveis. Não se infira daqui que considero só terem importância os problemas locais, que as pessoas só deveriam empenhar-se no que se passa consigo ou à sua volta e que só disso aos governantes caberia ocuparem-se. Uma autêntica democracia seria aquela em que justamente se alargasse o «à sua volta» à dimensão do país, melhor até, para além das suas fronteiras. Simplesmente, para continuarmos no domínio da fantasia, teria de haver uma lógica, uma *compreensão*, que integrasse de forma transparente o pessoal, o local, o regional, o nacional, o internacional numa cerca «visão do mundo». Ora que lógica liga hoje o quotidiano de cada um com o último capítulo da quezília entre S. Bento e Belém, ou com o milésimo malabarismo verbal de Mário Soares, ou com o milionésimo comunicado do PCP exigindo a demissão do Governo e eleições antecipadas? Como poderão reconhecer-se os eleitores nas palavras e nos actos daqueles em que hipoteticamente delegaram a sua «soberania»? Claro que isto é em boa parte comum ao que em qualquer «democracia» se passa. Num famoso e luminoso artigo sobre a matéria (de significativo título: «Elections, piège à cons»), demonstrou Sartre que não existe em «democracia» qualquer delegação de poderes, pela simples razão de que o «cidadão», enquanto tal, não tem quaisquer *poderes*, donde não poder delegá-los. Ele limita-se a escolher o partido que, com o seu voto, vai exercer um poder que já detém, enquanto *instituição* organi-

zada e profissionalizada para o efeito. Mas não é menos verdade que, nas «democracias» mais experimentadas e consolidadas, para além do «esclarecimento» que decorre de um nível educacional mais elevado, essas «instituições» se encontram em geral ideologicamente mais diferenciadas, e de algum modo mais claramente vinculadas a distintos interesses de grupos ou classes sociais, o que, sem negar a perspectiva teórica de Sartre, proporciona, apesar de tudo, uma maior articulação entre a acção política, a nível do Poder, e as motivações de voto dos eleitores. É aqui chegamos ao segundo aspecto acima referido: a escassa vinculação das forças políticas portuguesas aos interesses de «bases sociais» com vocação *dominante*. Vou abordar esta questão de forma distinta da que já segui em textos anteriores, embora assumo por inteiro essas análises e respectivas conclusões. Começo por mencionar dois outros mitos, intimamente ligados ao mito da «democracia» à portuguesa, nomeadamente os da «iniciativa privada» e da «libertação da sociedade civil». Embora à primeira vista possam tomar o aspecto de expressões de «evidências» no plano da teoria e prática políticas internacionais, veremos de seguida que correspondem a mitos-suporte do mito «democrático», enquanto mito «anti-gonçalvista». Com efeito, a «livre iniciativa» (ou o «mercado livre») e a «democracia representativa» são as traduções práticas tradicionais, como se sabe, dos liberais «económico» e «político». Não se podendo justapor rigorosamente nem a sua origem temporal nem a sua evolução, ambos exprimiram a negação burguesa da ordem económico-política feudal e vieram a convergir, ao sabor das particularidades nacionais, ao longo do século passado. Como se sabe também, a falência do mercado como regulador económico teve como consequência, já este século ia avançado, formas de ligação entre o poder económico e o político que, tendencialmente, reforçaram o papel do Estado enquanto «agente e regulador económico», com variantes que foram desde o «New Deal» americano até às ditaduras europeias. O pós-guerra acentuou a tendência, forte das teorizações de Keynes e Beveridge, enquanto o desenvolvimento das grandes empresas multinacionais, pelo seu lado, veio a trazer novos elementos de distorsão na concorrência, tudo isto contribuindo para que a «livre iniciativa» passasse a constituir uma imprescindível referência ideológica mas, cada vez menos, mantivesse uma

razoável correspondência com as práticas socio económicas efectivas (11). Paradoxalmente, os grandes teóricos do mercado livre viram-se obrigados a citar como exemplos das suas (dele) virtudes países que não primavam pela «democracia política», como a Coreia do Sul ou Taiwan. Já sem falar no discípulo de Milton Friedman, Pinochet, cujos êxitos não parecem espetaculares...

Porquê então esta tão grande popularidade do tema da «iniciativa privada» entre nós e a sua íntima conexão com o tema da «democracia», como nos melhores tempos do «arranque industrial» europeu e americano, um século atrás? E porquê também a sua identificação constante com o tema da «libertação da sociedade civil»? Vejamos sucessivamente, para melhor nos entendermos. Não me recordo de ouvir, da parte dos principais responsáveis políticos, salvo uma ou outra referência de circunstância, qualquer frontal contraposição entre a «desejável» iniciativa privada e o verdadeiro espartilho corporativista que obviamente a manietou, reservando os seus favores para os poucos grandes grupos económicos e para os grandes proprietários da terra. Se o próprio proteccionismo permitiu a sobrevivência de muitas empresas, a sua combinação com o condicionamento industrial deu origem a uma legião de atrofiados «empresários», que num sistema de mercado livre teriam sido cilindrados sem piedade. Esperar-se-ia, pois, que contra esta aberração se virassem os defensores da livre iniciativa. Não é o caso. *A livre iniciativa é sempre contraposta à louca fúria estatizante do pós 25 de Abril.* Não é difícil de compreender: os nossos políticos sabem que, em sistema capitalista, não há poder estável que não repose num poder económico organizado e hierarquizado, cujos interesses por vezes conflituais se trata de arbitrar e compatibilizar (de *ordenar*). As nacionalizações são, pois, para eles, o crime maior que em Portugal se cometeu, sem comparação possível com tudo o que contra a iniciativa privada tenha sido feito antes de 74-75. *Elas privaram-nos (a eles) de patrões*, no duplo sentido da palavra. O pobre Ferraz da Costa, elevado a «patrão dos patrões» portugueses, é bem a imagem desta imensa carência. Parece que estou a vê-lo, diante das câmaras de televisão, interrogado sobre as grandes prioridades sectoriais para o nosso desenvolvimento industrial, a responder quase a medo: «A nosso ver, a indústria ligeira...». Não se pode pedir-lhe



mais, mas convenhamos que, mesmo para os mais ferozes defensores da «classe empresarial», é com certeza decepcionante. Aliás, ainda há bem poucos meses, num curioso seminário internacional realizado em Lisboa, se verificou esta insólita situação: das 14 intervenções feitas, todas muito aguerridas em favor da iniciativa privada e das suas insubstituíveis virtudes, 11 pertenceram a homens ligados a entidades governamentais e ao sector público (incluindo membros do Governo), e dos 3 restantes apenas um era português, mas dirigente de uma grande multinacional. Nem sequer se convidaram empresários portugueses, tal a confiança que neles se deposita. Dir-se-ia uma autêntica sessão de auto-flagelação, em que os «funcionários» (de Lisboa, Bruxelas, Bona, etc.) clamavam a sua própria ineficácia e inutilidade, face à magia salvadora do sector privado, só não se compreendendo (?) porque persistiam nesse sofrimento e impotência em lugar de ir oferecer os seus serviços às empresas, ajudando-as a cumprir a sua redentora função social. Quando pareceria lógico a um observador de Sirius que o poder político utilizasse da melhor maneira o sector público empresarial (12), ainda que tão só para promover a iniciativa privada, isto é, que se servisse do seu próprio poder económico, é o contrário o que sucede. Pensa-se que a melhor maneira de a promover é justamente dismantelar o sector público e apregoar que é ele que está a bloquear a iniciativa privada. Procuram-se todos os bodes expiatórios para explicar por que razão ela continua a não se manifestar. Primeiro, porque o governo era socialista, logo, merecedor de pouca confiança dos investidores (flagrante injustiça, aliás). Depois, pela instabilidade governamental que se lhe seguiu. Mas, entretanto, já levamos 3 anos de AD e continua a não haver investimento que se veja (13). O que se passa? E o sector público que absorve os créditos, é a Constituição que não deixa mexer-lhe, é a lei dos despedimentos que assusta os empresários, eu sei lá. Lógico seria fazer como Descartes e dizer: «Não investem, logo não existem» (14). Mas é preciso manter o mito, porque dele vivem as próprias cabeças que o produziram: se não acreditamos na iniciativa privada que «democracia» é esta? Como nos apresentamos diante da CEE suplicando que nos acolham? Como negociamos os apoios financeiros internacionais, com gente que só tem na boca o mercado, a concorrência, o espírito

empresarial, etc., etc.? Talvez mais que tudo: *como vamos manter um poder que faz dela a bandeira do anti-gonçalvismo?* Ainda há poucos dias um diário sensacionalista titulava em grandes parangonas: «Volta Gonçalvismo à Cintura». É esta a questão: que o sector público italiano tenha sido criado por Mussolini, o alemão tenha as suas origens no tempo nazi, o francês o dedo implacável de De Gaulle, o espanhol o de Franco — estão absolvidos, a CEE não se preocupa com isso e até permite que eles sirvam a cada país-membro para violar sem pejo regras sagradas do Tratado de Roma. Mas o português, esse, tem o estigma do gonçalvismo. É, pois, o culpado de todos os males. De «um», é indiscutivelmente: deixou uma classe à deriva, há 7 anos navegando à vista, sem arrojo nem sossego.

E a história da «libertação da sociedade civil»? A expressão é, diríamos, de uma elevada dignidade sociológica. Deve ter saído da cabeça de algum daqueles vários intelectuais de direita cujo passado «marxista» faz infiltrar no verbo conceitos de inspiração duvidosa (Marx? Gramsci?). Claro que, na boca de um Balsemão, que com ela arrancou para a sua lamentável aventura política, adquire de imediato o ar comezinho de «mito de trazer por casa». Ainda assim, vale a pena analisá-lo, pois não tem nada de inocente. De facto, visa um duplo alvo. Tal como tem sido glosado, o conceito de sociedade civil é bastante simplório: define-se apenas pela negativa, opondo-se, por um lado, ao Estado, por outro, aos militares. Desde logo vemos aqui dois «fantasmas» dos nossos «democratas» obcecados pelo pós-25 de Abril. Quanto ao Estado, os nossos políticos — que *dele e para ele* vivem, que *por ele* existem, — dizem ver nele a descabida intervenção burocrática limitadora das iniciativas e da actividade criadora dos cidadãos, daí que seja necessário que a «sociedade civil» se liberte desta opressão tentacular. Claro que não se trata disso: o que eles vêem no Estado é o «Estado Gonçalvista», que nacionalizou, que falou de planificação, que se intitulou (sem o ser) o «poder dos trabalhadores», que permitiu (na realidade porque não pôde impedi-lo) ocupações, saneamentos e outros «abusos», que deixou explodir mil iniciativas, mil imaginações, mil «fantasias» *sem controlo*. A prova disso é que, com o mesmo empenho com que propugnam a libertação da sociedade civil, assim têm na boca permanentemente o «Estado de

Direito» — e em nome dele estiveram para deixar morrer friamente alguns dos seus tão queridos cidadãos. Há, como já vimos, outra razão de peso. É que eles querem o Estado, e mesmo tão forte quanto possível (15), mas não o querem *sozinhos*, pois não sabem o que dele fazer, a não ser (o que já não é pouco), colher dele benefícios e privilégios com que nunca sonharam. Na ausência de um «interesse geral», de que também falam mas sabem bem não existir, buscam desesperadamente interesses particulares que suportem um poder de outro modo impotente. A sociedade civil a que apelam é precisamente isso: que se manifestem aqueles que darão um *sentido*, uma ideologia, uma doutrina (refer a nota 15) ao seu poder de Estado, que verdadeiramente os constituam em dirigentes, políticos, governantes, estadistas, senhores do seu papel. Numa palavra: os tais empresários que para si reservarão o poder económico, mas que ainda ninguém conseguiu desencantar. Como é sabido, os poucos que existem com alguma «dimensão» clamam às 2.<sup>as</sup>, 4.<sup>as</sup> e 6.<sup>as</sup> contra o Poder Central, a burocracia, as insuportáveis intervenções do Estado, etc., etc., exigindo às 3.<sup>as</sup>, 5.<sup>as</sup> e sábados o apoio do Estado, a intervenção dos Poderes Públicos, os subsídios, isenções, incentivos, etc., etc. Ao domingo, se for dia de eleições, uns irão votar CDS, outros PSD, outros PS, um ou outro talvez mesmo PCP. Irão até à praia os eanistas, até ver. Nesta primeira significação, portanto, o mito da «libertação da sociedade civil» coincide praticamente com o da «iniciativa privada».

Mas a «sociedade civil» é muitas vezes entendida, com evidente primarismo, no discurso político, como «os civis *versus* os militares», a libertação da sociedade (civil, política) da tutela militar. Também aqui há o cuidado de silenciar a «politização» dos militares que suportaram Salazar e Marcelo, que fizeram a «cruzada africana em defesa da civilização ocidental». Parece estarem absolvidos, tal como o corporativismo o estará dos seus pecados contra a iniciativa privada. São os militares de Abril, e até muitos dos de Novembro (pasmese!) os visados. Numa palavra, de novo, o «Gonçalvismo». Vejamos mais de perto.

As relações entre o Poder e a instituição militar (como entre o Poder e a Igreja) já deram matéria a muito debate e inúmeras reflexões

e análises, não apenas entre nós, até pelo contrário (16). Parece ser ponto indiscutível que tais relações são tanto mais buliçosas quanto mais frágil a economia, quanto mais débil o aparelho político civil, quanto mais baixo o nível educacional das populações, etc. É conhecida a prontidão com que numa América Latina os militares assumem o poder político, e por lá permanecem por vezes várias décadas. E sendo certo que em 99% dos casos se trata de militares de direita, que se levantam contra a «impotência governamental face à agitação comunista», já tem havido um ou outro caso de militares «progressistas» terem idênticas iniciativas (recorde-se o caso do Perú há uns anos atrás). Nas «democracias» estáveis e industrializadas, pouco se ouve falar dos militares, ainda que alguns afloramentos denunciem por vezes a sua presença e o seu papel: a insurreição de Salan e seus pares contra De Gaulle (mas em situação de guerra), o recurso do mesmo De Gaulle a um dos antigos revoltados (Massu) em Maio de 68, a Irlanda do Norte, as Malvinas, e muitos outros casos pontuais, quase sempre de intervenções «neo-coloniais». Nos Estados Unidos foi o próprio Eisenhower, como se sabe, que mostrou o poder do «complexo militar-industrial». Mas nem era preciso, pois as Forças Armadas americanas, os seus sofisticados armamentos, as suas frequentes intervenções, a sua presença na Europa e noutras áreas do globo, são objecto de notícias e informações quase diárias. Tudo se passa, contudo, numa aparência de controlo do poder político sobre a instituição militar, de acordo com as melhores regras «democráticas», não havendo exemplo recente de qualquer reacção militar activa a situações de «alternância governamental» ou mesmo a fases de intensa agitação social. A solução destas últimas é entregue, em geral, aos governos de «esquerda» que em tais momentos eleitoralmente emergem — o exemplo inglês é neste aspecto de meridiana clareza. A instituição militar mantém-se um leal e apagado parceiro no jogo «democrático», enquanto a «ordem capitalista» não for posta em causa (17).

Casos diferentes são, obviamente, os da Grécia, da Espanha e Portugal, países da orla sul europeia, onde a «democracia» nunca assentou arraiais, e de perfil económico sub-desenvolvido, pelo menos (para não alimentar controvérsias que de momento me não interessam) relativamente aos poderosos vizinhos do Norte. No caso português,

são conhecidas as inúmeras incursões de militares (mas nem sempre da *instituição militar*) na política, desde os primórdios do liberalismo, em 1820, até 1926. Ao instaurar-se nessa data a ditadura militar, poderia — como mais tarde sucedeu em Espanha, em diferentes e mais dramáticas circunstâncias — temer-se a eternização de tal regime. Na realidade, veio a surgir a curto prazo um homem forte, civil, portador de «soluções» políticas que militares sem cultura, imaginação ou prestígio não poderiam descortinar. Veio então a produzir-se a «osmose exército-Estado» de que fala E. Lourenço, numa intimidade tal que, significativamente, é das fileiras da tropa que surgem alguns dos mais aguerridos chefes oposicionistas: Norton de Matos, Humberto Delgado, Henrique Galvão — os dois últimos durante largo tempo homens da total confiança do regime — bem como os mentores de alguns golpes abortados (Botelho Moniz, Varela Gomes, etc.). Com efeito, melhor que ninguém eles conheciam os mecanismos internos do poder salazarista. Mas a instituição, enquanto tal, estava (como a Igreja) inteiramente comprometida com a ditadura, suportando-a ao ponto de daí beber um indiscutível poder político, sem demasiadamente se expôr (a não ser os seus membros destacados para os organismos repressivos: polícia, Guarda, PIDE, censura), mas colhendo as «altas-patentes» os inerentes benefícios. A história é conhecida: a partir de 1961, a guerra colonial vai desencadear uma outra dinâmica. Múltiplos nomes militares vão surgir na ribalta política — os Schultz, os Kaulza, os Silvério Marques, e tantos outros, sem esquecer os Spínola e Costa Gomes, com distinto percurso ulterior. Sem se ter passado a uma autêntica ditadura militar, a importância sócio-política da instituição aumentou sensivelmente. A verdadeira «politização das Forças Armadas» começou aí, porque aí começou o poder político a perder o controlo dessa mesma politização, por mais que a PIDE tenha sido massivamente enviada para as colónias *com esse preciso objetivo*. A esse facto devemos a «geração de Abril», mas «devemos» outra coisa também, bem menos agradável: a fascização exaltada e convicta de um vasto conjunto de oficiais superiores e generais, que até aí na realidade não existira, em particular se fizermos o paralelo com a hierarquia espanhola vinda da «Cruzada» de 36-39, e mesmo com os ultras franceses gerados, por idêntico processo, na Indochina e na Argélia. Politização

é precisamente isto — é transportar para o *interior da instituição* as ideologias subjacentes a distintos interesses sociais, ou, como mais tarde se veio a dizer, é transportar para esse «corpo» a luta de classes (incluindo nela o posicionamento face à colonização e às lutas de libertação), desenvolvendo em *simultâneo* a consciência do explorador e a do explorado.

O que a nossa «democracia» *hoje* não suporta é que daqui tenha resultado o 25 de Abril e o processo subsequente. Mas é *sintomático* que não mencione minimamente a *origem* do 25 de Abril, que não aponte a dedo os chefes militares que *fizeram política* e *política de extrema-direita*, responsabilizando-os pelos males de que tanto se queixa. Pretende dar-se a ideia de que a inadmissível politização das Forças Armadas se deu *depois*, e não antes, do 25 de Abril! E pois contra a *explosão política* no interior dos quartéis e das unidades que se levanta hoje, sem claramente o expressar, a tese do apolitismo e da despartidarização das Forças Armadas. Uma vez mais, poderia parecer que tal posição seria idêntica à que se verifica nas «democracias» ocidentais, ou seja, que nos limitámos a transpôr para estas latitudes o mito do «apolitismo» e da «subordinação dos militares ao poder civil», inerentes ao mito da «democracia», tal como lá são colocados — isto é, com idênticas significações. Como, porém, o mito democrático surge aqui desfigurado por razões que nos são próprias, de igual modo os seus «derivados» enfermam das correspondentes distorsões. A referida «subordinação» é nesses países suportada por uma *aparência convincente*, possível por se estar em presença de Estados fortes, socialmente apoiados em forças sólidas e estruturadas — e não é por acaso que, onde o Estado é mais vulnerável, como na Itália, se ouve falar mais dos militares. Não é, como já vimos, o caso entre nós. Carente de tais forças sociais, o Estado é fraco e titubeante, pelo que a sua relação com as Forças Armadas se reveste de alguma complexidade: ao mesmo tempo que a *linguagem* «democrática» impõe o discurso da «subordinação» e do «apolitismo» das F.A., o Estado pede-lhes a força que sabe não ter, ou melhor, pede-lhes que lhe restituam uma imagem de ordem, de coesão, de *certezas* que o sustentem na sua fragilidade. Interessa-lhe, pois, acima de tudo, uma «politização» das F.A. afinal de tipo análogo à que até 61 se verificava: numa palavra, a

politização apenas da casta dirigente (e por ela veiculada para a hierarquia), isto é, dos mais altos níveis do comando e do Estado-Maior, «politização» feita de confiança e compromissos políticos, de garantia da ordem *na* e solidez *da* instituição. Jogo obviamente perigoso, pois deste modo se constitui um *aparelho de poder* que, contrariamente ao que sucedia ao tempo de Salazar, será o único com alguma «consistência» e determinação. Tais Forças Armadas, «politicamente assépticas», segundo o mito, serão nessas circunstâncias não o oposto das que disciplinadamente serviram o fascismo — o que pareceria lógico a um democrata — mas o oposto das que em 74-75 quase se «dissolveram» na sociedade em ebulição. É este, com efeito, o trauma dos nossos «democratas». Com alguma ingenuidade (?) fazem questão de sublinhar que o seu «conceito de Defesa Nacional» não compreende a defesa da «ordem interna», pois essa compete ao poder político assegurar. Bem sabem eles que, se houver «ordem *na instituição*», haverá necessariamente «ordem *no País*», nem que seja ao preço de uma varridela que correrá muitos deles da cena política. Tais cabeças preferem tudo a ver renascer o fantasma de um MFA, através da politização dos níveis inferiores da hierarquia. Trauma «desnecessário», pois é bem evidente que uma situação como a portuguesa só pode conduzir a golpes militares de direita, nunca de esquerda. Aliás não me recordo de caso em que um regime democrático tenha morrido que não fosse às mãos de ditaduras de direita (ou desembocando em guerras civis provocadas por forças de extrema-direita, ou em guerras generalizadas). Mas isso, é patente que não os assusta (assustou-os porventura a sinistra figura de Soares Carneiro?) — ou estarão eles convencidos que têm realmente *Poder*?

A «libertação da sociedade civil», como expressão grosseira da subordinação das F.A. ao poder político civil, é pois uma outra variante da obsessão «anti-gonçalvista», tendo pouco que ver com o aparentemente análogo mito «com o mesmo nome» nas «democracias ocidentais». Pensarão alguns, nesta linha, que tudo se resume a uma espécie de desforço relativamente às humilhações sofridas pelos Partidos por se terem em tempos visto obrigados a subscrever os pactos com o MFA. Não é, por duas simples razões. Primeiro porque se há coisa que os Partidos conheçam bem são as inflexões tácticas necessárias

para se adaptarem aos ventos que sopram em cada momento: só se sentem humilhados os que têm vergonha (leia-se dignidade). Em segundo lugar porque, como acabamos de ver, não se pretende de facto inverter a situação, impondo agora aos militares os ditames do Poder civil: pelo contrário, o que justamente se pretende é um *novo pacto*, mas com *outros* militares. «Os militares às casernas» não é nenhuma questão de princípio — significa apenas que os *chefes militares* não se devem expôr politicamente em órgãos político-militares (tipo Conselho da Revolução), continuando a fazer política nos gabinetes de Estado-Maior, fora das vistas do público, em sintonia com o Poder civil. E assim como o 2.º pacto MFA-Partidos esteve intimamente ligado à Constituição de 76, sendo mesmo ao que dizem o seu «pecado original», este novo pacto marca o nascimento da *nova* Constituição, que se diz ser o início da verdadeira democracia em Portugal...

Enfim, o mito da Constituição. Diríamos melhor, o mito da «Revisão Constitucional», já que o primeiro foi um mito dos sectores de esquerda, designadamente do PCP, estando aliás por essa via na origem do segundo, e constantemente o reforçando. Diga-se desde já que, sendo embóra no essencial um mito de *afirmação* da «ordem democrática», do «Estado de Direito», tomou muitas vezes os contornos de um mito de salvação, à medida que a impotência do Poder obrigou, como já vimos, a ir inventando sucessivos bodes expiatórios para a sua própria incapacidade. «Com esta Constituição (a de 76) é impossível resolver os grandes problemas nacionais, dinamizar a (famosa) iniciativa privada, atingir em Portugal uma situação de plena democracia», dizia-se — logo, «só a sua revisão nos pode salvar ou, pelo menos, criar as necessárias condições de salvação». Dizia-se também que a Constituição era incompatível com as regras da CEE — e a CEE é a nossa salvação, como todos sabemos e mais detidamente veremos adiante. Fácil, portanto, como justificação da ideia de que o Governo AD, até estar concluída a Revisão, não estaria mais do que a cumprir um «compasso de espera».

O que é uma Constituição? É fundamentalmente um documento que estabelece as *regras de funcionamento do poder político* e os chamados *direitos e garantias* dos cidadãos. No restante (e mesmo no



que toca a alguns dos direitos individuais, nomeadamente os que, na nossa Constituição, são designados por «económicos, sociais e culturais»), é um conjunto de «princípios», sujeitos como tal a diferentes interpretações no plano prático, ou seja sujeitos às relações de força vigentes em cada momento ou período: cada força política terá a sua maneira própria de encarar a concretização (ou não concretização) dos direitos à habitação ou à saúde, consignados na Constituição — trata-se mais de princípios ou de objectivos, do que de direitos que de imediato se possam materializar. Na actual Constituição revista, os artigos compreendidos nesta zona não excedem, de resto, 20% do número total. Uma Constituição tem naturalmente sempre a marca do processo político que a gerou, dos equilíbrios e compromissos possíveis entre as ideologias que se confrontaram ao longo da sua elaboração. Muitos estarão esquecidos que a parte relativa à «Organização do Poder Político» da Constituição de 1976 foi, no essencial, discutida e definida depois do 25 de Novembro, que o 2.º pacto MFA-Partidos data de Fevereiro de 1976, numa fase em que estava terminada toda a «anarquia revolucionária», em que a Constituinte não estava cercada por ninguém, em que o PC se remetera a uma prudente expectativa e dispunha de escasso poder (a sua minoritária voz no Parlamento) para influenciar o texto constitucional. A organização do poder político foi gizada já de algum modo pensando em Eanes, o homem forte saído do 25 de Novembro e, como se sabe, durante alguns anos, a «maioria presidencial» (PS, PPD, CDS) esteve à direita da «maioria constitucional» (PS, PPD, PCP). Ninguém se preocupava muito com o «conteúdo ideológico» da Constituição, que no essencial se situava no plano dos princípios: o PS tentou (já ele) dinamizar a «iniciativa privada», procurou tornear as «nacionalizações», foi o autor da «Lei Barreto», dele partiu o pedido de adesão à CEE sem se deter em eventuais incompatibilidades constitucionais, e por aí adiante. Não nos recorda que o CDS, durante o seu insólito governo com o PS, tivesse denunciado a impotência política congénita à Constituição, pois obviamente o importante é que ela lhe permitia ascender ao Poder e colocar os seus amigos — e até estaria à vontade para o fazer, como único partido que não dera o seu voto à aprovação global da Constituição. O ordenamento constitucional não impediu Nobre da Costa nem Mota

Pinto (não propriamente homens de esquerda) de se candidatarem a «resolver os problemas do país», nem posteriormente a AD de se propor o mesmo. Mas não nos adiantemos. Tudo terá começado quando, face à impossibilidade de governos de maioria parlamentar, Eanes toma a iniciativa de governos presidenciais. Nobre da Costa é «chumbado» pelo PS, incapaz de engolir a afronta da exoneração de Soares. Mota Pinto (mais à direita) acaba por ser derrubado por um Sá Carneiro que já vislumbrava a «chance» de Outubro. Mas o importante é que os *partidos* constatavam já então o ascendente de Eanes, com os poderes que eles próprios lhe tinham conferido. *Era em torno da configuração do poder político que se esboçava a futura «querela constitucional»*. De facto, se bem que desde 1976 várias vezes se tenham manifestado quanto ao teor económico demasiado «estatizante» da Constituição, o mito da Revisão Constitucional nasce verdadeiramente com o Governo Sá Carneiro — não exactamente com Sá Carneiro, que na sua proposta de revisão de princípios de 79 mantém, ou mesmo reforça, o carácter semi-presidencial do Regime (contra os que, no seu partido, advogavam uma maior parlamentarização). Se já antes se falava com frequência na «desgonçalvização» da Constituição, a tónica era sempre colocada no seu «conteúdo programático» (as referências ao socialismo, à sociedade sem classes, à socialização dos meios de produção, etc.) e na questão das nacionalizações, e nesse sentido vão o essencial das alterações propostas por Sá Carneiro. A questão da organização do poder político ganha corpo à medida que se compreende que o verdadeiro poder de Eanes decorre da sua função de presidente de um Conselho da Revolução que detém o monopólio da legislação e «gestão» militares, que se pronuncia sobre a constitucionalidade das leis e que politicamente o aconselha. O Conselho da Revolução, tão depurado depois do Verão quente de 75, tão «espírito de Novembro», passa a ser considerado a imagem mesma do «gonçalvismo», o verdadeiro responsável pela impossibilidade de resolver os problemas do país — apenas porque se opõe a violações demasiado grosseiras do texto constitucional. A colagem do PCP ao CR, à Constituição (que tanto atacou) e mesmo a Eanes, naturalmente que confere alguma credibilidade a esta tese e ajuda a consolidar o mito de que todas as *nossas* desgraças provêm do texto constitucional. Força-se

a demonstração com o envio de três sucessivos textos da «lei de delimitação dos sectores», cuja inconstitucionalidade é pronunciada. Sá Carneiro joga tudo na eleição de um ex-coronel fascista (18), que alguns dissabores lhe teria dado se ambos têm sobrevivido (um física, outro politicamente). Ele ter-lhe-ia, ao menos, assegurado o famoso referendo (19), que permitiria fazer uma «Revisão à medida». As coisas correram de outro modo, mas ter-se-ia esperado que o novo governo AD se precipitasse sobre questão tão vital. Poderá surpreender que tivessem sido necessárias duas sessões legislativas para concluir a revisão, quando a Constituição de 1976, em período «tão conturbado», como hoje se diz, foi elaborada e aprovada em escassos 9 ou 10 meses. Há óbvias razões para isso: o estado em que a morte de Sá Carneiro deixou a AD, o estado em que a vitória de Eanes deixou a AD e o PS, o estado em que Cavaco deixou a situação económica. Uma AD enfraquecida, sem cabeça, com o seu maior partido em gestação de duras querelas sucessórias, às voltas com a herança de uma política económica irresponsável e demagógica — dificilmente podia alinhar ideias sobre uma Revisão que, após a categórica vitória de Eanes, requeria cuidados dispensáveis com a tutela de Soares Carneiro. Havia, de resto, que esperar que o PS igualmente readquirisse a hegemonia soarista, abalado pelo falhado xeque-mate de Soares a Eanes em vésperas das presidenciais, disparatada birra de menino minado que, noutras paragens, lhe teria obviamente custado caro — mas chegou para mostrar com clareza a sua «estatura política»... De qualquer modo, o mito da Revisão Constitucional até tinha a sua utilidade, para poder ir regularmente explicando porque não era possível governar decentemente, motivar os investidores, etc. — e ir dando matéria a uma Comunicação Social docilmente afeiçoada a este tipo de (des)informação. É finalmente por pressão do PS, que vê nisso a única oportunidade para exercer um papel político (dada a necessidade da maioria de 2/3) e dele se ir falando, que acaba por arrancar a Revisão. Não nos cabe, naturalmente, historiar as principais peripécias do processo de Revisão. Interessa-nos, sim, chamar a atenção para um curioso facto: enquanto em comícios, declarações, entrevistas, etc., a Constituição continua a ser apontada como o grande obstáculo à «normalização económica», ao «investimento», à «iniciativa privada».

e poderia parecer, portanto, que os mais duros debates se centrariam sobre as questões da «organização económica», incluindo o estatuto dos sectores público e privado, a irreversibilidade das nacionalizações e coisas afins, não foi nada disso que se passou. Pelo contrário, o capítulo que trata de tais matérias terá sido dos que menos alterações sofreu, daqueles em que menos se falou, e isso não impediu que os partidos da AD tenham considerado a Revisão como «muito satisfatória», e a tenham votado sem problemas. De facto, os pontos quentes da Revisão foram os relativos aos poderes do Presidente da República (com relevo para a nomeação das chefias militares) e à distribuição dos anteriores poderes do Conselho da Revolução (com relevo para a questão da fiscalização da constitucionalidade das leis). Não acreditamos que por ingenuidade, o deputado socialista Almeida Santos, um dos principais negociadores da Revisão, considera essas matérias como secundárias, fazendo parte dos «números de sensação» do «folhetim da Revisão Constitucional» (expressões suas), por oposição às questões verdadeiramente importantes dos direitos dos cidadãos e da organização económica. Dizia um deputado, na altura, que o PS não cedeu em nada de essencial, como por exemplo o hino e a bandeira... Foi quase isso. De facto a AD compreendeu que, *em termos de Constituição*, o essencial estava em questões como as chefias militares, a organização do poder político e, *acima de tudo*, a fiscalização da constitucionalidade. No que toca às F. Armadas, foi mesmo o PS que contribuiu para assegurar a total assepsização política do «corpo militar», sendo certo, é claro, que isso significa uma efectiva intervenção ao nível das chefias, num dispositivo de «duplo clientelismo, em que o Poder dá 'coisas' às FA para as ter satisfeitas e as FA pedem 'coisas' ao Poder» (a expressão nem sequer é minha, mas do deputado Magalhães Mota). O verdadeiro homem forte do regime passar a ser o Ministro da Defesa, e o relacionamento Governo-Chefias militares volta a assemelhar-se *seriamente* à tal «simbiose» de antes do 25 de Abril. Conseguiu também a AD uma substancial redução dos poderes do Presidente (questão de algum modo conjuntural, já que o objectivo era reduzir os poderes *de Eanes*)<sup>(20)</sup>. Mas, sobretudo, conseguiu a consagração de um Tribunal Constitucional que, qualquer que seja o critério de democracia, constitui uma indiscutível aberração. Foi esta

última a verdadeira vitória da AD, que com ela contava para «flexibilizar» à sua vontade a aplicação do texto constitucional. É simplesmente espantoso que, tendo sido um dos co-autores dessa fórmula, o deputado Almeida Santos venha proclamar mais tarde na Assembleia que o Tribunal será «o fiscal concebido pelo fiscalizado», que será um órgão «castrado», «desvitalizado», etc.!! Dois meses antes, quando fora anunciada a solução conseguida, o jornalista Joaquim Vieira dava ironicamente os parabéns aos deputados, perguntando-lhes o que diriam «se os futuros guardas fiscais passassem a ser recrutados entre os contrabandistas». A resposta nessa altura era que se tratava da «solução política possível para desbloquear o impasse em que se caíra» (segundo cremos, palavras do próprio Almeida Santos...). Finalmente, quando da votação definitiva na Assembleia, ultrapassadas questões secundárias que se fez passar por essências (como a modalidade de votação dos juizes), o mesmo Almeida Santos vem considerar que se trata de uma «boa lei».

Dir-se-á, então, que a questão da Revisão Constitucional não era propriamente um *mito* mas, pelo contrário uma questão muito *real*, vital mesmo para as forças políticas nela envolvidas, em particular para as do Poder. Não é *exatamente* assim. A Revisão Constitucional «foi mitificada» enquanto instrumento de reforço da democracia: na realidade a democracia, mesmo num sentido pouco ambicioso, sai obviamente diminuída com a nova Constituição — quanto mais não fosse pela directa dependência do Tribunal Constitucional do órgão legislativo e pelo rigoroso divórcio que se estabeleceu entre os militares e a vida nacional (civil), excepto aos mais altos níveis. A Revisão Constitucional foi também mitificada como instrumento de desbloqueamento da «iniciativa privada» e, com isso, da solução da «crise económica»: já vimos que a paralisia da iniciativa privada não tem que ver com questões de ordenamento constitucional, mas com a inexistência de uma «classe empresarial» digna desse nome, estimulada por acréscimo — a que existe — ao exercício de «actividades mais rendosas» — o que irá persistir. A Revisão Constitucional terá mesmo sido um mito em que «embarcaram» muitos dos seus próprios promotores que, na sua incomensurável incapacidade e mediocridade, se terão efectivamente auto-convencido que, feita ela, tudo seria um mar

de rosas, e que um «Estado democrático forte» seria enfim conseguido como que por artes mágicas. Cedo se verificará que assim não é, ainda que muito disparate possa vir a ser feito ao abrigo do novo texto constitucional, até se concluir que, finalmente, ele permitirá tudo menos criar poderosos grupos económicos por decreto, em particular num período bem pouco propício a isso. Haverá que explicar um dia como foi possível que, desaparecido o último vestígio do «gonçalvismo», tudo tenha continuado a piorar. Disse Freitas do Amaral, e parece-me útil registar, que «o dia 30 de Outubro (cessação de funções do CR) será o Dia da Liberdade em Portugal». Oxalá não seja o contrário, e que ele próprio (do que duvidamos) se venha a arrepender de o ter dito. Esta frase tem, aliás, o mérito de nos restituir à nossa tese anterior: a «democracia», a «iniciativa privada», a «libertação da sociedade civil», a «Revisão» não têm sido, ou não foram, combates pela *Liberdade* contra o autoritarismo fascista, mas sim combates contra a *memória de 74-75*, obsessão e trauma da «classe política» portuguesa. Desse trauma se vive sete anos depois, no meio de uma «anarquia» e de um «descontrolo» que nem sequer tem a contrapartida de uma alegria e de uma esperança largamente partilhadas. Como é possível que, sete anos depois se não tenha «recuperado a economia», recorrendo às «grandes cabeças» de um Constâncio, de um Silva Lopes, de um Jacinto Nunes, de um Cavaco, de um Salgueiro? Como é possível que, esmagada a «euforia popular», não tenha ao menos esta sido substituída pela «euforia dos empresários» (o que, não sendo agradável, seria lógico), mas apenas pela dos especuladores, contrabandistas, passadores de divisas, «advogados de negócios», traficantes de influências, dos novos-ricos das «luvas» e dos favores — enfim, de quem se aproveita da fragilidade do Poder e não da sua força?

Finalmente, aquilo a que chamámos mitos de «afirmação» assentam todos numa simples *negação*. Não do passado anterior ao 25 de Abril, para o qual há mesmo por vezes descuidadas reverências, mas do passado mais próximo — o de 74-75. A política portuguesa tem sido um mero exorcismo, destinado a libertar-*nos* dos demónios e maldições que *nos* possuíram nesses anos descabelados, e os «sacrifícios» que regularmente *nos* são pedidos tomam o ar de expiação das terríveis culpas que *nos* são imputadas por termos posto este país no caos e na

anarquia. Claro que esta primeira pessoa do plural deve ser entendida como «nós, os maus portugueses». Simplesmente, nós-os-maus-portugueses terão sido, no fim de contas, quase todos — com exclusão dos saneados, dos que fugiram para o estrangeiro, dos que conspiraram e incendiaram, dos que se mantiveram calados e amedrontados, numa palavra, os «humilhados e ofendidos». Estes últimos, serão, por exclusão de partes, os bons portugueses. Porque ousamos dizer «quase todos»? A memória será curta, mas é impossível estar-se esquecido das inumeráveis iniciativas colectivas, *a todos os níveis*; do empenhamento e da generosidade com que então se procurava (nem sempre bem, é claro) resolver os problemas, *a todos os níveis*; do vigor da discussão e do debate políticos sobre questões fundamentais; da procura de verdadeiramente fazer interpenetrar as Forças Armadas com a comunidade, chamando aquelas a um papel de intervenção activa na melhoria das condições de vida das áreas onde estavam implantadas; para não ir mais longe, da *esperança* que se instalou, do *entusiasmo* que se viveu, da *mobilização* que se verificou. Os partidos hoje ditos «com assento parlamentar» estiveram todos permanentemente instalados no poder (com a excepção de poucas semanas em Agosto de 75), cooperaram e fizeram exaltadas declarações revolucionárias<sup>(21)</sup>, manipularam e instrumentalizaram quem puderam — o 25 de Novembro é bem a prova disso. O que nenhum partido conseguiu, depois de Novembro, foi (re)descobrir o segredo de ter um povo inteiro em movimento, mobilizado, activo. Nem o (re)descobrirá. Pela simples razão de que não é possível mobilizar «um povo» atrás de *uma ideia*, de *um partido*, de *uma ideologia*, ou mesmo de *um homem* (excepto talvez em excepcionais momentos de histeria colectiva, no início de uma guerra, p. ex.). A mobilização de 74-75 foi, naturalmente, uma *mobilização conflitual*, em que abertamente se manifestaram e vieram ao de cima as contradições e divergências profundas existentes na sociedade, entre grupos e interesses distintos. Por isso mesmo, *um período desses é sempre transitório*. Segue-se-lhe uma fase de «normalização», em que emerge um grupo dirigente assumindo plenos poderes ditatoriais em nome da ordem, dos valores tradicionais, da «regeneração nacional», etc. (ou das classes trabalhadoras, noutros casos) *ou então*, se é «democrática» a configuração do poder, surge

uma hegemonia de classe ou fracções de classe que permite governar sem precisar de «mobilizar» — a não ser eleitoralmente. Se adoptarmos o esquema gramsciano Estado = sociedade política + sociedade civil, em que esta tem agora o sentido de «instituições que asseguram a hegemonia» (escola, órgãos de informação, instituições religiosas, culturais, organização urbana, etc.), ficando reservada à «sociedade política» a acção de «autoridade e coerção» (aparelho político, exército, poder judicial, forças de «ordem») e a articulação com o poder económico, é através destes mecanismos que se estabiliza o exercício do Poder, e não por se ter conseguido — como constantemente se reclama entre nós — mobilizar «o povo» em torno de um «projecto de sociedade» ou da consciência de um «destino colectivo». O falar-se muito destas coisas significa muito simplesmente que, após 7 anos de «democracia» permanecemos em plena *crise* de hegemonia, podendo facilmente identificarmo-nos nesta passagem de Gramsci: «O exercício 'normal' da hegemonia no já clássico terreno de parlamentarismo é caracterizado pela combinação da força e do consenso, que se equilibram sem que a primeira predomine excessivamente sobre o segundo. De facto, tenta-se sempre que a força apareça baseada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública — jornais, associações — que, portanto, em certas situações se multiplicam. Entre a Força e o consenso situa-se a corrupção/fraude (características de situações em que se torna difícil o exercício da hegemonia, e em que é demasiado arriscado o uso da força)». Na perspectiva que adoptámos, diríamos que a multiplicação dos mitos, em tais períodos, tem justamente por função a desesperada procura de «consensos», de «condições de hegemonia». Só que tal não é possível «em vazio», isto é, se à função hegemónica não corresponder uma sólida articulação entre o Poder político e «um» aparelho de poder económico. A hegemonia é exercida veiculando uma «visão do mundo» (ideologia) *de classe dominante*. Na ausência desta, enquanto suporte do poder de Estado, surgem, em paralelo com os «mitos de afirmação», mitos de outra natureza, prefigurando «grandes soluções» para a «crise nacional», que se imagina terem maior potencial de «mobilização». Eles são já sinais de auto-descrença dos dirigentes nas famosas «instituições democráticas», na sua capacidade de gerar, nesse quadro, fórmulas



capazes de se imporem pelo jogo simultâneo da autoridade e do «consenso». Referimo-nos ao que designámos de início por «mitos de salvação».

## MITOS DE «SALVAÇÃO»

Essencialmente, desde 1976, surgiram entre nós dois grandes mitos de salvação: a CEE e o eanismo. Veremos que não é por acaso que veio decrescendo a força do primeiro, e aumentando a do segundo.

O mito da CEE foi claramente enunciado por Soares quando, em entrevista a um jornal estrangeiro, se interrogou, alto e bom som, sobre o que teria para oferecer aos portugueses se a CEE não nos aceitasse no seu seio. Por uma vez, ele viu longe: de facto, nessa altura, ainda não era pacífico (para os menos atentos) que não fosse possível conseguir uma arrumação de forças políticas e sociais que viesse a permitir uma estabilização do poder a médio prazo. Talvez, de resto, ele tenha muito simplesmente exprimido aquilo que muitos supõem ir no mais fundo da alma «dos portugueses»: este pequeno país nasceu por acaso, sobreviveu por milagre, e sempre precisou de muletas externas para se ir aguentando — Índia, Brasil, África, os ingleses (apesar de tudo), os franceses (de onde nos vieram as «ideias», a «cultura»), etc., etc. A «diáspora» sempre ajudou, e continua a ajudar, sobretudo porque são menos bocas a alimentar, e muitas outras que delas se alimentam. Mas sem especiarias, sem açúcar, sem oiro e diamantes, sem capitais externos, os emigrantes (ou os colonizadores, os aventureiros, os exploradores de outros tempos) não teriam chegado — como hoje não chegam. Sendo assim, lógico será pensar que, não havendo forças nem imaginação, nem recursos próprios, e chegado o dia em que finalmente se fechou o famoso «ciclo do Império», é uma vez mais ao exterior que teremos de ir buscar a salvação. Com efeito, restam-nos, para além dos emigrantes, as ideias com que a França continua a alimentar as nossas melhores cabeças, o que obviamente é curto para alimentar decentemente os nossos corpos. O mito da CEE parte, pois, da *total desconfiança nas*

*energias e capacidades nacionais* — e se por tal se entender as energias e capacidades dos chamados «agentes de decisão económica», é possível que não se ande longe da verdade. Julgo, porém, Soares incapaz destas subtilezas: também ele estava, pelos vistos, traumatizado pelo espectáculo que as energias e capacidades nacionais tinham «dado ao mundo» em 74-75, e não pedia mais do que uma *tutela*. É o que significa, de resto, a afirmação tantas vezes feita (na 1.<sup>a</sup> fase de vigência do mito) de que o pedido de adesão à CEE era uma decisão eminentemente política, era uma espécie de «seguro da democracia». E como tal, estava-se disposto a todas as facilidades e leviandades para o conseguir no mais curto prazo.

A Comunidade Económica Europeia não é propriamente uma instituição de caridade — se é que chega a ser uma «Comunidade Económica». É evidente que a integração da orla sul atlântico-mediterrânica tem uma considerável importância político-estratégica, fazendo quase coincidir os membros da CEE com os membros europeus da Aliança Atlântica, de algum modo desforrando os que em 54 viram enterrado pelo Parlamento francês o «sonho» da Comunidade Europeia de Defesa. A «teimosia democrática» dos 6, e depois dos 9, fez demorar esta aproximação com os vizinhos mais pobres do Sul, o que não impediu que viessem a ser estabelecidos acordos com as ditaduras de então, que desbravavam terreno para as etapas seguintes. Os países europeus eram, de qualquer maneira, desde há muito os principais parceiros comerciais dos três candidatos (Grécia, Portugal e Espanha), beneficiando este último de um poderoso caudal de investimentos estrangeiros, em particular americanos. Os Estados Unidos, de resto, afligiam-se bastante menos — como é seu costume — com os regimes políticos fascistas, olhando mesmo com alguma simpatia estes pilares do anti-comunismo, que lhe facilitavam a instalação de bases militares de vital importância, atitude que permanece, como bem o sabem inúmeros países por esse mundo, com relevo para a América Latina.

Esperavam, simplórios como são, os políticos portugueses que a CEE estaria pronta a pagar fosse o que fosse para acolher as «jovens democracias», designadamente a portuguesa. Seria o novo El-dorado, já que se tornava claro que para sustentar os incipientes regimes democráticos seria indispensável revigorar e dinamizar as respectivas

economias. Cada primeiro-ministro que entre nós chegava ao poder fazia o seu «périplo pelas capitais europeias» para vender este peixe. Foi Mário Soares, foi Sá Carneiro, por último Balsemão. As recepções eram ótimas, os jantares magníficos, os sorrisos de orelha a orelha. Mas à medida que o tempo passava começou-se a perceber que as coisas eram mais sérias: que era preciso estudar e preparar «dossiers», que as «ajudas financeiras» requeriam a apresentação de projectos, que havia infinitas «adaptações» a fazer (houve um governante que elaborou um programa de «mil medidas», das quais uma dúzia já devem ter sido aplicadas...), que em lugar de pagar para «fortalecer governos» a CEE começava por desconfiar de «governos fracos» (cada cara nova que aparecia em Bruxelas, por mais convicta e forte que parecesse, era a imagem mesma da fraqueza que por cá ia), que os próprios países da CEE se disputavam violentamente quanto a questões internas mas *também* quanto ao processo de alargamento, que os prazos «desejados» iam constantemente deslizando, que o dinheiro não vinha (e quando acabava por vir, como no caso das «ajudas pré-adesão», não só vinha muito cortado como a sua aplicação impunha à Administração esforços muito superiores à sua capacidade), enfim, um mundo de desagradáveis surpresas. Entretanto, neste jardim da Europa (verso premonitório...), o espectáculo era simplesmente confrangedor. Multiplicavam-se os simpósios e seminários sobre a «integração europeia», o que permitia a numerosos gestores, funcionários e jornalistas passar dois ou três sossegados dias refastelados nas poltronas da Gulbenkian de auscultadores nos ouvidos atentos, tentando descobrir em vão pelo meio das intrincadas exposições dos especialistas convidados *que país* iria sair do maná europeu. Discutiam-se ao mais alto nível questões vitais como as vantagens e inconvenientes de ser Ministro ou Secretário de Estado — ou apenas presidente de Comissão — o responsável pela «integração europeia», e se ele devia depender do primeiro-ministro, ou do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou de outro qualquer. Protelavam-se decisões à espera que por cá aparecesse o comissário D'Avignon (como sucedeu com o Plano Siderúrgico, que finalmente, depois de parto tão difícil, parece preparar-se para morrer de morte macaca) ou o comissário Natali, ou precipitavam-se outras para mostrar bom comportamento «europeu» (como sucedeu com a EPAC,

que foi extinta mas acabou por não ser, devido a um escândalo qualquer). Descobria-se, com o correr dos tempos, que aqueles «por quem se estava a trabalhar», os empresários, desconheciam por completo o que os esperava, senão mesmo «de que é que se estava a falar», como sucedeu com a Confederação do Comércio Portugêses quando lhe solicitaram a indicação de pontos que lhe interessasse incluir na agenda das negociações (22). Constatava-se que a própria CIP andava às aranhas, e começava a desconfiar que a integração iria exigir imensos esforços de reestruturação e reconversão de empresas, dar cabo de muito negociozito familiar, requerer o dinamismo de uma «nova classe empresarial», e portanto dava mais trabalho do que ser «parceiro social» e dizer umas coisas para a televisão — e começava a pôr reticências e a dizer que a integração «não podia ser feita de qualquer maneira»... Ouvia-se dizer que a Grécia, ao fim de três meses de «estar na Europa», caíra das nuvens com as «surpresas» financeiras que Bruxelas lhe reservara — e que isso não fora indiferente ao êxito eleitoral dos socialistas «anti-europeus», que tinham feito campanha pela «renegociação». Fazia-se ponto de honra em que Portugal «entrasse» primeiro que a Espanha (cada um tem a Aljubarrota que lhe é possível...), sem sequer pôr em relevo que um dos mais sérios efeitos da «adesão» sobre a economia portuguesa resulta da *existência* da Espanha, quer ela esteja quer não esteja na CEE — e sobretudo neste último caso. Enfim, mantinha-se um rigoroso silêncio, ao que suponho feito em boa parte de ignorância, quanto aos efeitos da integração sobre os sectores agrícola, agro-alimentar e da comercialização de produtos agrícolas, certamente aqueles em que irá «doer» mais a integração na CEE — e também neste domínio não me recordo que a CAP tenha dito algo que se aproveite. De resto, este ponto será o responsável por mais uns quantos adiamentos nas negociações, pois estão por definir os novos moldes da PAC (Política Agrícola Comum) e do sistema de contribuições financeiras dos países membros, questões em que o acordo não vai ser fácil, uma vez que aos problemas quase insolúveis que já existiam, haverá que acrescentar a questão da integração espanhola, com a provável necessidade de adopção de um esquema específico para os chamados «produtos mediterrânicos». A data da adesão passou de 82 para 83, depois para 84, e começou há pouco a falar-se em 85. Um dia será, se Deus nos ajudar.

Em 1980, no decurso de um estudo relativo ao sector de «projetistas e consultores», tive ocasião de observar que em Espanha as coisas se passavam de modo um pouco distinto. Enquanto as empresas de projecto estavam em plena crise, derivada da paralisia do investimento, as de consultores em «planeamento, economia e organização» iam de vento em popa, tantos eram os estudos encomendados tendo em vista a futura adesão à CEE: estudos de reorganização de departamento e organismos públicos, estudos sectoriais para o governo e associações empresariais, estudos de legislação comparada, de modernização de empresas, etc., etc. E o entusiasmo face à integração era moderado e variável de sector para sector, assente aliás numa informação muito mais vasta — sendo a «opinião», no entanto, genericamente favorável, ao que julgo fundamentalmente por razões políticas. Em Portugal, quantos daqueles estudos foram efectuados? Em particular: quantas associações empresariais os mandaram efectuar? A própria CIP *conhecerá* mais do que generalidades? A débil fundamentação do discurso dos seus responsáveis leva a supor que não. Também aqui, os nossos empresários parecem considerar que o governo «valerá por eles». O único caso, recente, em que parece ter havido alguma sintonia empresários-governo foi o do regime das exportações têxteis, mas aí tratava-se de mera questão «comercial», que não implicava aturado ou complexo estudo. Pelo contrário, quanto mais generosas quotas de exportação se conseguissem — e era esse o objectivo — menor o incitamento à reconversão e à modernização. Quanto à competitividade, espera-se que, como até aqui, ela continue a ser assegurada pela política de desvalorização cambial, que permitirá continuar a exportar sem que se alterem tecnologias ou se seja induzido a modernizar, a investir. É tudo o que pretendem os nossos empresários — por isso ficaram tão contentes.

Enfim, lançado como mito *político* de salvação da «democracia», o tema da integração europeia veio, nessa tónica, a perder força — já lá vão 6 anos — à medida que avultavam as questões económicas. Serviu entretanto para alimentar as teses da «incompatibilidade constitucional», a que já se fez referência. A partir de certa altura tomou a forma de mito de «salvação económica», sendo mesmo apresentada como única alternativa. Para o reforçar, surgiram dois outros mitos

secundários: o mito do «investimento estrangeiro» e o mito de «Portugal-ponte-entre-a-Europa-e-aÁfrica». Portugal parceiro da Comunidade seria o local ideal para a implantação de investimentos estrangeiros, em particular provenientes de países extra-europeus que assim teriam acesso livre aos mercados europeus, dispondo aqui de uma mão-de-obra «imbatível» em termos de baixos salários (no contexto regional) e altamente adaptável e capaz de «produtividades internacionais», como o provam os nossos emigrantes, etc., etc. É claro que se esqueçam que tudo isso já existia antes, pois de há largos anos que as exportações industriais portuguesas entram livremente na Europa, sem precisar de estar à espera da adesão. Aliás, a evolução nos últimos anos do investimento directo estrangeiro, em termos reais, tem sido bem pouco encorajante, contrariamente ao que vem proclamando o Instituto de Investimento Estrangeiro. Não só globalmente o crescimento tem sido muito moderado — nada que se pareça com o desejável para um Sousa Franco, que considerava indispensável o investimento estrangeiro triplicar em 79-80! —, como teria simplesmente estagnado, se não diminuído, se dele se excluísse um único projecto (Renault). Caso a Ford se venha efectivamente a instalar em Sines, isso permitirá de novo «doirar» as estatísticas. Este projecto, que de há anos vem alimentando as crónicas e as imaginações, já adquiriu só por si uma espécie de estatuto mítico. Ele será a «salvação» do projecto de Sines, ele atrairá novos investimentos estrangeiros, ele criará milhares e milhares de empregos, ele ajudará a salvar a balança de pagamentos, ele dará ao mundo a imagem do «Portugal, grande produtor de automóveis» (em vez de têxteis e sapatos), sei lá que mais.

Claro que quase tudo isto já se disse anteriormente do próprio projecto de Sines, com as suas imensas exportações de pirites (!!), de produtos petroquímicos, de «serviços» de *transhipment*, com a multiplicidade de «indústrias ligeiras» que iria induzir, etc. Pensamos que convirá ir pondo na agenda outro projecto salvador, pois a terminante exigência da Ford de ter «flexibilidade para despedimentos colectivos» — coisa que os investidores estrangeiros *não têm nunca exigido* — é de mau augúrio. Sabido como é que as grandes multinacionais americanas, designadamente no sector automóvel, têm por norma ir periodi-

camente deslocando de país para país as suas unidades, à medida que se alteram as condições de competitividade relativa, aquela insistência não pode deixar de sugerir que, daqui a 10 ou 15 anos, a Ford venha a fechar Sines para se instalar em Marrocos, ou na Turquia... Trata-se, porém, de horizonte que largamente ultrapassa o dos nossos políticos, genericamente partidários do «enquanto o pau vai e vem...». Para já, basta abrir generosamente os cordões à bolsa, que a Ford como qualquer *prima dona*, faz-se pagar caro.

É indiscutível que, na situação que se vive, o investimento estrangeiro tem sido, no plano industrial, em conjugação com o investimento do Sector Empresarial do Estado, o único «visível», face à evidente abulia dos investidores privados portugueses que, aparentemente, só vêem salvação no chamado «regresso ao passado» ou a algo que se lhe assemelhe. Nada leva contudo a admitir que o investimento estrangeiro venha a invadir Portugal em volume significativo e «salvador» — se é que de alguma salvação se trataria... E muito menos que esse afluxo tenha necessariamente que ver com a integração europeia: o caso Renault aí está a demonstrá-lo. Quanto ao papel de Portugal nas relações da Europa com as ex-colónias portuguesas, diremos apenas que, a existir algum, também não é evidente a sua relação com o nosso estatuto de membro, ou não, da CEE. Já nestes últimos anos se têm vindo a verificar aproximações de empresas estrangeiras a empresas portuguesas, visando ligações para possíveis contratos naqueles países, por julgarem que elas as colocam em posição concorrencial mais vantajosa, o que ainda não está demonstrado. Mas também se sabe de muitas e muitas outras que nesses países já se encontram implantadas, sem terem passado pela «ponte» lisboeta. Em qualquer caso, nem umas nem outras esperaram pela adesão de Portugal à CEE, nem se vê em que isso venha substancialmente alterar o panorama (a não ser porventura no caso de projectos financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, o que supõe, no entanto, que aqueles países adiram à Convenção de Lomé, ou outras que lhe sucedam). Enfim, o mito da CEE tem vindo obviamente a decair como «mito de salvação». Já ninguém acredita muito nisso, e quando não se está convencido é sempre difícil tentar convencer os outros. É mesmo natural que, à medida que se for difundindo a informação sobre a CEE, cada vez

mais forças sociais e económicas, e especificamente cada vez mais empresários, se interroguem sobre as consequências de tal passo — o que não significa que se oponham ao processo de acesão, mas apenas que deixarão de ver nele o tal instrumento único e salvador que tanto foi proclamado em anos anteriores.

Pouco a pouco, terá vindo a ganhar forma em muitos espíritos (saudosistas dos «bons velhos tempos», apressados teorizadores da *politique d'abord*, indivíduos e grupos sociais diversificados que une uma «consciência de impasse») que a questão central e decisiva se situa ao nível do político, do Estado. Mais difícil seria, naturalmente, exigir-lhes que compreendessem que o Estado será forte ou fraco consoante a força económica e social que o suporte — e não segundo os meros «desejos» do poder político ou dos seus doutrinadores —, ainda que haja uma evidente imbricação/reciprocidade entre ambos. *O mito do Eanismo tem aqui as suas raízes*. Não deixa de ser curioso que os intelectuais de direita, que diariamente se esfalfam a demonstrar a necessidade de um Estado forte, sejam tão ferozmente anti-eanistas. Argumentam eles com as «ameaças à democracia» que conteria o «projecto eanista de poder pessoal» — eles que tão entusiasticamente apoiaram o «democrata» Soares Carneiro! Alguns políticos mais incontinentes chegaram a apodar Eanes de «comunista», por ter recolhido os votos dessa área, suspeitando-o de nos prometer uma «ditadura de esquerda» — um novo «gonçalvismo», se calhar... A persistência do ódio da AD a Eanes comporta, secundariamente, componentes variadas que vão desde o bloqueamento mental em que a deixou a morte de Sá Carneiro, que disso fizera — à sua maneira — uma questão de vida ou de morte, até, no caso dos seus *maîtres à penser*, a sua quase geral origem «de esquerda», com o mal-estar e complexos que daí decorrem. A este último aspecto dedicaremos adiante algumas linhas, bastando-nos por ora constatar que, no essencial, a «classe política» dirigente — incluindo o PS — teme em Eanes a perda de controlo sobre o «aparelho do Poder» e sobre as respectivas «clientelas», que resultaria do ascendente de um «partido» ou «movimento» eanista. Isso já se entende, pois não é nada de novo, nem de originalmente português. Recorde-se apenas como desapareceram da cena política francesa os grandes partidos da 4.<sup>a</sup> República (os



cristãos-democratas do MRP, a SFIO — só muito mais tarde reconstituída sob a forma de PS —, o velho Partido Radical) com a tomada de poder de De Gaulle em 1958. Tudo teve então de ser reordenado, dezenas de ex-chefes de governo, ministros e notáveis extinguiram-se politicamente para todo o sempre, outros «converteram-se» rapidamente à nova ordem, mas durante uns quinze anos o «Gaullismo» dominou por inteiro a política francesa, até começarem as desinteligências e partilhas difíceis com uma família menos ortodoxa, para enfim se chegar à vitória de Mitterrand. É lógico que os nossos partidos parlamentares (como os franceses de então) reajam a tal perspectiva, eles que são a «nata» da nossa «democracia». Trata-se de um compreensível instinto de sobrevivência. Mas convém notar que nenhum dos partidos, com relevo para o PSD e para o PS, está imune ao «fenómeno» eanista, e não serja difícil alinhar dezenas de nomes de gente arguta que já prepara o salto para o novo «cavalo do poder» (expressão que tem feito fortuna entre nós). Serão talvez os que leram o livro «Démocratie Française» de Giscard d'Estaing, onde ele martelava a tese da necessidade de um consenso que representasse a vontade colectiva do *grupo central* da sociedade francesa. Como se vê, as ideias de consenso e de bloco central — como cá se diz —, também elas nos vêm de França (ou mesmo de Espanha, onde a palavra «consenso» tem sido, no pós-franquismo, o incessante *leit motiv*) (23).

Porque incluímos o «eanismo» entre os mitos que decidimos analisar, quando até aqui só nos referimos aos mitos da «classe política» dirigente desde 75, e não aos de uma «classe» que a tal se *candidata*? Porquê introduzirmos aqui um mito *considerado* tendencialmente «de esquerda», quando só nos temos vindo a preocupar com os mitos «de direita» (PS incluído)? Pois bem, eis aí questões que, só por si, chegam para restituir à sua «nebulosidade» própria a grosseira distinção entre «esquerdas» e «direitas». Na realidade, a oposição eanismo *versus* anti-eanismo é uma questão *interior* a uma burguesia desorientada e inconsciente — e é nessa medida que nos interessa. É indiscutível que o eanismo como «mito de salvação» ganhou a simpatia e até por vezes o caloroso acolhimento da intelectualidade de «esquerda» politicamente mais empenhada. E ainda hoje, como em qualquer parte, é de «esquerda» a intelectualidade *que conta* em Portugal. Uma

Natália Correia bem o explicou nos dias seguintes à derrota de Soares Carneiro, que o seu partido erradamente lançara — é vê-la desde então a «namorar» o Presidente «pro-comunista»... É certo que, perante o leque político existente, se pode compreender que, *para quem na «esquerda» queira intervir politicamente*, seja de boa tática «escolher» por Eanes *contra* Freitas do Amaral (e tudo o que ele representa) — é o que tem feito o PCP, com alguns cuidados de circunstância. Mas já é altamente desaconselhável deixar-se embalar pelo «mito», depositando em Eanes todas as esperanças — de quê? Voltaremos ao assunto.

Será o «eanismo» uma nova versão do «nosso» eterno sebastianismo, tendo portanto que ver com as raízes do «imaginário colectivo»? De facto só o exacerbado narcisismo que permanentemente «nos» pretende originalizar poderia por esta via «nacionalizar» situação tão corriqueira. Com efeito, é sabido que as situações de profunda crise e desagregação são sempre, em qualquer latitude, *portadoras* de potenciais «messias», de «desejados» que, uma vez *reconhecidos*, conseguem, por um momento, um relativo (se não entusiástico) «consenso» quanto à sua capacidade para «resolver os grandes problemas nacionais», quando não mesmo «restituir à Nação a sua dignidade», «unindo-a em torno dum projecto patriótico». Eles chamaram-se, entre muitos outros, Kemal Ataturk, Hitler, Péron, De Gaulle (mas também, em períodos de guerra, Clémenceau ou Churchill). Quase sempre estas figuras surgem alguns anos depois de uma situação de «ruptura», após verificar-se a impossibilidade de um entendimento entre as forças que se disputam o poder político, numa fase em que se impõe um novo «reordenamento» dessas forças, nenhuma delas sendo capaz de assegurar a «hegemonia» e de tomar decisões inadiáveis. Ouçamos de novo Gramsci: «[Em tais períodos], a passagem de tropas de muitos partidos diferentes para sob a bandeira de um único partido, que melhor representa os interesses de toda uma classe, é um fenómeno orgânico e normal.(...) Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do líder carismático, isto significa que há equilíbrio estático (com factores disparates, mas em que o decisivo é a imaturidade das forças progressistas); isto significa que nenhum grupo, nem conservador nem progressista, tem força para vencer, e que mesmo o grupo conservador precisa de um chefe». Também Gramsci, quase parecen-

do adivinhar o caso português, considera que «qualquer governo de coligação é um primeiro estádio do cesarismo, que pode ou não ir mais além (contrariamente ao que pensa a opinião pública, para quem uma coligação é o melhor obstáculo ao cesarismo)». Na realidade, o *crescendo* em que tem vindo o tema do eanismo é, ninguém o duvida, o produto lógico da impotência de todas as soluções até agora tentadas, de que a «coligação maioritária» foi a última e prometia ser a mais sólida (24). Nada disto, como é evidente, tem nada que ver com o «sebastianismo» (25), e se cito Gramsci não é para invocar qualquer argumento de autoridade, mas para mostrar que *nos anos 20* já estas questões estavam mais do que equacionadas e teorizadas. Voltando um pouco atrás, também sabem isto de cor e salteado os tais «intelectuais de direita» vindos do marxismo — daí que compreendam o que lhes está reservado. Até porque saberão também que Gramsci distinguia o «cesarismo progressivo» (César, Napoleão I) do «reaccionário» (Napoleão III, Bismarck), tudo estando «em ver, na dialéctica revolução/restauração, se é uma ou outra que *predomina*». É nisto que apostam porventura os intelectuais de esquerda eanistas, sem ter em conta que todos os elementos da crise portuguesa apontam para um domínio da «restauração» sobre a «revolução», pois quer se queira quer não, e como já afirmámos noutras ocasiões, não há *solução «de esquerda»* para o problema português no curto prazo.

Todas estas considerações são obviamente independentes da «pessoa» de Eanes, a que adiante reservaremos algumas linhas. E de facto muito mais importante observar o conjunto de personalidades e forças que nele depositam a chave da «salvação», ainda que alguns não expressem desta forma, preferindo manter certas reservas — mais, de resto, relativamente ao famoso «partido presidencial» do que ao papel de Eanes no «indispensável saneamento dos costumes políticos» nacionais. Ex-MRPP de duvidosa reputação política — um Aventino Teixeira (26), um Freire Antunes (27) — misturados com a terceiro-mundista Pintassilgo, o velho-lutador-anti-fascista Vasco da Gama Fernandes, o pequeno-grande «estadista» Medeiros Ferreira, empresários de variado matiz como Rabaça (28), Nobre da Costa ou Guedes da Silva, ferrenhos marcelistas como Silva Pinto, gestores (de empresas, de influências) como Botequilha, professores universitários como

Oliveira Marques, gente de alto prestígio como o prof. Henrique de Barros, jornalistas menos ou mais apressados (note-se, entre os últimos, a clique de «O Jornal»), toda uma «elite» cultural em que se destacam o exemplar E. Lourenço (23) e o inconstante E. P. Coelho, encabeçando um numeroso lote de artistas, cineastas, escritores, etc. — julgo que este conjunto é suficientemente representativo da insólita convergência de nomes que têm vindo a ser associados ao «eanismo». Na área partidária, é sabida a forte corrente existente dentro do PS — aquela que decisivamente contribuiu para a sua eleição —, as simpatias mais ou menos declaradas no seio do PSD — desde Natália Correia e Mota Amaral até aos recém-aproximados «críticos» — e mesmo nomes como Lucas Pires e Sá Machado no CDS, que se mantiveram até hoje afastados das chamadas «guerrilhas institucionais» e namoram claramente o «bloco central». Isto para não falar duma ASDI, onde seria fácil contar as «adesões». Resta, o que é certamente mais importante, a vasta rede de autarcas que já estiveram presentes na máquina da CNARPE ou têm vindo a sensibilizar-se ao martelar do discurso domingueiro de Eanes sobre as virtudes do poder local.

Subsistem, contudo, algumas pertinentes questões. Estará aí a franja dirigente ou emergente de uma «base social», ou por outras palavras, terá este possível movimento (que pena faltar-nos uma palavra para o francês «rassemblement»!) raízes na sociedade, que lhe permitam aspirar a uma «organicidade» que é condição de força política real e estável? Creio ser errado colocar o problema desta maneira, por diversas razões. Quando se atinge o limiar crítico em que a *necessidade* messiânica ou bonapartista (o que não é idêntico mas com frequência conflui na figura «salvadora») se coloca, é um apelo à «regeneração» que está na ordem do dia. Uma «regeneração» tem geralmente subjacente uma ideia de «moralização da política», ou pelo menos é como tal que publicamente se manifesta uma difusa aspiração colectiva. Na realidade, é a impossibilidade de manterem as forças políticas existentes um mínimo de credibilidade e consistência, e portanto de nelas se reconhecerem os diversos grupos e classes sociais, que provoca o aparecimento de uma figura aparentemente «unificadora» e mobilizadora — e por isso importa que a tal figura se atribuam «virtudes» que se consideram ausentes dos políticos já desacreditados.

Esta acentuação posta nos aspectos «comportamentais» da política desloca naturalmente a questão da representatividade social, que só num segundo tempo virá a ressurgir — porque a ela se não poderá fugir, mais tarde ou mais cedo. De facto, nestas fases muito particulares do processo político, produz-se um fenómeno de «redução» ou simplificação que possibilita largas convergências interclassistas. O descontentamento e a frustração são generalizados, e pouco importa que sejam frontalmente contraditórias as aspirações não satisfeitas que lhes estão na origem. Desenha-se um *sentimento comum*, em torno de uma verdade reconfortante (para a boa-consciência de cada um): «os políticos» são corruptos, incompetentes, palavrosos, parlapatões, e daí vêm todos os males. Claro que é apenas uma meia verdade, pois a outra metade, menos reconfortante, está na incapacidade dos próprios interesses sociais se «auto-identificarem» e organizarem enquanto suportes de efectivas *forças* políticas, a quem desculpariam todas as corrupções e palavrosas discursatas se, uma vez no Poder, fossem os seus agentes eficazes e cumpridores, ainda que sujeitos a compromissos e arbitragens com outras forças «aliadas». Não sendo assim, isto é, sendo atarantados e débeis os grupos sociais com vocação hegemónica, resta-lhes o referido mecanismo, de «simplificação», o qual facilmente desemboca no retrato-robot do salvador ou regenerador: o homem austero, sério, respeitável, exigente consigo próprio, pouco falador, que compreende os *nossos* problemas. Claro que os *nossos* problemas são todos diferentes, ou pelo menos diferentes de grupo para grupo, de região para região; claro que para resolver os de uns, terá um dia de se descontentar os outros; claro que o dito homem terá necessidade dum «aparelho político» que porventura virá a ser tão corrupto e palavroso como outro qualquer; claro que isso se virá a passar porque ele não pode saber tudo, estará mal informado, etc., etc. — a história é conhecida. Mas claro também que o dito homem tem uma função essencial a desempenhar, de cujo sucesso dependerá a «solução» de todas essas angustiantes dúvidas: unificar num projecto político sólido e viável não *todos nós*, mas um «bloco social» que com ele se identifique, e reciprocamente. Eanes ajusta-se bem áquele retrato-robot, que já está mais do que esboçado na fase actual do processo político português. Aliadas as «virtudes do beirão», a que uma

tipologia de almanaque nos habituou, às «virtudes militares», bem conhecidas desde os livros da escola — aí temos a *imagem interior*, feita para nos devolver serenidade e confiança, à qual os especialistas de «marketing» político ajustam uma adequada *imagem exterior*, cuidando-lhe do penteado, do fato, da pose ou mesmo do discreto humor/sorriso programados. Quem se vai lembrar que em 1980 Eanes afirmou que o seu «projecto de sociedade» era idêntico ao da AD, para em 1982 se declarar próximo do «socialismo democrático», lamentar a ausência de um «projecto cultural de Esquerda», mas apostar tudo no «bloco central»? Pouco importa, pois não só, como já referimos, os eleitores não votam em projectos de sociedade — trata-se apenas de um ornamento apreciado no discurso político —, como o que está em causa, de facto, é a substituição de um aparelho político por outro, e a «figura carismática» não é mais do que o veículo dessa substituição. Embora prefira abster-me da previsão política, sempre arriscada, ousou pensar que, nas *presentes condições portuguesas* uma mudança vigorosa de «pessoal político» — que terá de ser muito ampla, após anos de ocupação dos múltiplos centros de (in)decisão por gente recrutada entre as clientelas partidárias — e, sobretudo, a criação em pouco tempo de uma imagem de determinação e capacidade, implicando ao menos o vislumbre de soluções para *alguns* problemas prementes, *exigirá* uma certa sobrançeria relativamente aos preceitos constitucionais (30), incluindo mesmo alguma distorsão quanto a direitos e liberdades — aquilo a que por vezes se tem chamado uma «democracia musculada». Em 76 Soares anunciava o «socialismo na gaveta». Recentemente, Marcelo Rebelo de Sousa preconizava «a social-democracia na gaveta». O passo seguinte poderá ser a «democracia na gaveta» ou, pelo menos, «entre parêntesis». A vir a ser posto à prova o mito eanista, suspeito no entanto que Eanes, militar certinho e cumpridor como parece, possa não ser capaz de violar os seus juramentos constitucionais, deixando o caminho aberto a quem tenha menos esquisitices democráticas. Coisa pouco relevante, é claro. Não me peçam para dizer se prefiro que seja um Freitas, um Eanes, um Cavaco, ou outro qualquer a incarnar a nossa eventual futura figura tutelar. Só sei que *recuso* um tutor, tenha ele o nome que tiver. Julgo ser aí que se deveria situar o abismo que rigorosamente *nos* separasse

da gente de «A Tarde» e seus discípulos. Eles recusam Eanes porque ele lhes faria perder o poder que hoje têm ou pensam ter. *Nós simplesmente não queremos tutores*, por muito prazer que nos pudesse dar ver varridos dos seus múltiplos «tachos» os que hoje passeiam os seus ridículos esqueletos pelos gabinetes de um Poder impotente. Ser de esquerda hoje passa por uma condição básica: *conseguir* não ser eanista, isto é, ser capaz do esforço que isso implica. Esta é outra forma de precisar aquela distinção, que a Esquerda tem procurado fazer da maneira mais simples: sendo eanista ou, pelo menos, considerando, com certa simpatia, o eanismo «um mal menor». De facto, os anti-eanistas dos actuais aparelhos políticos (CDS, PSD, PS) são-no *sem esforço* — são-no simplesmente, *porque não podem deixar de o ser*. A Esquerda não o pode ser *naturalmente*, pois o eanismo lhe dá ao menos a sensação de ter algo de consistente a opor aos actuais aparelhos de Poder. Por isso mesmo a tentação eanista lhe impõe um combate (que é afinal o combate pela sua própria identidade e afirmação): para quê estar a adiar esse combate, quando *se sabe* que Eanes só nos livrará da AD e de Soares, para os *substituir*, ou seja, para nos obrigar mais tarde a descobrir outra «salvação» qualquer? É certamente mais incómodo ser anti-eanista quando o são também a AD e Soares — e quando o PCP o não é, por óbvias razões tácticas. Há pois que *sê-lo de outra maneira*. Ser de esquerda não tem necessariamente de ser cómodo. Quase nunca é.

Não nos desviemos, porém, do nosso caminho, pois teremos tempo de voltar a estas questões. Que nos *dizem* os mitos de «salvação» que brevemente examinámos? Dizem-nos da completa incapacidade da burguesia portuguesa para gerar soluções *próprias*, no quadro institucional que *ela própria* definiu e com que enche constantemente a boca. Isso não é historicamente nenhuma novidade, e diríamos mesmo que os dois mitos de que nos ocupámos são de algum modo simbólicos das «saídas» que, alternativa ou simultaneamente, a burguesia tem encontrado para ir sobrevivendo como classe dominante que *não pode deixar de ser, não sendo* — por não ter em si mesma forças para tanto. A salvação «vinda de fora», a salvação «militar» (ou «regeneradora») — o mito da CEE, o mito eanista... Se se quiser ir buscar ao passado a «compreensão» do que *hoje* nos acontece, julgo que cabe

aos historiadores uma palavra bem mais importante do que aos psicanalistas-sociais (para retornar ao nosso texto introdutório): haverá que precisar com o possível rigor as razões porque nos coube em sorte *esta* e não outra burguesia, e duvido que elas se possam ir buscar ao inconsciente, ou ao imaginário colectivos. Penso que será um exercício interessante, e útil na medida em que o «conhecimento» é sempre preferível ao «não-conhecimento». E penso também, a propósito, que bem fariam os historiadores em deixar aos abundantes amadores que pontificam nas páginas e revistas de «divulgação histórica» os pequenos *faits-divers* que apressadamente recolhem em meia dúzia de jornais dos tempos da República, para se dedicarem a uma investigação séria que grão a grão, fosse contribuindo para iluminar aquela questão fundamental — o que de resto alguns já estão a fazer, sem prejuízo, é claro, de outras linhas de investigação porventura igualmente fecundas. Mas gostaria de sublinhar que tal conhecimento não nos dará a chave para o que se vai seguir, nem mesmo para a *situação presente* — apenas nos explicará as suas raízes históricas, ou seja, o *percurso* que até aqui nos trouxe. As pistas para isso encontram-se, no essencial, a meu ver, nas duas últimas décadas: últimos anos do fascismo, «inter-regno» 74-75, fase «democrática». São os acontecimentos que neste período se sucederam que determinam visivelmente os comportamentos da burguesia no momento actual: guerra colonial/descolonização, constituição (enfim) de uma grande burguesia financeiro-industrial/decapitação revolucionária da mesma, ditadura sólida/ditadura titubeante/(in-)poder revolucionário/democracia «titubeante», militares-sustentáculo-da-Pátria-pluricontinental/militares «titubeantes»/militares-sempre-sempre-ao-lado-do-povo/militares-sustentáculo-da-democracia, empresários «protegidos» e todo-poderosos/empresários saneados ou simplesmente «desprotegidos» e impotentes/empresários traumatizados enfrentando greves e sindicatos, situação internacional de «prosperidade capitalista»/situação internacional de crise capitalista generalizada, etc., etc. Reconheça-se que são mudanças demasiado abruptas para uma classe que nos anos 60 se começara a «estruturar», embrulhada em algodão em rama. Como poderia uma burguesia insegura e dispersa por mil fracções sem unidade nem convicção projectar de si mesma uma imagem que não



fosse a da impotência? Através dos mitos a que se agarra ou que nos «propõe», denuncia a sua própria incapacidade de ultrapassar os *traumas* deste passado recente, possuída como está por *complexos* de que se não sabe libertar — e que fariam corar de vergonha as suas congéneres europeias.

Ainda há pouco um empresário com alguma lucidez declarava, num lamento: «Estamos a sofrer do complexo de esquerda que afecta o País, e de um esquema educacional que inibe os empresários de dizer as coisas com clareza». A mitologia anti-gonçalvista não tem chegado — nem já vai chegar, é claro — para desinibir os seus próprios promotores, e muito menos para vender uma falsa imagem de segurança e determinação. Se se pretendesse caricaturar o regime pós-Novembro, representando-o por uma figura política que o simbolizasse, creio que só um nome poderia ocorrer: o de Mota Pinto. Petulante, falsamente senhor de si, vazio de ideias e mais ainda de «doutrina», fatinho às riscas, adorando parecer importante mas sem conseguir esconder uma óbvia insignificância, autoritário na linguagem tanto quanto nulo nas acções, vocação de advogado-de-partilhas-de-águas transmutado sabe Deus como em «autoridade» em matéria constitucional, saindo de Belém ou S. Bento com o ar do «notável» provinciano que sai do café da aldeia distribuindo sorrisos e cumprimentos — que melhor caricatura para a República que deste ridículo cidadão fez um «eminente político», primeiro-ministro pela mão de Eanes e hoje Conselheiro de Estado pela mão de Balsemão?

Dirão alguns, muito ortodoxos nestas coisas, que a impotência da burguesia portuguesa decorre do vigor e da agressividade dos que se lhe opõem — designadamente as forças sindicais e o PCP, em resumo, «os trabalhadores». Só que se uma fragilíssima burguesia tivesse pela frente um sólido e potente movimento de massas, estaríamos, porventura, à beira da Revolução — e não estamos. Segundo os padrões da mesma ortodoxia, seria apesar de tudo mais lógico aduzir que uma frágil burguesia dificilmente pode *produzir* um forte proletariado — e é provavelmente isso o que se passa. É toda a «estrutura social» que se encontra «sub-desenvolvida», e como poderia ser de outro modo? Isto sem colocar a questão, sempre tão delicada para a Esquerda, de como as estruturas sociais desenvolvidas produzem frotas proletariados...

reformistas e não revolucionários. Com o que não se pretende negar, obviamente, que a acção sindical — reivindicativa e também política — tem sido importante, ainda que não seja claro o seu efeito: se tem contribuído mais para manter um mínimo de «agregação» e de instinto de «classe» nos aparelhos da burguesia, se, pelo contrário, tem reforçado a sua desorientação e impossibilitado essa mesma «agregação». É discutível este ponto, sendo certo, embora, que, dadas as condições sócio-económicas, essa acção político-sindical existiria sempre e necessariamente, para além da «consciência» que pudesse haver de consequências porventura nefastas (e julgo que nem sequer é essa a perspectiva do aparelho partidário que a «controla», cuja análise se centra, no essencial, em questões tático-estratégicas ligadas à sua própria «sobrevivência» política). Trata-se muito simplesmente da *objectividade* da luta de classes. Também na Polónia se adivinhava sem dificuldade o «resultado» da acção crescentemente radicalizada do Solidariedade — e no entanto tal desenvolvimento era inevitável. Como porventura o era o 25 de Novembro. O que não nos fará simpatizar mais com os triunfadores respectivos, guardadas as devidas proporções...

Poderíamos continuar por aí fora. Não seria de todo desinteressante examinar alguns outros mitos da nossa «vida política». A descentralização e o poder local, que diariamente fazem encher páginas e páginas de jornal com declarações de «responsáveis», seria um deles. As «comunidades portuguesas», que anualmente partilham com Portugal e com Camões as exaltações do dia 10 de Junho, além de proporcionarem agradáveis voltas ao mundo a uns tantos outros «responsáveis», seria outro mito curioso. Ambos poderiam ser classificados como «mitos de identificação», versões «democráticas» dos mitos nacionalistas da «Pátria», das «virtudes nacionais», do «orgulho de ser português». No «país real», que trabalha a terra longe das grandes urbes, que conserva o «melhor das nossas tradições», ou que as mantém vivas pelos quatro cantos do mundo, reencontraríamos a nossa dimensão histórica (perdida em definitivo a nossa dimensão geográfica), as raízes de um passado único de grandeza e de coragem, o fio identificador desta «Nação

imortal». A linguagem «democrática» presta-se mal a estas coisas, e daí que só o segundo daqueles mitos proporcione, uma vez por ano, um ou outro vibrante discurso identificador, em que de resto se põe sempre o comedimento da associação expressa entre a grandeza da Pátria e as suas tradições democráticas (mais do que duvidosas, de resto). Para além destes rituais ou «missas» periódicas — semanais no caso do «poder local» — pouco mais fica, de ambos os mitos, do que uma evidente preocupação eleitoral, uma disputa de caciques ou de *leaders* de opinião.

Poderíamos recordar alguns mitos já esquecidos, que apenas nos serviriam para demonstrar quanto eles podem ser efémeros ou conjunturais. Ocorre-nos um, que fez fortuna como «mito de salvação», ao tempo do 1.º Governo PS: o mito do «grande empréstimo». O que Soares berrou por aí do consórcio financeiro internacional já assegurado, que iria salvar a economia portuguesa concedendo-nos um empréstimo de 1 bilião de dólares (ou era bilião e meio?), sem quaisquer condições lesivas da soberania nacional! Claro que nunca veio, tratava-se do *wishful thinking* de governantes ineptos e oportunistas. Houve, como se sabe, que passar pelo «pequeno empréstimo» do FMI, apimentado com as condições indispensáveis para motivar a banca internacional. É assim que as coisas se fazem entre a gente da finança mundial — só que é preciso saber, ou então aprender «on the job», como nos aconteceu... Quanto ao potencial salvador de tais mecanismos, basta ver ao que hoje chegámos, pior do que alguma vez se sonhou em 74-75. Dir-se-á que os resultados do «programa FMI» foram espectaculares, reequilibrando a balança de pagamentos em dois anos. Dir-se-á, com alguma razão, que Cavaco «estragou tudo» com a sua política demagógica visando em exclusivo as eleições que se avizinhavam <sup>(31)</sup>. O facto é que, com Cavaco ou sem Cavaco, estaríamos hoje onde estamos, por razões que já indicámos: o problema é *estrutural*, não se resolve com medidas conjunturais; o problema é da fragilidade dos agentes de decisão económica e do próprio poder político e nem aqueles se inventam em dois anos, nem este se «fortifica» com qualquer xarope «made in Washington».

Deixemos tais incursões a «mitos de 2.ª ordem», que não têm faltado. Mas antes de alinharmos algumas conclusões, apetece-nos —

até porque é divertido — dedicar umas quantas páginas áqueles que «teorizam» e alimentam toda esta laboriosa mitologia, uns mais convictamente que outros. De passagem veremos toda a soma de traumas e complexos, de origem recente, que tantas vezes lhes confundem os espíritos, dificultando aos destinatários a leitura das suas «mensagens». Talvez este texto, cuja necessidade poderá não ser evidente, sirva apenas para nos restituir uma boa disposição que nos ajude a enfrentar sem angústia conclusões certamente deprimentes.

### OS CÃES DE CAÇA (OU OS VENDEDORES DE MITOS)

O 25 de Abril trouxe-nos, entre muitas outras coisas, os «intelectuais de direita». Era lógico que assim fosse, e é mesmo benéfico ao ponto de podermos incluir tal facto entre as «conquistas de Abril». Com efeito, tirando uma ou outra figura que descuidadamente escorregou na casca da banana marcelista, pode afirmar-se que tudo o que por aí ia de «cabeça pensante» com o mínimo de caco era oposicionista. Claro que ser oposicionista não significava ser de esquerda, mas nessa altura era conveniente manter-se a confusão do *melting pot* onde todos cabiam, já que o objectivo número um era obter «as liberdades» — coisa importante para toda a gente, e vital para os intelectuais. Dir-se-á que um intelectual de direita dispunha então de toda a liberdade, o que nos restitui à questão de saber por que não existiam. As razões serão várias, mas como me não interessa deter-me neste ponto, mas apenas constatá-lo, direi que só existia verdadeira liberdade para os «intelectuais de extrema-direita» — expressão que é uma autêntica contradição nos termos, tanto a razão é violentada por regimes políticos desse perfil. Poderá mesmo observar-se que, neste século, os mais influentes «intelectuais de extrema-direita» ou desenvolveram as suas teorias em regimes democráticos (caso típico de um Maurras, de um Sardinha entre nós) ou fizeram da política uma fé, muitas vezes em situações-limite que impõem escolhas simples e extremas (caso dos intelectuais colaboracionistas ou pro-nazis, hoje em boa parte recuperados como «artistas» que eram, não como doutrinaidores; um Céline, um Drieu, um Ezra Pound).

O pós-25 de Abril veio clarificar o posicionamento político dos antigos sectores oposicionistas. Como cada um pôde, felizmente, dizer tudo o que lhe ia na alma, começou-se a perceber que a grande «unidade anti-fascista» se desdobrava agora em diversas famílias ideológicas, ainda que nem sempre isso se traduzisse em claras opções partidárias. O período que decorre até ao 25 de Novembro não terá, neste aspecto, sido particularmente esclarecedor (32). A descompressão social foi de tal ordem, o «radicalismo» nas acções e na linguagem tão avassalador, que o simples discurso apelando à razão ou à moderação se via apodado de reaccionário, se não de fascista. Uma boa parte da intelectualidade fascinou-se com a movimentação popular e com a descoberta de algo até então puramente livresco que era «um exército revolucionário»: tornou-se de algum modo «esquerdista», se não «libertária». Outra parte foi-se acolher à sombra tutelar do «Partido», esperando porventura, a partir da célula dos intelectuais, insuflar-lhe uma nova dinâmica e uma maior flexibilidade. Os restantes andaram simplesmente «por aí», a ver em que paravam as modas, os mais conhecidos misturados agora nesse novo «melting-pot» que era o Partido Socialista. Todos eles, no entanto, iam escrevendo coisas sobre o povo, o MFA e outros que tais temas próprios do tempo que corria.

Enfim, só já no período de «normalização», depois de Novembro, se começam a definir as coisas, lentamente, que a decantação dos sobressaltos e das ideias é morosa como a dos precipitados na análise química. Aqueles para quem a «oposição» era já uma longínqua memória ou nunca mesmo existira, são os primeiros a levantar a cabeça: um Alçada aparece a dirigir «O Dia», um José Miguel Júdice adquire fama no «Diabo». Por essa altura, ainda um Cunha Rego era eminência parda de Soares, um Pulido Valente (ainda no PS) começava a enamorar-se de Eanes — e dar-lhe-ia forte esta iclinação, tempos depois —, um José Augusto Seabra afastava-se de Sá Carneiro a quem acusava de falta de democraticidade, um Barreto era ministro do PS, um Sttau Monteiro mantinha-se «compagnon de route» (se não mais) do PCP. Manuel de Lucena retomava um percurso que alguns textos seus sobre a «questão colonial» anteriores ao 25 de Abril prenunciavam. Em algumas intervenções pontuais ia-se já desenhando o futuro conse-

lheiro de Soares Carneiro: surpreendeu, à época, a sua defesa de Mota Freitas, o da rede bombista. No plano teórico, desenvolvia ao mesmo tempo laboriosas e intragáveis congeminações, destinadas às «elites» política e intelectual, sobre o corporativismo de antes e de *depois* do 25 de Abril, tendo como preocupação dominante a «questão de Estado». Estava em gestação o actual cronista permanente e ideólogo destacado do clube de «A Tarde». Quanto a António José Saraiva, que muitos ainda identificavam com o impiedoso libertário do «Maio e a crise da civilização burguesa», o que os textos de 74-75 não chegavam para desmentir, começa, por voltas de 78 a surgir com artigos de inesperado «realismo» e «sensatez» política, a propósito disto ou daquilo. Em resumo, ia paulatinamente germinando a «intelectualidade de direita» que hoje conhecemos, «consciência infeliz» de uma AD que não correspondeu às suas esperanças.

Com a óbvia excepção de Júdice, que veio, esse, da extrema-direita juvenil (como Lucas Pires, aliás), quase toda esta gente enferma de um talvez incurável «complexo de esquerda», particularmente evidente num Alçada e num Pulido, menor num Lucena, muito ténue num Saraiva, cuja maior segurança lhe advém de um estatuto intelectual que nenhum dos outros alguma vez conheceu (ou conhecerá) e de um empenhamento muito mais «cultural» do que directamente político. Alçada ainda não digeriu o passo em falso do seu livro sobre Marcelo Caetano, e faz constantemente questão de lembrar o seu passado e os seus amigos de esquerda, por esse mundo. É também patente a «desculpabilização» que lhe provoca a readquirida «sensatez» de velhos militantes de esquerda (ver adiante, a propósito de V. P. Valente, o mito da «boa esquerda de antanho»). Reconforta-se com o facto de Jorge Amado se declarar disposto a apertar a mão ao presidente Figueiredo («estas declarações de Jorge Amado constituem, mesmo fora da política brasileira, um conforto e uma lição»), com a conversão à «lucidez» do ex-guerrilheiro brasileiro Fernando Gabeira («quando era militante de esquerda não andava a discutir o Marx pelas universidades: raptou antes o embaixador dos E. Unidos no Brasil e trocou-o pelos seus companheiros que estavam na prisão» — esta citação é um típico exemplo do «complexo de intelectual», a que viremos a dedicar algumas considerações). Saúda em Jorge Semprun

«o testemunho dos intelectuais que ‘se enganaram’ e penitencia-se da «ditadura intelectual de esquerda» em que medrou a sua geração (!) e a que deu o seu próprio contributo. A torto e a direito se reclama das suas velhas amizadas francesas (Domenach, «son ami» E. Morin) (33), como o fez num penoso diálogo televisivo com uma pobre criancinha, que estava ali para falar e não apenas para o ouvir... Suspeito que, em contrapartida, não o iremos ouvir falar muito da sua eleição, deliciosamente irónica, para a Academia Brasileira de Letras, onde foi ocupar o lugar de... Marcelo Caetano (pobre compensação para quem já desejou ser Embaixador em Brasília). Tudo se passa como se Alçada nos dissesse: como posso eu ser de direita, se só tenho amigos de esquerda? O que só vem provar que, ele próprio, tem consciência que é de direita. A Televisão também a tem (e não costuma enganar-se), que tentou dar-lhe o papel de Nemésio, o brilhante e descontraído conversador que o fúnebre e angustiado Alçada nunca podia ser — e não foi —, e que o convida sempre que pode para pequenas «râbulas culturais». Pois se até foi ele o entrevistado no Telejornal no dia da morte de Sartre, com quem nunca nada teve que ver, ele-discípulo-de-Mounier (de quem hoje se reclama, mal diga-se, o CDS) ao tempo das grandes obras sartrianas!

Quanto a Lucena e a Pulido, esses já de há muito que manifestam de outro modo o seu «complexo de esquerda». Não invocam antigas simpatias políticas ou amizades de esquerda, preferindo um papel mais activo: são eles que sabem, e que dizem o que a esquerda «devia fazer» ou «devia ser». Recordo-me de um texto de Lucena em que ele demonstrava as vantagens para a esquerda da vitória de Soares Carneiro (a esquerda, portanto, *devia* votar nele). E ainda recentemente Pulido se confrangia com o silêncio e a paralisia da Esquerda, que definha ingloriamente por virtude do seu alinhamento *contra natura* com Eanes (o que até pode ter algo de verdade, mas é ridículo que seja um intelectual de direita a dizê-lo; aliás E. Lourenço deu-lhe, nesse plano, a conveniente resposta). Pouco tempo depois, voltou à carga com umas «reflexões sobre a esquerda» de um «sabor» incedível. Colocando-se, sem talvez se dar conta, coitado, na perspectiva do famoso mito dos «bons velhos tempos», VPV descreve nostalgicamente como era maravilhosa e séria a «Esquerda dc ontem» (a expressão é sua) que se reivindicava como «intérprete por excelência do real» e «sua força

transformadora por excelência», que não «oscilava nas suas certezas» nem na «convicção da sua superioridade moral», (tudo citações). Não é evidente se VPV quer dar a entender que a Esquerda tinha todas essas virtudes por ele lá estar, ou inversamente. E, do mesmo passo, se ela deixou de existir por ele ter saído, ou o contrário... Quanto à Esquerda portuguesa de hoje, quando irá compreender VPV que é ele e os seus correligionários que, ao ocuparem-se dela todos os dias, obsessivamente, nem que seja para demonstrar que não existe, lhe estão a *conferir existência*, lhe estão a *reconhecer* os contornos, a estão a *constituir* enquanto Outro? Como não vê que ao tomar aquilo a que chama «silêncio da Esquerda» por impotência, é a *sua própria* que nos está a denunciar? Ele até o demonstra quando escreve: «A 'inteligência' de esquerda emigrou para o espírito e a moral, onde a realidade não a incomodava. A superioridade da virtude compensa-a hoje da inferioridade social e da impotência política.» Ora, que viva complexado pela inferioridade no plano do espírito e da moral que implicitamente atribui à Direita, é lá com ele. Mas que considere isso sinal de «potência» política, já me parece abusiva «sublimação»... Que diabo, esta gente deve conhecer por aí uns psicanalistas que lhes dariam uma sábia explicação para este novelo mental em que se enleiam e talvez mesmo os libertassem das suas angústias. No que toca à própria Esquerda, muitos que sejam os seus problemas e incertezas, há ao menos algo sobre que não tem quaisquer dúvidas: o tresmalhamento destes seus filhos só pode revigorá-la e, com a involuntária ajuda que lhe vão dando com a sua aflição, é bem possível que rapidamente se sinta forte, ao menos, para lhes atirar uma imensa gargalhada, onde ecoarão todas as esperanças deste mundo.

Outra interessante manifestação deste complexo revela-se nos temas que privilegiam, nos seus estudos e trabalhos diversos, alguns destes homens. Vasco Pulido Valente tem-se dedicado a estudos sobre a classe operária portuguesa... no século passado e princípios deste: o último publicado foi «Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)». O seu livro sobre a 1.<sup>a</sup> República intitulava-se «O Poder e o Povo», e muito se preocupava com o papel do dito povo no desenrolar do processo político da época. Num texto de 1979 — «O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809» —, que vivamente recomendamos aos seus



leitores de «A Tarde», delicia-se com os «horrendos crimes», os «horrores e malvados desatinos», os roubos e as prisões «sem respeito a pessoa alguma», o «delírio» e a «anarquia» populares, pacientemente explicando como tudo era socialmente compreensível e justificável, como objectivos políticos e sociais se confundiram no movimento revolucionário, como foi enorme a surpresa e o pânico dos poderosos e dos «colaboracionistas» — tudo coisas que não fizeram exaltar tanto o autor em 74-75, calcule-se! Quanto a António Barreto, veio há tempos anunciada a sua co-autoria de uma recolha fotográfica intitulada «Retrato da Lisboa Popular 1900». Notável obsessão esta, a de «observar» o povo-passado, os operários-passados, por parte de quem tanto se apavorou com o papel desse *mesmo* povo, desses *mesmos* operários, quando lhes tocou pela porta... Terão eles algo de que se redimir? Eu penso que não, pois ser de direita não é uma «culpa», muito menos um crime. No entanto, ao que parece, eles pensam que sim — problema que só aos próprios diz respeito, mas que (se me é permitido a mim, por esta vez «dar» lições à direita) enfraquece seriamente a credibilidade dos discursos, pois parece precária a convicção de quem, em lugar de buscar na História os fundamentos do Estado burguês forte e decidido cuja necessidade se invoca, perde o seu tempo com a «população» que só tem servido *sempre* para pôr tudo isto de pantanas.

O «complexo de esquerda» surge por vezes mais indirectamente, sob a forma de «complexo de intelectual». Veremos adiante, e é facilmente compreensível, que a muitos intelectuais de esquerda repugna visceralmente considerarem-se a si próprios como intelectuais. Já é mais bizarro que o mesmo possa acontecer a intelectuais de direita: deveriam sem dificuldade assumir-se como tal, isto é, como uma *elite burguesa ao serviço da burguesia*. Ora não é isso o que se verifica. Muitos estarão lembrados das violentas diatribes de Pulido Valente, quando cronista do «Expresso», contra a «classe intelectual», de que claramente se excluía (O que também motivou uma contundente resposta de E. Lourenço). Admito que continue nesse registo, só que o tenho lido muito irregularmente nos últimos tempos. Mais surpreendentemente, e de forma bem mais sibilina, António José Saraiva denuncia idêntico complexo. Com efeito, ao responder a um inquérito

sobre «O que é ser de esquerda, hoje», ele afirma: «A palavra esquerda está geralmente ligada a projectos de intelectuais. Por muito que custe dizê-lo, são projectos em que as palavras têm sempre um papel determinante — não chega a haver uma experiência exacta do que é ser de esquerda — mas os intelectuais agarram-se às palavras, julgando que detêm a ideia». Mais: «a esquerda refugia-se nas palavras, porque é mais fácil lidar com as palavras do que com as coisas (...)». Ainda que parecendo deste modo assumir-se frontalmente como «de direita», é patente a sobranceria, o distanciamento, relativamente «aos intelectuais», que apenas lidam com «palavras», identificando aqueles com «a esquerda». Saraiva apenas se esquece de que é esse o seu próprio officio, não se assumindo portanto ele mesmo como *aquilo que é*. A menos que pense que só ele é capaz de traduzir *as palavras em ideias*, ou que as suas ideias são «coisas» e não *discurso*, palavras. É também curioso o seu «por muito que custe dizê-lo»: porque lhe há-de custar, *a ele*, dizê-lo? Aparentemente só há uma resposta: ele *tem pena* que a Esquerda seja «isso», acha que a Esquerda deveria ser outra coisa, isto é, também ele julga saber o que a esquerda *deveria ser*. Q. e. d. Resumindo, tem-se um pouco a sensação que se a esquerda fosse o que cada um destes intelectuais de direita lhe sugere e propõe, eles seriam, ou «voltariam a ser», intelectuais de esquerda! É que, na maior parte dos casos citados, estes homens não se limitaram a ser meros opositoristas antes do 25 de Abril. Quase todos militaram inequivocamente na área da esquerda, e vários foram mesmo membros mais ou menos destacados do PCP. Talvez nem toda a gente saiba que o pitoresco José Augusto Seabra, caricata sombra «cívica» do Prof. Godinho (pedante e insuportável, mas indiscutivelmente figura grande de historiador), foi longos anos «compagnon de route» (apenas?) do PCP, ao ponto de começar o seu exílio por uma estadia prolongada na URSS, ele que hoje pretende impudicamente dar lições à «comunidade intelectual»: «onde estão os intelectuais portugueses, que não os ouço levantar a voz sobre a Polónia?» Ele já não era nenhuma criança imberbe quando por lá andou, já fora publicado o «relatório Kruchtchev», já tinha havido Budapeste-56, não se poderá queixar, como outros, que «estava mal informado»; donde lhe vêm agora, passados vinte anos, estas «exigências morais»? Que voz levantou então? E, sem ser

seu leitor assíduo, arrisco perguntar: que voz tem levantado sobre o Chile, o Salvador, os palestinos? As pessoas estão no seu direito de mudar de ideias, mas apesar de tudo há faltas de contenção que raiam a falta de vergonha. Uma das funções essenciais de um intelectual é interrogar-se e dar publicamente conta dos problemas (interrogações) com que se defronta. Por isso *não tem o direito* de mudar radicalmente de «interrogações» sem publicamente se explicar. *Não tem o direito* de «enterrar o passado» e passar adiante. O «percurso» de um intelectual tem de ser claro e transparente, sob pena de perder toda a credibilidade. Os nossos intelectuais não se preocupam muito com estas ninharias: é talvez por isso que não conseguem libertar-se dos seus complexos, já que vivem essas viragens com uma carga de culpabilidade afinal desnecessária. Poderíamos referir-nos também ao caso de António Barreto, que saiu do PCP «pela esquerda», tendo chegado a escrever sobre o Chile textos de inflamado esquerdismo, para acabar naquilo que se viu. Mas esse, ao menos, homem de Estado que se presume, imaginando-se (julgo que só ele) numa «travessia do deserto» que lhe impõe um aliás estimável silêncio, só de longe em longe concede uma entrevista ou aceita o convite para um colóquio, para que apesar de tudo se não esqueçam da sua afamada inteligência política ou da poderosa e firme voz de baixo que apetecia ouvir declamando Shakespeare.

Enfim, o caso, de todos o mais interessante, de António José Saraiva. É o que vem de mais longe — e de mais fundo. Intelectual puro, a sua intervenção política fez-se quase sempre, e assim continua, por via da «matéria cultural». Numa primeira fase, até aos primeiros anos 60, reconhece-se-lhe uma evolução na forma de tratamento do «objecto cultural» que, partindo de uma visão marxista «aberta» (relação obra-indivíduo-meio), nos anos 40 (34), se encaminha no sentido de uma ortodoxia mais rígida, em que a «obra» é considerada como a «expressão superestrutural de uma base socioeconómica determinante». A propósito da *Peregrinação*, diz, por exemplo: «A existência da *Peregrinação* é significativa, como o é qualquer obra de síntese estética ou ideológica a partir de certo nível. Uma obra de arte não pode existir sem um terreno social onde mergulhe as raízes. É o vértice de uma pirâmide que precisa de uma base. (...) Lá onde foi

possível uma obra de arte existiu necessariamente essa base». Nas obras de um Garçon, de um Júlio Diniz, de tantos outros, empenha-se Saraiva em detectar as relações directas entre a ideologia que exprimem, classe social a que pertencem os autores e a situação histórica concreta em que tal classe se posiciona e define. Cortadas as amarras partidárias que lhe tolhiam a razão e o discurso, o exílio parisiense vem a culminar com a vivência de Maio de 68 e com um «tudo está em aberto» que parecia anunciar o teórico do que mais tarde se viria a chamar de «nova esquerda»: «Não sei o que vai acontecer. Só pressinto, como um bicho, que a meteorologia está mudando. Ou que, algures, um afloramento de alma faz ondear a crosta da nossa civilização burguesa: é a única certeza que tenho» — assim terminava o posfácio do livro então publicado. Não foi afinal isso o que se passou. O ascendente político do PCP em 74-75 tê-lo-á posto em pânico, ao ponto de não se ter apercebido do «afloramento de alma» que por aqui perpassou. O facto é que vem enfim a fincar os «pés na terra», apostando, ao que julgo, mais na «mudança» que a AD proclamava do que em qualquer mudança na meteorologia, como a que anos atrás pressentia. Diga-se, no entanto, — e isso o distingue dos outros recém-chegados à mesma área ideológica — que Saraiva se tem continuamente «exposto», permitindo-nos acompanhar o seu percurso intelectual, a que só falta (mas um dia virá) uma «auto-crítica» em que melhor nos explique como foi sucessivamente pondo em causa as convicções passadas. Através dos seus textos, vêmo-lo primeiro esfuizante e entusiástico, logo após o 25 de Abril, numa sintonia algo ingénua (como a de todos nós) com a memória de 68. Fala da «construção do socialismo no dia-a-dia», em «eleições nos locais de trabalho», no «critério moral» prioritário para os saneamentos (cuja necessidade lhe é óbvia), nas organizações populares de base («as aldeias, as freguesias, os municípios, as empresas, os sindicatos»), etc., etc. Ainda que numa leitura *a posteriori* se compreenda que foi verdadeiramente o 28 de Setembro que esteve na origem da sua «viragem», ainda em fins de Outubro proclama que «se quisermos ir à raiz das coisas, [o problema que se põe] não é simplesmente o de abolir a propriedade privada do capital, mas sim o de abolir o próprio capital, seja ele privado ou colectivo». E em Dezembro discute,

serenamente, a eventual participação do MFA na feitura da Constituição. É aí que lança a ideia, que posteriormente o veio a apaixonar, do «referendo». Depois disso, são poucos os seus textos de 75 (e quase todos do tipo, em que é mestre, da «definição de conceitos»), salientando-se, no plano directamente político, um em que a descolonização já é vista como «o maior fracasso da nossa história», e outro, depois do 25 de Novembro, em que faz uma espécie de balanço do período «revolucionário» e da estratégia do PCP. 1976 e 1977 são anos de quase-silêncio, distinguindo-se um longo texto em que critica fortemente o progresso assente nas sociedades «de consumo de massa», no «mercado», no ameaçador desenvolvimento das tecnologias. A crise de 1978, com a exoneração de Soares e a não-passagem de Nobre da Costa, vem-lhe dar novo alento e introduzir novos temas de preocupação. Na sua opinião, o único órgão de soberania verdadeiramente legítimo em Portugal é o Presidente da República, pelo que haverá que alargar a legitimidade democrática através de um referendo constitucional. Mas talvez mais sintomático de «mudança» é o texto em que considera vital para Portugal o problema da acumulação de capital, e para ele só vê «duas saídas»: uma seria a acumulação pelo Estado, só possível obrigando «os parasitas que enchem os quadros do Estado e as empresas nacionalizadas a trabalhar debaixo do terror administrativo e policial», solução que «equivale à ditadura», outra «é desenvolver em Portugal a empresa privada, com tudo o que isso implica». Conclusão final: «A solução será empresarial ou ditatorial». A partir de então, Saraiva perde a compostura. O processo pós-25 de Abril é visto (Janeiro de 79) como «uma página ignominiosa de cobardia e irresponsabilidade (...) que nos classifica como um bando de rufias indignos do nome de nação»; Portugal é comparado (Fevereiro de 79) a «uma árvore que parece doente de um mal incurável»; clama-se, no mesmo texto, por «um grande movimento colectivo de regeneração nacional»; lamenta-se (Abril de 79) o facto de que «a nossa economia, do ponto de vista da produtividade, está no século XIX, não tem um único pólo de alta tecnologia e alta capacidade de excedente»; desenvolve-se um esboço de teoria das elites (Maio 79): «A história de uma nação é a história dos pequenos núcleos construtores de projectos e do grau em que os realizaram. Mas estes núcleos não se

confundem com aquilo que vulgarmente se chama 'classes dominantes'. São grupos culturais para os quais o poder e a economia constituem meios para realizar um projecto vital»; diz-se (Julho 79) que «A Constituição de 1976 é uma resultante de uma conjuntura em que os protagonistas foram os Partidos, o Conselho da Revolução e a Rua, abusivamente chamada Povo» e que os «deputados têm exactamente a mesma representatividade que tinham os da defunta União Nacional»; compara-se o 5 de Outubro e o 25 de Abril (Outubro 79), concluindo serem «duas datas que marcam fases num processo de degenerescência nacional, dois graus no declive que sabemos descer, mas que até agora não fomos capazes de subir: mais desorganização, mais dependência do estrangeiro, mais empobrecimento nacional. Duas datas puramente negativas»; finalmente (Outubro 79), diz-se só haver «uma maneira de resistir aos inconvenientes do capitalismo estrangeiro das multinacionais: é opor-lhe um capitalismo nacional suficientemente forte». Conclusão nostálgica, em que amargamente se despede de um passado que tenta recalcar nos recônditos da alma: «Agradar-me-ia pensar que há outro caminho, porque no íntimo da minha consciência e da minha afectividade repugna-me a sociedade de mercado e a engrenagem do capital, e penso que eles estão destruindo a alma e a vida». Ou seja, o triunfo do «princípio da realidade» sobre o «princípio do prazer». Só mesmo a boa vontade de um Miguel Serras Pereira pode adivinhar ainda em Saraiva «uma secreta paixão libertária». Esperemos que se engane, pois há libertarismos que acabam bastante mal: Sorel colaborou na «Action Française»...

Pelo meio disto tudo, é tal a tónica constantemente posta no referendo, clarificador de todas as legitimidades e da «vontade popular», que se tornam fundadas as suspeitas de que terá acabado apoiante de Soares Carneiro, mas confesso não o ter ido averiguar à imprensa da época. É apenas uma questão de lógica, como o é também pensar que terá visto em Sá Carneiro e na AD (embora «ilegítimos»...) a possibilidade de constituir o tal capitalismo forte entre nós, por oposição a um Eanes que seria a «face ditatorial» da alternativa que enunciava para a acumulação de capital.

Perdida aqui por um tempo a pista de Saraiva, creio nem por isso termos perdido o fio do seu pensamento. A sua nova «visão do

mundo», construída, naturalmente, através de todos estes precalços e hesitações, começa hoje a tomar forma numa obra em que volta aos grandes temas dos primeiros tempos: a cultura em Portugal. O 1.º volume já é, de qualquer modo, muito esclarecedor. A cultura (35) é vista agora como algo independente da «civilização material», cuja história pode, e deve, ser feita de forma autónoma. Não se diz uma só palavra sobre a Ciência, que não sabemos se o autor inclui na «cultura» se na «civilização material», o que levanta questões que com esse silêncio habilmente evita. Para se ver até que ponto A. J. Saraiva-1982 se coloca nos antípodas de A. J. Saraiva-1960, não resisto à tentação de uma pequena «maldade», que nem o é tanto, por termos visto os passos da evolução entre *um* e *outro*. Em 1960, Saraiva socorria-se de Gramsci para explicar porque existe, ilusoriamente, «a crença de que as ideias que eles [intelectuais] elaboram ou divulgam são independentes das transformações sociais, pertencem a um espaço puramente ideal, e não ao espaço social, psicológico, histórico e concreto» (in «Dicionário Crítico de algumas palavras e ideias correntes»). Em 1982, o mesmo/outro Saraiva diz que «a história da cultura ocupa-se de acontecimentos espirituais, que não têm entre si, nem com o nível sócio-económico, umnexo necessário» e que «os factos espirituais têm de ser considerados qualitativamente, cada um de *per si*, e ser confrontados com outros factos da mesma natureza, que podem não pertencer ao mesmo espaço nem ao mesmo tempo» (in «A cultura em Portugal — Teoria e História»). Não será, pois, de estranhar que, deste novo posicionamento, decorra uma tipificação a-histórica da «personalidade cultural portuguesa» que, desfia, sucessivamente, uma vez mais, as famosas «características do homem português». É notável que, reconhecendo explicitamente que «ao tentar caracterizar individualmente uma nação (...) é grande o risco do impressionismo arbitrário, dos estereótipos e das generalizações sem fundamento», ele se abalance precisamente a essa tarefa. Em duas ou três páginas, por vezes menos, «aviam-se», tirando argumento de meia dúzia de «factos» (quase sempre do domínio da literatura, chegando-se ao cuidado de explicar — não fosse alguém ver nisso tentativa «materialista» — que «não quero com isto dizer que o espírito português seja um resultado da geografia»), sucessivamente: o

«complexo de ilhéu», o messianismo, a saudade, o «amor à portuguesa», o «gosto de ser triste» (refere-se mais de uma vez o Fado), a obliquidade das relações entre as pessoas, o culto da Virgem, as dificuldades de abstracção filosófica, a «grande presença popular na arte», a falta de «espírito burguês», a tendência para a miscigenação com os outros povos, a «brandura dos nossos costumes». Tudo isto no mais arbitrário dos impressionismos, usando e abusando das «generalizações sem fundamento». O Português, os Portugueses são os sujeitos permanentes deste texto. E como se chega, tal como se chegaria fosse outro qualquer o povo a que tal análise se aplicasse, à conclusão de um «sistema bipolar» de comportamentos, todas as hipóteses e todas as explicações serão possíveis, pois são infinitas as possíveis combinações das características-limite no nosso caso: «o enraizamento e a aventura, o imediato e o longínquo concreto, o amor à terra que se tem e a busca da que não se tem, a aldeia e o mundo». Também num «retrato astrológico» são tantas e tão contraditórias as tendências que nos são atribuídas, que é fácil reconhecermos nele o «doseamento» que nos coube, o que acaba por tornar o dito retrato universal... Estamos no domínio do mais exacerbado *idealismo conservador*. Se já «Fernão Lopes se refere à 'maviosidade' que ele considera típica dos portugueses» e desde o século XV até hoje a «brandura dos nossos costumes» tem sido um constante «tópico literário», poderá concluir-se que seremos (quem? Eu, tu, ele?) eternamente maviosos, haja o que houver. Se o «gosto de ser triste» é patente em autores que vêm de Bernardim Ribeiro até Pessoa, e o Fado aí está para no-lo lembrar todos os dias, é mais do que claro que gostaremos (quem? Eu, tu, ele?) de ser tristes até ao fim dos tempos, e quem for alegre é apenas a excepção estatística que confirma a regra. Isto não impede Saraiva de considerar que «há algo de inacabado e até de amputado na nossa cultura, uma espécie de infância para além do termo, cujo mais recente exemplo é o pós-25 de Abril». Sendo assim, deveríamos (quem?) ser um «povo alegre», pois não é comum as crianças serem tristes, e justamente o pós-25 de Abril não poderia ser dado como exemplo do «gosto da tristeza». Enfim, uma enorme confusão que serve apenas para nos pretender dar a ideia de que, suceda o que suceder, estamos destinados a ser como sempre fomos. Está-nos vedada a possibilidade ou mesmo



o anseio de ser outros, o propósito de «transformar a sociedade» transformando-nos a nós-próprios (uma coisa *implicando* a outra, isto é, sem «determinações» unidireccionais) (36). Em resumo, estamos muito obviamente perante um pensamento de direita, acomodado, estagnante. O livro de Saraiva daria ainda pano para muito mais mangas, mas falece-me a pachorra para prosseguir. Gostaria apenas de sublinhar em que medida esta «caracterização do homem português» *não é comparável* com os «afloramentos» que da mesma temática aparecem no livro de E. Lourenço que abordei na introdução. Sem retirar uma linha ao que então ficou dito, é fundamental reconhecer que o texto de E. Lourenço é uma «provocação» imaginativa e forte a um reencontro dos portugueses consigo próprios, ou seja, com uma sua imagem não-mitificada, como condição para conscientemente assumirem o futuro. Usando as suas palavras, o seu livro insere-se na *necessidade* sentida de uma «descoberta de uma nova e sempre possível passagem do Nordeste capaz de unir os incomunicáveis continentes que tempo, opressão e destino criaram no interior do nosso tão ingénuo e fabuloso diálogo mudo de nós connosco mesmos», procede de uma «irresistível vontade de re-descoberta». O mesmo é dizer que, pese embora a abordagem escolhida, que recuso por razões já expostas, Lourenço coloca-se, sem sombra de dúvidas, numa perspectiva de esquerda. É o seu desejo de transformação, de acção consciente e participada, que o determina e motiva. O oposto de Saraiva, cuja visão é, como se viu, a de uma perpetuação do passado.

Por vir de onde vem, pelo convincente brilhantismo da prosa e das fórmulas, pela avassaladora erudição histórico-literária, pela auto-ridade vinda da experiência e da idade, por mais possíveis razões, Saraiva constitui seguramente o «caso mais sério» do pensamento de direita em Portugal. Mas pelo público restrito a que o seu modo de expressão o confina, a sua influência manter-se-á indirecta e mediaticizada. Os jovens turcos da intervenção política irão lá beber o que lhes convém — e é muito, se estiverem atentos —, para a sua batalha quotidiana em torno da questão que sobre todas os preocupa: a do Estado, a da «reconstituição» de uma hierarquia social ordenada e estável. Aliás, cumpre fazer uma distinção. A vivacidade intelectual de Saraiva, a sua «curiosidade» e imaginação permitir-lhe-ão porven-

tura, se «ler outras coisas» e ainda for a tempo, ser um dia o veículo entre nós da «nova direita» que lá fora já se perfila há uns anos — o que o faria reencontrar-se, ironicamente e num outro registo, com temas que o haviam fascinado em 68. A sua passagem pela «Raiz e Utopia» é um indício nesse sentido. A restante intelectualidade de direita não tem «unhas» para isso: é a representante monótona da direita mais clássica, mais velha e menos imaginativa que se possa conceber (só não o parecendo às vezes pelo tal complexo de esquerda que a torna disforme e caricata) (37).

Porque chamámos a toda esta gente «os vendedores de mitos»? Serão só eles? Serão *sobretudo* eles? E serão só vendedores, não serão eles-próprios produtores de mitos? Todas estas questões têm sentido.

Os jornalistas, por exemplo, não serão (em particular entre nós, onde raros são os jornalistas com um mínimo de ideias próprias) os vendedores de mitos por excelência? Ainda não há muito um deles se interrogava sobre o «universo fechado onde se movem os políticos, os financeiros, os jornalistas», considerando-os como «os escassos cidadãos a quem o acesso fácil aos círculos do Poder confere a distinção de pertencerem à classe dirigente». O facto é que, pela razão indicada no parêntesis acima, os nossos jornalistas são, quase sempre, meros veículos passivos, acrílicos e quantas vezes desastrosos de ideias alheias, que não têm condições para aprender, muito menos para elaborar. Uma análise da «comunicação social» portuguesa seria tarefa tão triste e desencorajante que me não move a vontade de o fazer. Até porque pouco nos traria de interessante para a questão em apreço. De facto, quando a cabeça-mor da programação televisiva confunde Beirute com Bayreuth e quando em editorial do mais «sério» dos diários se escrevem coisas como esta: «Decorridos quase dois anos, não era demasiado esperar que a *liderança desaparecida* [do PSD] *tivesse encontrado* uma qualquer e eficaz *solução de continuidade* etc., etc.» (sublinhados meus) — quando assim é, o que se pode pensar da capacidade *activa* de uma «classe» que passou dos cortes que lhe fazia a Censura aos re-cortes de telegramas da ANOP em que passa o melhor do seu dia-a-dia? Por isso preferimos confinar-nos à «elite pensante», cujo papel é por certo bem mais importante do que à primeira vista poderá parecer. Esses homens são vendedores de mitos

um pouco como se é vendedor ambulante de castanhas assadas: este último não *faz* as castanhas, escolhe-as, compra-as e assa-as, melhor ou pior. Não sabemos *onde* as comprou, pode mesmo num ou noutro caso o vendedor ter uns castanheiros e ter sido ele o «produtor»... Assim é com os mitos políticos. Não se sabe exactamente como nem onde foram gerados. Alguns vêm de fora, são mitos tradicionais das burguesias «evoluídas». Outros são obviamente caseiros. Aos poucos foram tomando conta dos discursos, uns mais efémeros, outros mais duradouros (é o processo de «selecção»), ao sabor das conjunturas. Onde as burguesias se encontram de há muito estruturadas e senhoras de si, o papel da intelectualidade «de apoio» é menos decisivo, a sua função confina-se à interpretação e ao «esclarecimento» dos factos correntes — e a periódicas teorizações em livros que «fazem época». Entre nós, cabe à intelectualidade de direita, para além disso, uma função estruturante, que consiste em promover a reconstituição de uma hierarquia social, em que as diferentes fracções da burguesia se posicionem e se estabilizem. Tarefa em que porfiadamente se empenha, mas que está obviamente muito para lá das suas possibilidades. Em primeiro lugar porque não é com excelentes ideias ou com martelados mitos que se «criam» empresários ou se levam certos interesses a reconhecerem-se subalternos e a aceitar uma direcção político-ideológica de outros (38). Em segundo lugar porque a nossa intelectualidade enferma, na sua quase totalidade, de um pecado original de que ainda não conseguiu libertar-se, ou redimir-se: não só ter vindo da esquerda, como ter sido demasiado complacente, ou sizuda, aos tempos do tal «gonçalvismo». Isto leva-a a envolver-se com frequência em debates com os seus próprios fantasmas que só podem gerar desconfiança nos seus leitores, que a desejariam segura, afirmativa — esclarecida.

Há já muitos anos, Nizan escreveu um livro sobre os filósofos e pensadores franceses, chamando-lhes os «Cães de guarda» da ordem social burguesa. Os nossos intelectuais de direita não podem aspirar a tanto: ainda andam em busca da presa que um dia terão (talvez) para guardar. Ainda não passam de «cães de caça».

## A TERMINAR

Em teoria dos jogos, há situações em que um observador exterior sabe, e pode demonstrar, que haveria vantagem mútua numa solução de compromisso, a qual, não sendo a óptima para nenhum dos contendores, também não é a mais desastrosa — podendo ser esta a que finalmente prevalecerá por, desconfiando um do outro, não terem obtido o tal compromisso. São frequentes, em política e em economia tais situações. Em Portugal poder-se-iam referir mil exemplos. *Tendo embora outras importantes componentes e condicionantes*, o caso do investimento é, neste aspecto, paradigmático. É evidente que, para cada investidor, carente de fundos próprios e com dificuldades de crédito, o ideal seria (num primeiro tempo) que todos os outros investissem, criando um clima económico e expansionista, alargando o mercado, dando consistência e força social e política à «classe empresarial»: disto tudo beneficiaria o primeiro, sem dar um passo. Como não está na sua mão consegui-lo, porque não investir ele próprio, esperando que todos o façam também? A isso, não pode ele arriscar-se, pois quem lhe diz que finalmente não vai ser ele o único, com o máximo de prejuízo? Não investe, pois, e fica à espera de ver o que fazem os outros. Só que este investidor é *qualquer* — isto é, são todos. Resultado: *ninguém investe*. Esta é, com certeza, a pior solução para o conjunto, mas é aquela a que concretamente se chega por ter prevalecido a desconfiança geral, o não-entendimento. É por isto que as constantes declarações sobre o papel fundamental da iniciativa privada não são suficientes. Como o investimento não se faz — aqui ou algures — por «acordo» entre os investidores, só seria possível sair daquele círculo vicioso se existisse a tal «hegemonia» de que já antes falámos. Onde se verifica, essa hegemonia substitui-se ao «consenso geral», é o garante de que, a *todos os níveis*, todos tomarão as decisões que interessam a si próprios e aos restantes. Aceita-se uma «directão» política, sabendo que daí virão medidas porventura pouco claras ou desagradáveis, mas que a seu tempo serão compensadas por outras favoráveis, estando-se *certo* de que será positivo o saldo final. E esse saldo é quantificável, facilmente identificável, portanto. Deste modo, um Poder político assente em forças sociais hegemónicas não

tem de actuar sob a pressão constante dos efeitos eleitorais das suas decisões. Num país X em que se reconhecesse benéfico «para a economia», «para o investimento», alterar uma lei dos despedimentos, haveria força política para o fazer, pois *muitos trabalhadores* seriam sensíveis à argumentação de que era esse o único meio para se criarem mais empregos. Isto é, nas eleições seguintes eles continuarão a votar nos partidos burgueses (com excepção talvez dos entretanto despedidos, ao abrigo da nova lei). É isso, precisamente, uma hegemonia (39). Uma «confiança ideológica interiorizada». Que vemos em Portugal? Os partidos políticos são meras *forças eleitorais*, que não conseguiram, como já vimos, aprofundar a sua influência ideológica ao ponto de beneficiarem de uma «hegemonia de classe» e poderem daí colher uma autoridade que não venha a ser directamente posta em causa nas eleições seguintes (40). Como, em termos puramente eleitorais, os empresários são apenas da ordem da centena de milhar, e os assalariados da ordem dos milhões, é compreensível que, desde Mota Pinto, passando por Sá Carneiro, até Balsemão-Freitas, não tenha havido força para tomar medidas *claramente favoráveis* aos empresários, como tem sido o caso da legislação laboral. Há bem pouco, já depois da Revisão Constitucional, a tal que enfim ia permitir governar, Balsemão declarou que as propostas da nova legislação laboral «não irão agradar a gregos nem a troianos»... Por mais que os ideólogos da direita se esfalfem a clamar por um Estado forte, o facto é que, em «democracia», não há Estado forte sem hegemonia, e esta não existirá sem uma burguesia forte, sem empresários fortes — sendo a inversa também rigorosamente verdadeira. Pode A. J. Saraiva desejar, mais ou menos amarguradamente, um «capitalismo nacional forte»: só não se vê como resolverá a impossível equação contida nesse círculo vicioso. E isto vale para qualquer eanismo que, um belo dia, venha a entrar na liça eleitoral, mantendo-se as regras básicas do jogo «democrático». Que, tal como o PS ou a AD, venha a triunfar numas primeiras eleições — não é impossível. Poderá até acontecer que, arrastado pelo «mito salvador» que laboriosamente eanistas e anti-eanistas têm vindo a construir, venha a repetir a proeza do PS espanhol, ainda que pareça improvável. Mas é indiscutível que só poderá vir a ser um Poder forte se deixar de pensar em termos

estritamente eleitorais — *daí os enormes riscos da operação...* Não é crível, com efeito, que um Eanes tenha o carisma e *os meios* para, em circunstâncias muito mais difíceis, reproduzir o «passe de mágica» de De Gaulle em 58: mobilizar «a Nação» atrás de si. E, mesmo então, isso passou por uma nova Constituição, feita à medida do General. Aliás, independentemente da figura e dos meios, o essencial é que a burguesia francesa em 58 estava «desorientada politicamente» mas não «desestruturada social e economicamente», o que não é o nosso caso.

Nas democracias estabilizadas, os mitos com que se povoa o quotidiano dos cidadãos fazem parte integrante da função hegemónica e, por isso também, são muito mais «culturais» que directamente políticos: os mitos do progresso tecnológico, da produtividade, do consumo de massa, da emulação social (onde cada um passou as férias, que último *gadget* electrónico cada um adquiriu, as promoções ou distinções recebidas, etc.), as mitologias ligadas ao espectáculo (os ídolos da canção, do desporto, etc.), e por aí adiante. Em Portugal, os mitos *substituem-se* à função hegemónica, o que é pedir-lhes demais. Sendo, de resto, mitos «abstractos», «anónimos», dirigidos a um sentimento nacional ou a uma consciência de classe inexistentes (também míticos), quando os «cidadãos» e os grupos sociais esperam «coisas concretas», o seu efeito mobilizador é mínimo, e terá quando muito efeitos eleitorais. E como os votos nos partidos (com a exclusão óbvia do PCP, em que o voto é de carácter predominantemente religioso, em consultas a nível nacional) têm sempre o sentido de um «sim... mas», esses efeitos serão efémeros, estando sempre o «mas» ameaçado de se transformar em «não». E se fosse o contrário? Com efeito, poderá sustentar-se que em Portugal os «valores» veiculados pelo sistema educativo, pela comunicação social e por mil outros meios, que os «comportamentos sociais» (p. ex. os de consumo), que as aspirações e o «modo de vida», de uma forma geral, reflectem a «ideologia burguesa dominante», isto é, que *existiria* uma hegemonia mas num quadro *material* de escassez de recursos para satisfazer as expectativas criadas. Se assim fosse, seria apenas o sistema político que, por misteriosas razões, não conseguiria exercer o seu papel dirigente. Penso que é uma hipótese sem consistência. Que é burguesa a ideologia dominante, não merece discussão. Simplesmente, hegemonia

não é apenas uma difusão de ideologia, uma criação de expectativas e a correspondente capacidade para as satisfazer. Pelo contrário, existirá hegemonia quando a sua não-satisfação *já* não puser em causa o próprio sistema (económico, social e *político*). Ora entre nós a frustração colectiva tende obviamente a pôr em causa a «credibilidade» do sistema «democrático» e dos seus agentes. É que a ideologia dominante tem, em grande parte, sido *importada* (no que a televisão tem representado, nas últimas décadas, um papel decisivo) <sup>(41)</sup> e não *produzida* pela débil burguesia nacional. Como as mercadorias, os serviços, a cultura. Dir-me-ão que, em tal situação, não há saída. Ou, pelo menos, não há saída «democrática». Dir-me-ão talvez que haveríamos de nos empenhar resolutamente na promoção do tal «capitalismo forte» por que apela A. J. Saraiva — e que se *todos* nos puséssemos a isso, não seria impossível. Não posso mais que responder o que o mesmo A. J. Saraiva, em 1955, respondeu ao seu velho leitor: «Que sei eu disso?» Ou seja: *o essencial não está aí*. Nada me assegura que não seja possível ir mantendo esta democracia cinzenta e frouxa por mais alguns, largos, anos. Como a «classe política» é a única que sabe o que quer, designadamente manter-se como «classe política» — objectivo chocho mas, para ela, suficientemente mobilizador — pode bem suceder que, de coligação em coligação, de partidos velhos em partidos novos, eles lá vão conseguindo aguentar-se, sem que se perfile no horizonte o espectro de um ditador — ou, pelo contrário, justamente porque esse espectro lhes acicata as mentes. *Tudo isso se passará muito para aquém da fronteira da esperança*. Ora é dessa fronteira que *tudo* haverá de re-partir um dia. Não por qualquer sobressalto «nacionalista» ou esforçado reencontro com uma «identidade nacional», mas porque a maioria dos portugueses (não todos, não nos deixemos cair nessa) descubra que o fio da meada passa *pela sua própria vida*, pelo seu próprio empenhamento no que está para vir — sem místicas obsessões de «salvação colectiva». Disso cuidaremos de seguida, pois não queremos misturar alhos com bugalhos. E de bugalhos já tivemos — perdoem-me — conta que chegasse.

## NOTAS

(1) Basta estar atento ao autêntico fanatismo de tantos dos prosélitos de ambas as «causas». Quem não esteve já com um amigo manifestamente à espreita, ao virar de cada frase que dizemos, da nossa

«posição de classe» ou dos nossos complexos e realcimentos? Eu já estive, e confesso não poder evitar um profundo sentimento de comiserção.

(2) O manifesto prazer dos nossos «líderes de esquerda» em se fazerem fotografar com os «grandes deste Mundo» (sejam eles de esquerda ou de direita, aliás) aí está a atestá-lo. Parece mesmo haver alguns que têm tais fotografias espalhadas pela casa para constantemente se reverem na sua própria «importância»...

(3) Segundo Tristan Bernard, citado por Sauvy: «A humanidade que deveria ter 6000 anos de sabedoria, retorna à infância em cada geração». E acrescenta o próprio Sauvy: «Não só 'a opinião pública' esquece facilmente os factos em que acreditou e os sentimentos que alimentou quando eles se produziram, mas o assunto mesmo de debates por vezes violentos desaparece ele-próprio da memória».

(4) Diferença fundamental relativamente ao caso espanhol.

(5) Dizer «imagens não mitificadas» é talvez ir longe demais. Não se confunda mitos com «mentiras» ou «falsificações»: os mitos veiculam, se constituem um sistema coerente e estruturado, uma certa «visão (ideológica) do mundo», daí que não possam ser ajuizados nesses termos.

Uma mitologia de Esquerda, sendo esta por exigência o «universo da transparência», só poderá ser uma «mitologia de boa-fé» no sentido sartriano — o que não tem sido, e talvez daí o seu descrédito. E também, porque os mitos de Esquerda necessariamente se inscrevem no futuro, nem sequer eles podem ser lidos por confronto com «o real» (passado, presente).

(6) Da qual, obviamente, me não quero excluir, assumindo sem reticências os pecados que me entendam atribuir. Não pretendo, aliás, dar lições a ninguém — levo-me demasiado pouco a sério para isso —, mas tão só «agitar». Provocar, se quiserem.

(7) «Os caminhos actuais do capitalismo português» (1979).

(8) O que julgo ter em devido tempo (1971) demonstrado, em «Pensar Portugal hoje».

(9) Não resisto a citar um deles, o senhor conde de Águeda, colunista de «A Capital»: «Seja qual for o 'escândalo' que a afirmação possa provocar, a verdade é que o comunismo, em si mesmo, é tão democraticamente ilegítimo quanto o fascismo. Ambas não passam de formas despóticas e totalitárias de poder. E a base 'popular' em que hoje os comunistas pretendem apoiar-se não é intrinsecamente diferente daquela que viria a 'cobrir' e a 'legitimar' os excessos de Hitler e de Mussolini (...). Se a quanto possível, que jamais se conseguiu divisar pluralismo político num regime comunista. Que não há liberdade de imprensa, nem de reunião, nem de associação — possivelmente nem de pensamento! — onde impere o sistema soviético». Não sabemos que mais admirar: se o pudor com que se evita juntar Salazar aos ilustres nomes citados, se o fervor «democrático» do convertido, se a confiança em que a fraca memória nos impeça a recordação dos seus antigos fervores, se a sua própria falta de memória... (ou, enfim, se a escassa coragem de então, caso já fossem tão firmes as convicções democráticas).

(10) Um Freitas do Amaral, um Basílio Horta, porventura um Marcelo Rebelo de Sousa, são exemplos óbvios.

(11) Um curioso e recente exemplo: é *contra* as leis do mercado que o ex-Secretário da Energia americano Schlesinger defende a energia nuclear, atacando os excessos ideológicos do liberalismo de Reagan. Diz ele: «De facto, uma coisa que a mão invisível [do mercado livre] nunca produzirá é uma



central nuclear. A não ser que um governo suporte fortemente o desenvolvimento da energia nuclear, ela não tem futuro». (na revista *Hydrocarbon Processing*, Set. 1982). O que, já agora, significa que a energia nuclear não tem defesa em termos estritamente técnico-económicos, mas apenas político-estratégicos — o que já se sabia, mas o sr. Veiga Simão, como tantos outros, parece continuar a ignorar.

(12) O que, diga-se, poderia não ser fácil, por razões habitualmente omitidas. É que muito do que se nacionalizou foram tremendas asneiras dos grandes empresários do anterior regime. Devem hoje esfregar as mãos de contentes os que se lembraram de lançar a CNP, a Setenave, as últimas fábricas de cerveja, o «Kowa Seiko» (cancro insolúvel da actual Quimigal), etc., etc. Sines continuará, pelo seu lado, a representar o mais triste monumento à capacidade de dilapidar recursos que alguém poderia imaginar num país que neles não abunda. Espera-se hoje que um grande projecto de indústria ligeira (Ford) venha a «justificar» *a posteriori* a nossa «plataforma de indústria pesada».

(13) O impagável Sarsfield referia-se há tempos ao «compasso de espera» (3 anos!) da governação AD até à Revisão Constitucional. Claro que não foi isso que a AD anunciou em 1980 mas, sendo assim, aguarda-se o próximo «bode expiatório»...

(14) Um dos animadores do Congresso do Conselho Empresarial do Norte, que decorreu em ambiente Norte-contra-Sul (leia-se Norte *empreendedor* e *capitalista* contra Sul *estatizante* e *comunista*), «explicou» na altura o cerne do problema: «Há uma crise generalizada em todos os sectores — na agricultura, no comércio, na indústria — por uma razão muito simples: não há investimento». Mas por que não investem os «investidores»? Que pretendem afinal? Que o Estado não desvie recursos para o sector público, que dote a Região (Norte) de infraestruturas, que modifique as leis laborais, que crie condições que aumentem a rentabilidade dos investimentos nas áreas menos atractivas, que «o Governo resolva no sentido de que os trabalhadores tenham a melhor remuneração possível e nós possamos ter preços competitivos». Isto é, não investem, *aguardam* que o Estado... Curiosos empresários. Não exageremos contudo. É certo que os detentores do capital, entre nós, sempre foram muito mais propensos à especulação (não apenas imobiliária) e à «multiplicação fácil do dinheiro» que ao investimento produtivo. O que sucede é que nos últimos anos, tem sido dado um sobre-estímulo a esta atitude: nunca a especulação, o contrabando, a exportação ilícita de capitais foram tão florescentes. Mesmo os menos usados vêem no depósito a prazo ou nos títulos uma remuneração francamente mais cómoda do que o risco de um investimento. Aquelas exigências de apoio do Estado são, em grande parte, meros alibis.

(15) Vítor Cunha Rego exprime-o com a clareza dos iluminados: o debate estratégico e civilizacional «que nos deveria apaixonar» (...) «pressuporia um Estado politicamente forte, capaz de impulsionar a libertação da sociedade civil, e prever e superar os eclipses dos regimes de liberdade, porque estes eclipses suceder-se-ão em toda a parte, incluindo a Península onde estamos. Ao contrário do que pode parecer, dado o seu monstruoso ventre económico nacionalizado, não há Estado forte. (...) A questão portuguesa é a questão do Estado e daí o perigo das ilusões de que, mudando apenas os que se sentam nas cadeiras do governo, se muda alguma coisa. Neste país pobre e em tempo de profunda crise não vale a pena tirar quem está se não houver outra 'metade' para lá pôr, com vontade, ideologia, doutrina e, se possível, carisma, patriotismo e recato — virtudes reverenciadas em tempos de escassez, como os que hão-de vir, que o professor Oliveira Salazar encarnou e que a Democracia, esse é o seu desafio, terá de encontrar dentro de si». Justamente porque falta tudo isso «nunca a burguesia esteve tão implantada no poder e nunca o respectivo exercício reformador esteve tão longe do seu alcance». E quando parecia que as questões eram bem mais de fundo, conclui inesperadamente: «Em breve, no entanto, o governo já com a Lei de Revisão aprovada, terá de encarar a crise, cada vez mais profunda, nacional e internacional (...) A partir daí algumas perspectivas serão abertas». Como se pode ver, não falta nada: a libertação da sociedade civil, as monstruosas nacionalizações, a Democracia, enfim o «mito da Revisão», de que adiante falaremos.

(16) Quanto a Portugal, são exemplares os textos reunidos por E. Lourenço no livro «Os militares e o poder» (1975), ainda que possamos nem sempre estar de acordo.

- (17) O caso polaco sugere que, na Europa de Leste, algo de paralelo se verifica. Só que têm sido mais frequentes as «ameaças à ordem socialista», tal como entendidas por Moscovo, e daí que, periodicamente, tanques soviéticos tenham de avançar (Budapeste, Praga). A Polónia, tal a situação de crise económica e social, teve de chegar ao limite «sul-americano»: a ditadura militar declarada.
- (18) A propósito, ainda hoje me arrepia a analogia entre o 'slogan' eleitoral de então «Uma maioria, um governo, um Presidente», e o 'slogan' nazi que acompanhou a anexação da Áustria por Hitler: «Ein Volk, ein Reich, ein Führer», ou seja «Um Povo, um Império, um *Führer*». Pura coincidência? Sub-conscientes identidades? Conscientes?
- (19) Este já era contemplado na proposta de Revisão de Sá Carneiro, mas como *novο* poder do Presidente, incluído no novo texto constitucional, e portanto só aplicável após a 1.ª Revisão. Pelo contrário, Soares Carneiro fez a sua campanha pondo a tónica no referendo *como meio de dispensar a revisão* dos limites materiais impostos pelo Art.º 290: tratava-se, pois, de submeter a voto popular (apelava à «democracia directa») o próprio processo de revisão. E confiava, naturalmente, que após a sua vitória, tal voto lhe seria favorável.
- (20) Freitas do Amaral confirmou-o abertamente, tempos mais tarde: «A actuação do General Eanes obrigou a introduzir na revisão Constitucional garantias, cautelas e travões, de outro modo certamente desnecessários».
- (21) Claro que muitas dessas declarações eram apenas tácticos «sinais dos tempos». Mas quem obrigou o CDS, na sua declaração de voto contra a Constituição, em Abril de 1976 (!), a dizer o seguinte: «Não se iludam, portanto, aqueles que com má-fé pretendam interpretar o voto do CDS. O nosso voto é, na essência histórica do 25 de Abril, no reconhecimento efectivo da sua grandeza histórica, um voto revolucionário.»?
- (22) Cinco anos (!) depois do pedido de adesão, o Congresso desta Confederação concluiu, aliás, «muito claramente, pelo desconhecimento existente, a nível do comércio regional, e em parte muito considerável do comércio sectorial, quanto à problemática da adesão de Portugal à CEE». E dá curiosas «desculpas»: «A forte componente política do pedido de adesão formulado em Março de 77 estava na génese da falta de envolvimento do Comércio na discussão da questão da adesão à CEE» — mas «ultrapassada a fase da luta contra projectos totalitários, os Empresários do Comércio vão enfrentar realisticamente a questão da Adesão, dado que a integração na CEE tem, para além de uma componente política, um conteúdo económico muito profundo, que é urgente conhecer para que o Comércio nele se integre e dele retire os benefícios possíveis». O que estes rapazes vieram a descobrir, em Maio de 1982, após cinco anos em que só pensaram na luta contra o totalitarismo!!
- (23) Para ver como em política as coisas são sempre pouco lineares e propositadamente confusas, permito-me um breve comentário à questão do «bloco central». Chamaria a atenção para o facto de que a ideia de bloco central pretende traduzir um olhar «horizontal» sobre o «espectro político» — esquerda, centro, direita —, mas ao mesmo tempo um olhar «vertical» sobre a sociedade: bloco central é o que muitas vezes aparece designado por classes médias (as que estão no meio, «centrais» — portanto na escala dos rendimentos e da estratificação socioeconómica). Isto é, as teses relativas ao bloco central coincidem com as que atribuem às «classes médias» o papel estabilizador essencial nos sistemas «democráticos». É claro que as ditas «classes médias» são, fundamentalmente uma «categoria estatística» que recobre, com níveis de vida e de rendimento situados numa mesma gama intermédia, indivíduos cuja posição social e interesses são os mais variados, incluindo assalariados e empresários, certas profissões liberais e «intelectuais», funcionários do Estado e dos Serviços, etc., etc. Constituem por isso uma «massa eleitoral» extremamente volúvel, tantas vezes surpreendente, capaz das mais espectaculares viragens eleitorais, como, em outras situações, dos «mais tresloucados desvaios revolucionários ou anarquizantes». Quem fala do «bloco central» é *quase sempre* a direita, pois sem isso a sua desejada «hegemonia» não terá objecto social útil: a hegemonia surge disfarçada como «consenso», o que não é errado, pois é por essa via que ela se exerce ou procura exercer-se.

Mas enquanto a direita, sempre «relutante» a auto-designar-se como tal, busca apresentar-se, através destas teses, como «centro» (o caso português é nisso exemplar, com o partido mais à direita a chamar-se «Centro»), a esquerda parlamentar evita referir-se ao bloco central, porque é nele que ela própria parcialmente está já implantada e porque a sua formação tradicional lhe deixou no discurso vestígios «marxistas», privilegiando as «classes sociais» e mesmo por vezes a sua «luta», que em princípio tenderia para uma polarização gradualmente redutora do tal «bloco central». Em Portugal tudo é ainda mais complexo, pois a coligação no Poder incorpora, ela própria, um forte partido de «centro» (o PSD), a que não convêm as teses do «bloco central», que não poderia hegemonizar, e um partido (o CDS) que dele muito falaria se tivesse força suficiente para o hegemonizar, *mas não tem*. É assim que vem a caber a Eanes a defesa desse consenso entre as vastas camadas «intermédias» da sociedade, e a tomar o papel tradicional das «direitas esclarecidas».

(24) A última, à data em que escrevemos (Nov. 82). Há bem pouco tempo, o Ministro das Finanças, João Salgueiro, parecia preconizar, numa intervenção pública, o «alargamento da actual plataforma política», passando por um «novo consenso». Adivinha-se aí o renascer da ideia da antiga «maioria presidencial» de 1976 (PSD, CDS, PS), o que constituiria indiscutivelmente uma quase-ditadura «democrática». Como Salgueiro considerava que a definição da nova plataforma pós-revisão constitucional teria de ser feita nos próximos 3 a 5 meses, dada a urgência da «batalha feroz que, tanto a nível internacional como interno, se vai colocar ao País, é natural que a «próxima etapa» se avizinha a curto prazo.

(25) Se existe algo que hoje, em Portugal, se assemelhe ao sebastianismo, isso é sem dúvida, ao nível do PSD (se não mesmo da AD) o «sá carneirismo»: ele era «o salvador», ele possuía as «chaves da regeneração nacional», mas ele morreu deixando-nos desamparados e confundidos. Cabe-nos, a nós-órfãos-incapazes-e-impotentes, saber ao menos um dia reconhecer a figura que lhe virá continuar a obra — ou seja, a sua «reincarnação».

(26) Espumo de raiva só de pensar que é verdade uma notícia de imprensa segundo a qual Eanes o teria apresentado a Samora como «o meu Aquino de Bragança!» Só espero que o Aquino não tenha ouvido (ou não conheça o personagem)...

(27) Autor de um livro sobre Eanes-Sidónio, em cujo lançamento estive presente o próprio Eanes.

(28) O mesmo Rabaça que, em 75, «invadiu» o Ministério da Indústria à frente de uma legião de empresários laneiros, berrando desvairadamente que «os operários são reaccionários» e que «o Ministério do Trabalho só ouve os trabalhadores», esquecido dos tempos — apesar de tudo mais «fáceis», mesmo para um «oposicionista»... — em que o Ministério das Corporações só ouvia os empresários. Talvez por isso hoje se sinta bem no mesmo barco que um ex-Ministro das Corporações.

(29) Em artigo recente, diz E. Lourenço, referindo-se aos traços odiosos com que a direita intelectual (no caso, Vasco Pulido Valente) pinta Eanes: «A negrura, o maniqueísmo do retrato, os seus óbvios propósitos de fantasmear a imagem de Eanes de molde a deixar campo apenas para uma esquerda civilizada à força de compromissos que a desfigurariam sem remédio [leia-se: uma esquerda anti-eanista, os dirigentes do PS], atenua muito o alcance da justa e, aliás, óbvia recusa do Presidente como 'homem da Esquerda' e ainda mais como homem de Esquerda. Esta recusa basta para sabermos que não é de Direita e isso nos consola». Em resumo, uma Esquerda «digna desse nome» estará com Eanes, não porque ele seja de Esquerda, mas porque está segura, ao menos, que *não é de Direita*. A isto responderemos mais adiante.

(30) Jardim, o auto-designado *enfant terrible* do PSD, não mastigou as palavras, a este propósito: segundo ele, era preciso de imediato uma constituição curta e não-programática, e um governo de «salvação nacional», tudo sob a batuta de Eanes! Ou seja, o fim do «mito da Revisão»...

(31) A propósito: uma página colada (portanto, substituída) no Relatório do Banco de Portugal relativo a 1980, não terá o dedo de Cavaco? Será que, onde se diz que os resultados da sua política «não podem deixar de se considerar satisfatórios», não se diria o contrário?.

(32) Em Março de 75, ao abrir uma colectânea de artigos seus, M. Lucena dizia: «Parece-me que está chegando a altura de se apurarem as intenções e de se partilharem algumas águas, se não quisermos que a nossa originalidade degenerem em bizzarria». É dessa «partilha de águas» que falo.

(33) Esta constante preocupação de referir os «amigos importantes» estrangeiros é uma expressão clara de uma «cabeça de direita provinciana». De direita pela insidiosa indução que produz no leitor de que o mais importante não é a limpidez das ideias, a convicção com que são expostas, a «razão» que as suporta, mas sim o estatuto intelectual e social do autor, que lhe «atribuem» tão eminentes personagens, ao aceitá-lo como amigo (coisa que é *ele próprio* a afirmar, de resto...). O paradigma de tal comportamento foi obviamente Augusto de Castro, nos seus editoriais do D. Notícias. Alçada segue-lhe as pisadas. Mas também na «esquerda» há quem use e abuse de tais processos. De Soares, já se conhecem os caricatos exemplos. E numa reportagem recente enviada do Brasil, J. Carlos Vasconcelos escreve: «Ainda na 3.ª feira, o meu amigo e escritor de primeira linha João Ubaldo Ribeiro (...), e logo a seguir, depois de traçar o perfil de Darcy Ribeiro, «figura do maior prestígio, no Brasil e fora dele», refere-se aos «nossos comuns amigos Sebastião e Sérgio Lacerda». O pobre, que até se agarra, à falta de melhor, aos «amigos dos seus amigos»...

(34) Saraiva veio a falar dessa fase, já em 1968, como de «sergianismo marxista», coisa um pouco bizzarra, como ele próprio reconhece.

(35) Num artigo de Outubro de 76, intitulado «Há uma cultura de esquerda?», A.J.Saraiva examina três conceitos de cultura: o conceito «antropológico» («todo o meio tecno-social em que os grupos humanos se defendem contra o meio cósmico»), o conceito «corrente» (conhecimentos adquiridos pela educação: o indivíduo «culto»), e um conceito intermédio, que consiste no «meio de crenças e atitudes socializadas dentro do qual vivem os indivíduos respectivos». É obviamente deste último que se ocupa a nova obra de Saraiva, como se verá. Só que, no referido artigo, ao examinar aquele 3.º conceito, o próprio Saraiva chega a esta cuñosa conclusão: «Há 'ideias' de esquerda, mas só há 'cultura' de direita». Veremos que, ao abordar agora este objecto «de direita», não se deixará surpreender por «ideias» que o não sejam...

(36) Apeete-me citar Saraiva-55 (perdoe-me Saraiva-82, pois não é *a si* que estou a citar). Em resposta a um velho leitor, perplexo por quererem confundi-lo naquilo que tem como adquirido ser a «tradição portuguesa» («a tradição da razão, do senso do concreto, da robustez popular», etc.), responde Saraiva-55: «E que sei eu disso? (...) No fundo, a tradição está no futuro, é o sentido que damos à nossa actividade, é aquilo que queremos. Avança na tua velhice robusta. A tradição é o vento que a tua passagem levantar».

(37) Um último exemplo deste complexo, que acabo de ler, e não resisto a transcrever. Numa mesa-redonda sobre Sá Carneiro, um dos organizadores afirmou: «Sá Carneiro governou à esquerda, com a confiança da direita». Para além do óbvio contrasenso, isto revela a persistência, no seio da direita, da ideia de que *o certo o justo, o louvável só pode estar... na esquerda!*

(38) Salgueiro em entrevista: «A iniciativa privada nunca foi muito forte. (...) e não se cria um tecido empresarial forte por decreto-lei». Nem com artigos na «Tarde», é claro.

(39) É claro que as coisas não são tão lineares. Vários partidos disputam a direcção política, no quadro da *mesma* hegemonia de classe. E esses partidos, que têm as suas clientelas e interesses específicos, naturalmente que estão atentos a considerações de ordem eleitoral. As frequentes alterações que têm ocorrido nos últimos anos nas «democracias» europeias no que respeita aos partidos no poder decorrem, no entanto, no essencial, de não haver forças políticas (de direita ou de

«esquerda») que tenham meios para se opor à profunda crise do sistema, e não em qualquer contestação séria, por parte do eleitorado, da «ordem democrática» e da hegemonia burguesa. A «alternância» no poder é apenas uma «regra do jogo», e os partidos aceitam-na sem o dramatismo dos nossos, para quem sair do poder é, autenticamente, *perder o emprego*.

(40) Num país em que a burguesia financeiro-industrial é bem mais sólida que em Portugal, concretamente em Espanha, o espectacular desmoronamento eleitoral da UCD dá bem conta da fragilidade de uma força política não apoiada numa hegemonia ideológica sobre o «corpo social».

(41) Os famosos «enlatados» que a TV passa horas a fio vão contribuindo, cada vez mais, para tornar mais difícil a hegemonia, por despertarem necessidades e aspirações a que a burguesia portuguesa não tem condições de dar resposta.

# **SOBRE A ESQUERDA**



## 1 — A IDEIA E OS INTELECTUAIS

A política, ou seja, a profissão mais *velha* do mundo (é-se jovem político aos 50 anos numa democracia «madura») reserva-nos por vezes curiosas — e idosas — surpresas. Um idoso ex-actor-falhado e um idoso ex-torcionário-bem-sucedido regem os destinos do mundo. Afigura-se-nos lógico que o país do *show-business* e o país dos internamentos políticos em clínicas psiquiátricas ostentem tais dirigentes, ainda que essa lógica não tenha por certo pesado (conscientemente) no espírito dos eleitores ou dos grandes do Partido. Que A. J. Saraiva opte pelo actor em nome da «democracia», que o Mar. Costa Gomes opte pelo polícia em nome da «paz» — estão no seu pleno direito, eles que são ambos (quem o duvida?) estrénuos amantes da Democracia e da Paz. Mas optam porque *querem*, não porque seja *necessário*. *Esta é uma questão essencial.*

É bom começar por aqui, pois ficamos desde já confrontados com certos persistentes equívocos em que cidadãos dos mais argutos se têm deixado enredar. Vejamos então. Democracia e Paz (com maiúsculas), como Liberdade, Socialismo, ou Patriotismo, ou Honra — são meras palavras, mas não *quaisquer* palavras. São, como tantas mais, palavras que designam ideias ou conceitos abstractos (morais, políticos, sociais, etc.) sobre cuja definição não há consenso generalizado. Há, quando muito, *situações* em relação às quais existirá consenso «negativo» quanto à *aplicação* desses (ou de alguns desses) conceitos: que o



sistema político económico dos E. Unidos não é socialista, que não há paz no Médio-Oriente. E, ainda assim, talvez Milton Friedman me desmentisse sobre o primeiro exemplo. Para além disso, verificam-se apenas *convergências* em torno de definições quase sempre pouco precisas, substituídas em muitos casos por sofismáticas ilustrações. Dizer que a União Soviética é a «pátria do socialismo» ou que os Estados Unidos são a «pátria da liberdade» são «definições» de socialismo e de liberdade daquele último tipo (1). Na realidade são *crenças* totalizantes (ou dogmas) e não definições. É por isso que se pode ao mesmo tempo pensar, e dizer, que o Socialismo *implica* o «poder dos trabalhadores» e continuar a considerar a Polónia de Jaruselski (e de antes, é claro) como socialista; por isso também se pode pensar, e dizer, que a Liberdade *implica* «igualdade de direitos e oportunidades» e, conhecendo a violenta discriminação racial nos E. Unidos e o seu constante apoio às mais sanguinárias ditaduras, continuar a reconhecer esse país como a «sociedade livre» por excelência. Não é com argumentos que consigo induzir alguém a não acreditar em Deus — isto é, não pode haver debate de «crenças», ou dogmas, pois ele será sempre um diálogo de surdos (até porque nesse caso as ideias estão «valoradas» em termos absolutos de Bem e de Mal), mas apenas debate de ideias. Este, pois, um primeiro equívoco que convém evitar, quanto mais não seja porque pode poupar muito tempo e esforço mental.

Mas mesmo esse debate é difícil, limitado, e de resultados pouco perceptíveis no curto prazo. Com efeito, nós partimos da vida para as ideias, não das ideias para a vida. Ao longo da infância e primeira adolescência são-nos inoculados ideias e valores (na realidade procuro transmitir-nos «crenças», ou seja, fazer-nos aceitar essas «ideias valoradas» como *indiscutíveis*), que poderia pensar-se irem *determinar* a nossa vida. Quando começamos a olhar criticamente o mundo que nos rodeia, vamos submeter essa bateria de ideias ao crivo da nossa própria experiência. É esta que vai determinar, finalmente, a soma algébrica de confirmações, rejeições e «inovações» a que iremos proceder. Entre os 20 e os 30 anos constituiremos assim a nossa própria «visão do mundo», mais sumária ou mais elaborada, mas tanto quanto possível consistente com o nosso temperamento, interesses,

aspirações, estatuto e relações sociais/económicas. Entre as ideias e a vida estabelece-se, a partir daí, uma permanente «confrontação», que pode dar lugar a sérios conflitos interiores e «dramas psíquicos» se se verificam fortes desajustamentos. Estarei a ser contraditório? Com efeito, se entre a vida e as ideias existe uma tão estreita interação, como podem produzir-se tais desajustamentos? Basta que — e é apenas um exemplo — as condições em que a vida decorre conduzam à adopção de ideias portadoras de transformação dessas mesmas condições, em última análise da própria vida. Se essa *necessidade* de transformação é vivida como um imperativo perante o qual é óbvia a impotência no imediato, poderemos estar perante uma insolúvel frustração. Aqui surge, enfim, a oposição Esquerda/Direita, na sua mais genérica configuração. Os dramas individuais de alguém que, nado e criado no seio da próspera família burguesa, veio a assumir por seus as ideias e valores que lhe confortaram a infância, e continuou, vida adiante, a aceitar como natural e justo o «mundo» em que passeia a sua folgada existência — esses dramas, diríamos, nunca serão de «desajustamento» ideológico. Esse alguém será necessariamente conservador, e terá sobre cada uma daquelas Palavras ideias bem precisas e ajustadas às suas conveniências, ainda quando esse ajustamento não seja racionalizado. Esta será a «Direita bem-na-sua-pele», não imune, naturalmente, a dramas *outros* com origem na afectividade, ou na bolsa, ou em complexos vários. Quanto à Esquerda, comece por observar-se a coincidência que o senso comum faz entre «ideias de esquerda» e «ideias avançadas». Está certo e, só por si, dá-nos uma generalizada definição sobre o que seria, em primeira aproximação, a Esquerda: o conjunto daqueles indivíduos cujas ideias estão *em avanço* sobre a realidade. É claro que, sendo «Esquerda» também uma palavra, a própria ideia de Esquerda não é pacífica e tem sido largamente discutida: um conservador dirá que «ideias avançadas» são ideias irrealizáveis, utópicas, subversivas, disparatadas, etc. Aqui pretendíamos chegar, pois estamos perante um novo equívoco corrente: a de que seria possível pormo-nos todos de acordo sobre os *conceitos*, divergindo embora quanto à sua «valoração». Mais concretamente: seria possível *todos* chegarmos a um consenso quanto a uma definição de Capitalismo, Democracia, Paz, mas já não sobre a atitude positiva

ou negativa de cada um de nós face a *esse* Capitalismo, *essa* Democracia, *essa* Paz. Haveria, pois, uma diferenciação possível entre «ideias» e «ideologia» (ou valores). É falso. Para cada uma daquelas palavras, e muitas outras, as definições serão variáveis conforme a ideologia — ou seja, a tal «visão crítica do mundo» que elaborámos a partir da nossa própria vida e experiência, e que por isso mesmo nunca será *definitiva*. Simplesmente, a «conservação» ou a «transformação» da vida, da sociedade, do «mundo», implicam acção colectiva. Daí que as pessoas tendam a agrupar-se por «afinidades ideológicas» e, portanto, segundo sistemas *relativamente consensuais* de ideias, para as quais adoptam «definições» próximas. É por isso mesmo que o debate ideológico é, como dizíamos, difícil, limitado e pouco profícuo. Ou ele se trava no seio de uma dada «família ideológica» organizada (um partido, p. ex.) e costuma ser frouxo porque nela, de algum modo, as ideias *precederam* a sua constituição, pois foi em torno delas que os «militantes» se juntaram. Isso faz com que elas se transformem num *dado*, em algo de mais ou menos «aceite por todos», e se privilegie o debate quanto aos meios, às táticas, às acções, ou mesmo só quanto às «pessoas». Ou o debate se trava entre «famílias ideológicas» claramente diferenciadas, e, porque as ideias passam a ser defendidas como «quase-crenças», cai-se quase sempre no tal diálogo de surdos. Isto é o que sucede nas sociedades fortemente estruturadas e socialmente «estabilizadas», onde por vezes é aceso o debate de ideias, mas quase sempre *fora* das organizações. Em Portugal (como se viu na 1.<sup>a</sup> parte) estão ainda mal definidas as «famílias ideológicas», nem sequer parecendo coincidir com as forças políticas organizadas: não parece haver acordo, por exemplo, nem dentro de um PSD nem dentro de um PS sobre os conceitos de «social-democracia» ou de «socialismo democrático», e a prova está em que há bem pouco um dirigente do último (Jaime Gama) disse serem uma e a mesma coisa, só não explicando por que há então dois partidos diferentes. Dir-se-ia estarmos numa situação em que seria lógico verificar-se, mesmo dentro dos partidos, uma vigorosa *procura* de clarificação de ideias, de forma a dar consistência ideológica à sua acção. Não vale a pena, porém, repetir o que já se disse antes: os partidos são meras forças eleitorais, e só esse domínio lhes interessa, pelo que a clareza

ideológica porventura só os prejudicaria. Mas passemos adiante, e vejamos outro lamentável equívoco. Porque certas palavras são associadas pelo senso comum a genéricas «definições-tipo» de Esquerda e Direita, há uma tendência para as considerar «ideias de Esquerda» ou «ideias de Direita», limitando portanto ainda mais os campos de discussão em cada área ideológica. Socialismo, Paz, Progresso seriam, tendencialmente, «ideias de Esquerda»; Capitalismo, Ordem, Família seriam «ideias de Direita». Nada mais incorrecto. Para cada uma dessas palavras deverá existir um conjunto de «definições valorativas», mais à esquerda ou mais à direita conforme a família ideológica de que procedam.

Mas basta de introdução e vamos ao que por ora nos interessa. E o que nos interessa de imediato é a própria ideia de Esquerda, enquanto *ideia-ideal* (um pouco à maneira dos «tipos ideais» de Max Weber), a não confundir com a Esquerda enquanto «prática política» concreta, sendo certo que entre uma e outra haverá uma relação semelhante à que existe entre a escala de um termómetro e a temperatura concreta num dado meio ambiente. Começarei por postular — sujeito a controvérsia, pois claro — que a Esquerda *deveria ser* o campo aberto do debate de ideias, deixando à Direita ser o campo fechado do não-debate de convicções/crenças. Não foi por acaso que sublinhei o dever ser: é que a Esquerda, sendo projecto, só como projecto pode ser pensada. O que não significa que não exista, como alguns pretendem, com isso não fazendo mais do que revelar que têm da Esquerda uma ideia de Direita. A Direita faz projectos (quando é capaz...), a Esquerda é *ela-própria* projecto, interrogação, descoberta, desejo — e exigência moral tanto maior quanto, para ela, a moral só poderá ser, também, moral «contingente» ou «boa-fé». A Direita pode dar-se ao luxo de violar constantemente as suas próprias convicções, para aparentemente cumprir os objectivos que delas decorrem — é amoral. À Esquerda, cujo objectivo é o futuro, não se põe a questão de violar ou não o que «há-de-vir»: só pode ser «avaliada» pelo rigor das suas propostas, pela sua capacidade de apreensão do «desejo social», pelo exemplo das atitudes dos que dela se reclamam. A Esquerda coloca-se, a si própria, *todas* as alternativas, e não apenas as que lhe são *dadas*. É por isso mesmo que, *tendo embora de optar*, se

recusa a optar *entre* Reagan e Andropov, para retomar o exemplo inicial. Para a Esquerda uma utopia é uma alternativa entre outras, e pode suceder que, em relação a certas questões, seja a única que se lhe ajuste, isto é, seja essa a sua opção. A banalização do adjetivo «utópico» num sentido pejorativo não deveria impressionar nem complexar a Esquerda: foi a Direita que, ao pretender-se realista e pragmática, lhe lançou essa armadilha. Aliás, a Esquerda, sendo a transparência e a «boa-fé», não se vê por que haveria de ter *quaisquer* complexos — entre eles o de não se reconhecer nas práticas políticas convencionalmente designadas de esquerda. Mas em contrapartida, a Esquerda será um «campo de tensão», a tensão do inventor *antes* da invenção, do descobridor *antes* da descoberta, do poeta *antes* do poema — enfim do criador *antes* da criação. É esse «antes» que *necessariamente* gera a tensão: a Esquerda sabe que nunca chegará à sociedade perfeita (<sup>2</sup>), um pouco como Zenão no paradoxo da tartaruga. É por isso até que a Esquerda não só existe, como *existirá sempre*.

Avancemos um pouco mais. Se a Esquerda é projecto, ela tem de constituir um sistema de ideias, que só o será se existir um critério (ou critérios) que o estructure(m). As ideias poderão ir evoluindo — pois não só o debate não tem fim, como ir-se-á modificando o contexto em que ele decorre —, mas aquilo que as liga e interrelaciona, que as estrutura enquanto projecto, terá de manter-se constante. Será pois parte da ideia de Esquerda e não as ideias que a sub-constituem. Para não me alongar demasiado, exemplifico: o critério de emancipação, ou de «libertação», se preferirem. Ao pronunciar-se sobre *tudo* — e a Esquerda tem de pronunciar-se sobre *tudo* — parece aceitável que o conceito de emancipação deverá ser um elo de ligação permanente entre todas as ideias do sistema. O que já não é indiscutível é o próprio conceito de emancipação, que, ele-próprio, para ser «operacional», merecerá discussão, elaboração, «aperfeiçoamento». Em termos ideais, dir-se-á que é emancipador tudo o que aproxime um indivíduo do ser plenamente *responsável* que «teoricamente» é. Será pois emancipador tudo o que tenda a reduzir os constrangimentos sociais, económicos e culturais que limitam a liberdade de escolha ou decisão do «indivíduo em sociedade». Cito apenas um caso mezinho: a Educação é geralmente considerada como um factor de emancipação. Mas *que*

Educação? Um sistema educativo concebido por forças conservadoras será tendencialmente conformista e visará manter intactos os constrangimentos sociais pré-existentes — embora seja sempre um risco, e os fascismos bem o sabem, agindo em consequência. Para a Esquerda, pelo contrário, a Educação só será emancipadora se alargar os horizontes intelectuais dos educandos, se lhes despertar a imaginação e os sentidos, se for capaz de os interessar na mais apaixonante das aventuras — a da responsabilidade, individual e colectiva, a da vida que se recomeça a cada instante. Daqui decorrerá a ideia de Educação, para a Esquerda. Pensarão alguns que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido certo enquanto não houve «socialismos reais» — o socialismo era então apenas uma ideia, um projecto. Hoje não é assim. Tantos são os regimes que a si-mesmos se rotulam de «socialistas», que a Esquerda não pode ignorar essas experiências, submetendo-as ao critério da emancipação. O seu conceito de socialismo incorporará necessariamente os resultados desse exame crítico, mas não coincidirá porventura com nenhum dos «modelos» já experimentados. Fará, conjuntamente com muitos outros elementos, todos positiva ou negativamente inter-implicados, parte do *projecto* que é a Esquerda, não da ideia de Esquerda.

Como me não proponho apresentar nenhuma teoria, nem esgotar os temas, mas apenas sugerir pistas, passo a outra delicada questão: a relação entre a ideia de Esquerda e os homens de Esquerda. Já vimos que são os homens que produzem as ideias, não a partir do zero, mas por «confrontação» entre as ideias pré-existentes (produzidas por anteriores gerações) e a sua própria experiência, no mais lato sentido. A ideia de Esquerda, como todas as outras, está assim em permanente *construção*. Recordo aqui, a propósito, uma interessante distinção assinalada por A. J. Saraiva, há muitos anos, num artigo de jornal sobre a tradução portuguesa do francês «engagement». Propunha ele uma dupla tradução, correspondente ao duplo sentido da palavra original: por um lado, *alistamento*, por outro, *empenhamento*. Alistamento corresponderia ao «engagement» numa tropa, numa organização, num partido. Pressupõe uma adesão a regras pré-estabelecidas, uma atitude predominantemente passiva, «irresponsável». Ao contrário, o empenhamento é uma auto-mobilização de natureza emotivo-intelectual,

uma atitude activa em que assumimos perante nós e perante os outros uma total responsabilidade, o risco de não termos quem nos «cubra» em juízos, afirmações, decisões, actos em que nos jogamos *por inteiro*. É evidente que, se aceitarmos os postulados feitos quanto à ideia-ideal de Esquerda, os homens de Esquerda deveriam ser homens *empenhados*, não *alistados*. Talvez melhor, para manter os pés na terra, homens empenhados *mesmo quando* alistados. A desconfiança endémica dos políticos em relação aos intelectuais que aderiram aos respectivos partidos, muito em particular na área da «esquerda» por razões óbvias, deriva justamente de os saberem militantes não-como-os-outros. De facto, se se assumirem como intelectuais (adiante voltaremos a este ponto), eles serão militantes incómodos, que parecem estar sempre a pôr em causa o que os dirigentes consideram mais do que «adquirido», que colocam questões que nada têm a ver com as próximas eleições ou com o acesso deste ou daquele aos centros do Poder (no partido e fora dele), enfim, que «desestabilizam» o aparelho. Mas atenção: falámos de empenhamento de *natureza* emotivo-intelectual. Isto é, homens de esquerda não são exclusiva, nem predominantemente, os chamados «intelectuais». Num texto que em tempos publiquei, a propósito dos militantes e da militância, tive ocasião de distinguir, ao nível das lutas e iniciativas concretas que se multiplicaram em 74-75 por todo o país, os militantes «alistados» dos «empenhados», sem assim os designar na altura. Os militantes empenhados eram os activistas locais que, partindo de necessidades colectivas do seu «pequeno mundo», se mobilizavam e mobilizavam os outros para lhes dar resposta, jogando nisso afectividade, energia e inteligência, *independentemente* de quaisquer orientações partidárias. Aí estava a Esquerda, e é aí que também *continuará a estar*. Outro exemplo: a revolta do mais ignorante e carecido contra situações concretas de injustiça pode ser vivida na passividade e na impotência, mas também pode dar lugar a um alistamento, se se decide transferir para uma organização a gestão dessa revolta, ou a um empenhamento, se se assume a *responsabilidade* de uma acção colectiva «exemplar» para fazer frente a tais situações.

Todas estas acções, todos estes empenhamentos, deveriam contribuir para a construção continuada e firme da ideia de Esquerda. Aos

intelectuais, no sentido mais geral, competiria ir juntando todos estes «cordelinhos», ir introduzindo todos estes contributos no «debate de ideias», ir confrontando estas não apenas com a sua vida e experiência, mas com a vida e experiência daqueles *sem os quais um projecto de Esquerda não tem sentido*. O retorno das «novas ideias» aos que estiveram na sua origem constituiria o tal processo, lento e paciente, de «revolução cultural» de que tanto se tem falado.

Estão os intelectuais de esquerda a desempenhar esse papel? Podem, sequer, desempenhá-lo? Há razões objectivas e subjectivas para que não estejam, mas um esforço para eliminar as segundas talvez lhes permitisse *começarem a poder*. As razões objectivas resumem-se, de facto, a uma que a todas abrange: a «institucionalização» de toda a vida política e cultural. Mais precisamente, a sua partidarização» ou «eleitoralização». Os partidos políticos apropriaram-se a tal ponto dos «meios de intervenção» política e cultural, conseguiram criar um tal vazio em torno do seu próprio vazio, que se gerou o meios financeiros, falta a capacidade organizativa, faltam os dispositivos de difusão e implantação a nível nacional. Para não ir mais longe, os próprios órgãos de imprensa não partidários só falam praticamente dos partidos e das instituições, e quase sempre exprimem as posições de partidos, coligações ou de... futuros partidos. Não existe imprensa de Esquerda em Portugal, e isso não é suprido pelo facto de os melhores jornalistas portugueses se situarem quase todos nessa área. Que o semanário do eanismo e o semanário da «tecnocracia esclarecida» abram algumas das suas páginas a intelectuais de esquerda não constitui mais do que pequenas «liberalidades» controladas que têm não só os seus limites, como se diluem no tom, estilo e temática geral dos jornais em causa: o importante é o discurso que Eanes vai ou não vai proferir e a ansiedade que ante ele se inventa, é a última sondagem sobre a popularidade dos políticos em voga, é a «faca na liga» entre os parceiros da AD, é a orgulhosa divulgação de acordos secretos e cartas confidenciais, etc. (3). Esta situação objectiva, este culto da superficialidade em proveito dos aparelhos constituídos ou em constituição, não propicia condições favoráveis a uma Esquerda que se situe noutro registo. Nem um verdadeiro debate de ideias é possível, nem esse debate pode chegar onde deveria chegar e daí



colher, em retorno, os contributos que o enriqueceriam. Julgo que tal situação não é facilmente alterável, mas não considero impossível que, a existir vontade e empenhamento, o pudesse ser.

Porque não existe vontade e empenhamento? É altura de abordarmos as razões subjectivas. E aqui vemo-nos obrigados a examinar sumariamente os traumas, complexos e mitos vários que tolgem os movimentos e a imaginação dos intelectuais de esquerda e, por extensão, muitos dos que, por sua influência, vivem na confusão e na «desesperança» o sentimento profundo de «serem de Esquerda». Começemos pelo já referido (na 1.<sup>a</sup> parte) «complexo de intelectual»: o intelectual tem como que vergonha de se assumir como tal. É uma herança recente, dos tempos em que se tinha por adquirido ser «o povo quem mais ordena». O intelectual de esquerda viveu esses tempos na euforia, no deslumbramento, mas indiscutivelmente também na auto-flagelação: havia que «comunicar com o povo», havia sobretudo que «aprender com o povo». E havia, pois claro. Mas o que havia, no essencial, e esse desafio perdeu-se, era que tentar um encontro, uma interpenetração de «culturas» em que um revigoração (re-conhecimento) conjunto se pudesse processar. «Escrever em termos simples, para que o povo compreenda» é apenas falsificar tudo, procurando «simplificar» um diálogo difícil, é desde logo fugir a essa mesma dificuldade. E, parecendo um complexo de inferioridade, pode também ser lido como um complexo de superioridade. Com efeito, pressupõe que, porque o povo «fala simples», o intelectual apreenderá sem problemas a «sabedoria popular». Por outras palavras, o intelectual e o «povo» compreender-se-ão mutuamente se aquele *descer* ao nível deste: se tem que descer é porque se reconhece *acima*, ou não será? Enfim, a grande balbúrdia. Resultado: o intelectual continua ainda hoje a viver como uma espécie de maldição a sua própria condição, que lhe impediu a «comunicação com o povo». E continua a maravilhar-se com cada «popular» que lhe sai ao caminho, como se ele fosse o depositário da tal sabedoria que lhe está vedada. O intelectual torna-se assim um romântico, que por pouco não desejaria mourejar de sol a sol ou consumir o físico numa fábrica (4) ou viver num pardieiro, pois esse «é» o mundo das relações francas e directas, o mundo da prática e não da teoria, o mundo em que verdadeiramente se *conhece* a vida e se

sabe «o que fazer» sem necessidade de complicadas análises e locubrações. Muitos intelectuais resolvem, ou tentam resolver, este complexo *alistando-se* no PC. Não é lá, finalmente, que «estão os trabalhadores»? Não é, finalmente, o único partido que «faz qualquer coisa», que tem «capacidade de mobilização», que tem um «sistema de ideias coerente», etc., etc.? Será tudo isso, não me proponho discuti-lo, embora seja *discutível*. O problema é que, se a função do intelectual é interrogar e *interrogar-se*, o PC não é certamente o lugar onde tal «actividade» tenha o melhor dos acolhimentos. O «sistema de ideias» pré-estabelecido é aí, contrariamente aos outros partidos, bem estruturado, só que já há muito deixaram de ser ideias para se tornarem *dogmas*. Ora, como já vimos, se há coisa que não valha a pena discutir são dogmas — pelo que haverá um mundo de questões *fundamentais* que o «intelectual PC» terá de aceitar *sem discussão*. Então, só restam duas alternativas: ou deixa de ser um intelectual, tornando-se um mero «funcionário cultural», ou deixa o partido (5).

No limite, ainda poderia compreender-se aquela demissão se o intelectual pudesse verificar que as ideias-dogmas, bem como as acções e aparentes contradições que derivam da sua aceitação, teriam sido laboriosamente formadas e consolidadas através de um processo em que «os trabalhadores» tivessem sido parte fortemente activa. Mas não creio que nenhum intelectual sério possa constatar isso: no essencial, essas ideias foram definidas e postas em prática nos anos 20 e 30 na União Soviética, e o PCP é talvez um dos últimos redutos a mantê-las intactas. Aliás, a ideia-dogma que todas as outras consubstancia é a de que «tudo o que se passa nos Países de Leste está perfeito, até que a própria URSS reconheça que estava errado» (6). Julgo ser demais para um espírito minimamente crítico. Mas não são menores os precalços que esperamum intelectual num partido como o PS: o desprezo pelos intelectuais (enquanto tais) de um Cunhal só terá paralelo no de um Soares. O «anti-dogma» aí é de outro tipo: «vale tudo para fazer chegar o Dr. Soares a primeiro-ministro e, logo que possível, a Presidente da República». Também é pouco estimulante para qualquer espírito minimamente crítico. E se o PCP pode merecer o respeito de quem respeite as «igrejas» (não os partidos) e admire coisas como a

abnegação, a persistência, a disciplina, o proselitismo — o PS não tem verdadeiramente ponta por onde se lhe pegue.

Alguns intelectuais procuram «resolver» este complexo por outras vias. Uns, sem aderir ao PCP, tornam-se *compagnons de route*: como diria o outro, não são sócios mas simpatizantes. É vê-los nos múltiplos movimentos subsidiários do partido: associações de amizade, comités «para a Paz», «contra o Apartheid», movimentos vários (MDM, MDP, etc.), ao que suponho também o controverso Partido Verde, etc., etc. Quase tudo causas das mais louváveis: a Paz, o anti-Apartheid, as mulheres, a ecologia. Só que não adianta muito. De facto, o intelectual manter-se-á amputado: haverá zonas obscuras, «reservadas», em que terá de aceitar «não entrar», ou pelo menos *não se pronunciar publicamente*. Continuo a achar que é demais. Outros intelectuais há que descobriram há tempos outra saída: o eanismo. Ao assumi-lo como «de esquerda», simultaneamente atenuavam o complexo (não está Eanes todos os fins-de-semana tão próximo do povo?) e encontravam uma «causa», ou seja, punham-se a «fazer qualquer coisa». E, entretanto, não se sentiam limitados por qualquer dogma, por qualquer compromisso: não passa Eanes a vida a falar dos «independentes» e da marginalização política a que são sujeitos? Acresce a vantagem de, sem o ser, de algum modo se constituírem em «compagnons de route» de 2.<sup>a</sup> linha. Não porque Eanes tenha algo que ver com o PCP, é claro, mas porque o PCP, por óbvias razões táticas, olha com «simpatia» os que navegam por essas paragens. O que dá garantias de não se ser violentamente atacado pelo PCP, o que faria avivar gravemente o complexo.

Enfim, um último trauma, também muito frequente, mas de origem diametralmente oposta, pelo menos na aparência. Trata-se do incómodo sentimento de culpa relativamente aos anos de 74-75. Existe hoje entre a intelectualidade de esquerda uma certa «vergonha» pelas «loucuras» e «exageros» em que naquele período participou entusiasticamente. Não se terá contribuído com isso para o «estado caótico» em que hoje «estamos», para o inexorável caminho que levou a Direita ao poder, para a degradação das condições de vida do «povo», que desde então se verifica? É sobretudo a Direita que diariamente deita achas nesta fogueira, Direita que, como se viu na 1.<sup>a</sup> parte, encontra

no «anti-gonçalvismo» a sua única auto-identificação possível: vêm de 74-75 (não do fascismo) *todos* os males que «nos» assolam. Este sentimento de culpa (reforçado, diga-se, pela constante atribuição pelo PCP ao «esquerdismo» de muitos dos «erros» então cometidos) também de algum modo se redime no eanismo. Ser eanista não será *também* assumir Novembro como um «mal menor»? Esquecem assim ingloriamente os intelectuais que esses dois anos terão sido para muitos (para eles-próprios, mas *sobretudo* para uns milhões de trabalhadores da cidade e do campo, de «deserdados», de explorados, de moradores de bairros de lata, de velhos e novos, homens e mulheres) os dois *únicos* anos da sua vida — até ver — em que agiram, comunicaram, participaram, decidiram, enfim *intensamente viveram*. Estariam eles materialmente melhor se não tem havido esses excessos e desvarios? Tudo leva a crer que não. Basta ver o que se passa em Espanha, onde não houve «revolução» nem «gonçalvismo». Basta ver a total incapacidade da burguesia portuguesa para «exercer o poder»: quando muito, a história da «jovem democracia», impotente e caricata, teria mais dois anos de questiúnculas, birras, circulação de governantes e gestores, discussões bizantinas, etc., etc. Quem teria ganho com isso? *Eles*, naturalmente. Enfim, uma análise desapaixonada permitirá estabelecer sem dificuldade que *não poderia ter sido de outro modo*, a menos que se tivesse (re)começado a repressão logo a 26 de Abril. Dito, por outras palavras, poderia ter sido de outro modo se em Portugal houvesse *burguesia forte*, coisa que não havia nem há — e não vou ser eu a lamentá-lo.

Por último, um último factor de confusão tem que ver com a «origem comum» dos intelectuais de esquerda e de direita: a chamada «oposição democrática» dos tempos do fascismo. Nesse *melting pot* a que já nos referimos se forjaram amizades e laços que perduram. Longe de mim sugerir que uma amizade forte *não pode* subsistir a divergências ideológicas crescentes. Penso que isso constitui seguramente uma ameaça à dita amizade, e conhecem-se numerosos casos de ruptura, mas não julgo que tal ruptura seja inevitável e muito menos que ela deva decorrer de uma posição de princípio. Mas tenho por certo que essa amizade só ganhará em não ser *confundida* com afinidade ideológica, se esta deixou de existir. Ora não é isto o que se

tem verificado, e daí em boa parte a pertinácia do «complexo de esquerda» de muitos intelectuais de direita, e a notável complacência com estes de muitos intelectuais de esquerda. Chegam a ver-se certas iniciativas «culturais» dinamizadas por uns e outros, em amistoso convívio. Em certos casos, o pressuposto de que «deixou de ter sentido a distinção entre Esquerda e Direita» tem servido para justificar estas «misturas». Uma «radical e utópica» revista foi disso um excelente exemplo: venerada e admirada por uma certa Esquerda, isso não impediu a sua iniciadora de vir a escrever reportagens sobre «os domingos de Pedro Ferraz da Costa (presidente da CIP) e de Ângelo Correia» numa revista de negócios e de ser hoje conselheira de Lucas Pires (que tão bem tem sabido explorar estas fraquezas, em nome da Cultura, com C maiúsculo, mantendo uma imperturbável auréola de «Esquerda»...).

Onde quero chegar com tudo isto? Onde acabo por chegar sempre: «hoje é o primeiro dia do resto da tua vida». É de *hoje* que tem de se partir. Que a Direita se embulhe nos seus complexos, mitos, fragilidades — é o problema *deles*, que até nos pode ajudar. Pela nossa parte, trata-se de *nos* olharmos, e o que nos rodeia, com a «candura» e limpidez de quem olha tudo *pela primeira vez* (embora tudo o que está para trás dê força e confiança a esse olhar). Mais precisamente, trata-se de olhar *como se fosse* a primeira vez, não o sendo: sem *partis pris*, sem servidões intelectuais, sem «domínios intocáveis». Como poderá um intelectual adoptar como critério a emancipação *dos outros*, se a sua própria inteligência não está emancipada? Sei que não é fácil, pois não é com um estalar de dedos que se apagam complexos ou culpabilizações: mas um intelectual tem *obrigação* de os apagar com as suas únicas armas — a razão, a imaginação, a ousadia, a liberdade/responsabilidade sem outros limites que não sejam os do *rigor consigo-próprio*.

E se isto fosse possível?

## NOTAS

(1) Tal como, caricaturalmente, se diz que «sociologia é o que fazem os sociólogos», nestes casos quer-se significar que Socialismo é o que há na URSS, Liberdade é o que há nos E. Unidos.

(2) É, nesse aspecto, menos ambiciosa que certos militares. Uma Escola de Sargentos portuguesa tem como divisa: «Nunca será um bom soldado quem não for perfeito como homem»!!! Ingenuidade? Cretinice? Ignorância?

(3) Existe, é facto, também um semanário que se intitula de «Letras, Artes e Ideias». Na realidade é apenas um órgão «coimbrão» («somos todos amigos uns dos outros», «é tudo malta porreira») distribuidor de encómios nas áreas das Letras e Artes. «Ideias» não abundam por lá — é o menos que se pode dizer.

(4) Sobre este ponto, v. adiante o texto «Resistir ou re-existir».

(5) Fenómeno curioso: em Portugal, dá-se por que determinado escritor ou activista «já não está no PC». Mas nunca se sabe *por que nem como* foi, contrariamente ao que tem sucedido noutros países. Um H. Lefebvre, um Morin, um Garaudy «expliraram-se», uma Rossana Rossanda igualmente, só para citar alguns. Será isto apenas derivado dos «nossos brandos costumes» ou porque os intelectuais portugueses saem do partido carregando uma «culpa» de não ter podido lá ficar, ou porque pensam que uma «autocrítica» seria fazer o jogo da Direita? Creio que são estas duas últimas as verdadeiras razões, só que isso contribui para manter muitos equívocos.

(6) Alguns intelectuais de esquerda fizeram viagens à URSS quando militavam no PCP, e foram entrevistados no regresso. Exemplos de respostas: «Se a repressão existe, eu só a posso ver pelo que não vejo. Mas como distinguir entre o que é repressão e o que é privação culturalmente condicionada por séculos de história? Daí que não saiba e não possa responder, etc., etc.», «Será por razões de crise [que algumas obras da literatura contemporânea não estão editadas na URSS], será por razões políticas, no fundo isso não me diz directamente respeito, pois faz parte da política cultural».



## 2 — EXERCÍCIO DE MÉTODO

### — A MARGINALIDADE

Todos nós sonhámos com a bela noite em que partiríamos com a trupe de circo ambulante. *On the road...* Miúdos, víamo-nos na pele dos pequenos acrobatas nos seus *maillots* luzidios. Adolescentes, imaginávamos a louca aventura com a bela trapezista, o corpo já então a comandar as emoções. O circo deu-nos a primeira ideia de liberdade sem limites e por isso mesmo os ajuizados regressos a casa em cada noite de circo terão sido das nossas primeiras sensações de derrota e, sem que nos déssemos conta, dos primeiros passos que dávamos em direcção ao estado adulto. O circo colocou-nos o primeiro «desafio à ordem estabelecida» — desafio mítico, é claro, e por isso os nossos pais lá nos levavam sem receio e todos os pais continuarão a levar lá os filhos pelos tempos adiante. De facto, o circo é uma «instituição» que a sociedade reconhece e nela desempenha uma função integradora: a segurança que são os pais (a *ordem*) sai reforçada do confronto imaginário com os riscos de uma aventura impossível. E quanto às «maravilhas» da vida ambulante e do próprio mundo do circo, cedo nos viemos a aperceber que era apenas uma construção da nossa fantasia infantil.

O circo é, de algum modo, o paradigma da «marginalidade» no sentido mais restrito, que é o que lhe atribui o senso comum. Este sentido é justamente o que permite aos não-marginais o duplo benefício



de, por um lado, verem devolvida pelo espelho da marginalidade a imagem da sua própria integração e, por outro, o de poderem efectuar incursões — não apenas imaginárias — ao domínio da marginalidade, sem porem em risco o seu estatuto, ou seja, o seu «regresso» ao mundo da ordem. Nas sociedades em que se tende à produção de massa não só de mercadorias mas de comportamentos e atitudes, em que a ordem social tende a apoiar-se no cidadão-médio-«serializado», a própria sociedade (com mais rigor: a ideologia dominante, normativa) define dois campos de marginalidade, um «superior» e outro «inferior» que, constituindo verdadeiras «faixas de segurança», é legítimo qualificar como áreas de marginalidade funcional, ou integrada. O campo superior é o que tem que ver com as *artes*, no sentido mais geral. O paradigma, neste domínio, é o da «vida de teatro», da «gente do teatro». O actor, a corista, o cenógrafo, o bailarino movem-se num mundo «moralmente suspeito», desregrado, com horários que nada têm que ver com os de um emprego «normal», frequentam bares duvidosos onde ficam nos copos até às tantas, trabalham apenas uns meses em cada ano, partem em «tournées», saltitam constantemente de companhia para companhia, de ligação amorosa em ligação amorosa, enfim, são a imagem mesma da indisciplina, da desordem, e também da não-produção — esta é, pelo menos, a imagem que a sociedade produz do «mundo do teatro». Mas acrescenta-se, é claro: são «artistas»... Isso desculpa tudo o resto, isso autoriza «àquela gente» uma vida genericamente «reprovável». Não poucos são os «pacatos cidadãos», prósperos e respeitáveis, que fazem as suas incursões no mundo do teatro, ou que frequentam esse «mundo» regularmente, seduzidos por uma transgressão que não chega a ser, fascinados por uma pseudo-marginalidade de empréstimo (1). É que este campo de marginalidade a que chamámos «superior» é o dos «marginais-que-o-não-marginal-inveja»: é não só o mundo do teatro, mas o dos artistas plásticos, o do cinema, o dos poetas e romancistas, o dos «intelectuais a tempo inteiro» sem horários fixos, de um modo geral. São os que se podem dar ao luxo da «boémia», da «vida nocturna», das «tertúlias» e coisas semelhantes. É evidente que todas estas actividades são *essenciais* ao funcionamento da sociedade (o que não quer dizer que tenham vida fácil e desafogada, quase sempre se verificando o contrário). Por isso

dissemos tratar-se de uma «marginalidade integrada». O mesmo sucede com o campo marginal «inferior», de que o paradigma é, obviamente, a prostituição. Não vale a pena, de tanto que já está dito sobre o assunto, alongarmo-nos aqui sobre a função desta «instituição». Basta assinalar que, sendo instituição, desempenhando uma função nada insubstituível, a marginalidade que comporta é, também ela, «integrada». Incluiríamos nesta zona também os saltimbancos, e também toda a pequena legião dos que andam de feira em feira com carrosséis «poços da morte», «comboios fantasmas», barracas de tiro e de farturas, etc., etc. Em resumo, estas duas áreas de marginalidade *adjacentes* à sociedade «normal» são aquelas que, sendo «improdutivas», na realidade «produzem» algo que é vital para a coesão social: os meios de uma transgressão social *controlada*, quase sempre apenas ao nível do imaginário. Se esta é a marginalidade «integrada», portanto uma meta-marginalidade que tem origem na *própria organização social* e por isso mesmo se inscreve numa lógica de auto-defesa, há que ver o que se pode entender por uma marginalidade *real*. Postularemos que só existe verdadeira marginalidade quando ela não resultou de uma escolha (isto é, ninguém voluntariamente se auto-marginaliza) e quando não é possível ao marginal eliminar a causa da sua marginalização. Para além disso, a marginalidade implica em geral uma situação de clara minoria quantitativa em relação à comunidade que exerce a marginalização. O único exemplo quase puro será por ventura o dos ciganos. Na maioria dos outros casos que nos ocorrem, as situações são sempre de «semi-marginalidade», podendo esta revestir várias formas. Por exemplo: os homossexuais que, sendo marginalizados (quando não perseguidos) pelo que é considerado como uma atipicidade ou perversão sexual e por uma certa «cultura fechada» que desenvolvem por reacção a essa mesma marginalização, podem ser indivíduos perfeitamente integrados no plano profissional e mesmo na sua plena aceitação dos valores dominantes da sociedade em que vivem <sup>(2)</sup> — o que, embora possa parecer paradoxal, é demonstrado pelo facto de haver homossexuais de direita, conservadores, ultra-patriotas, etc., etc. Os judeus, nas sociedades europeias ocidentais, são também ainda alvo de certa marginalização, mas sendo hoje — após tantos séculos de Diáspora — difícil destrinçar em que medida são marginalizados e

em que medida se «auto-marginalizam» (pela endogamia, pelo rigorismo religioso, pelo sentido de «comunidade»). Em qualquer caso, também no plano individual, a integração profissional e social é praticamente generalizada, chegando a sua influência política e económica a ser importante nos países onde a comunidade judaica é significativa. Também os negros americanos são marginalizados, sendo certo que uma pequena minoria se consegue (semi)-integrar e prosperar, o mesmo sucedendo com várias outras minorias ráticas que se vieram a distribuir por numerosos países, quase sempre com origem na descolonização ou na emigração de natureza económica. Estes são, entre muitos outros, os verdadeiros marginais, que coincidem quase sempre com «minorias culturais» que não só não decidiram marginalizar-se como quase sempre não tiram dessa situação nenhum particular orgulho, lutando, pelo contrário, por conseguir a plena integração nas respectivas sociedades (exclua-se, talvez, o caso dos judeus). É também o que, cada vez mais, se verifica com as mulheres, cuja situação não é de marginalização, mas de discriminação, o que é diferente. Por razões que não cabe agora discutir, deu-se historicamente uma «repartição de funções» na sociedade que reservou à «metade feminina», um *papel* que obviamente a veio a colocar ao longo dos tempos numa situação de inferioridade e de submissão relativamente à «metade masculina». Mas nem por isso a mulher estava menos *integrada* na sociedade, sendo-lhe mesmo atribuído um papel fulcral na família, esteio da ordem social. Se não estou em erro, o essencial da luta feminista reside na abolição *efectiva* (não apenas legislativa) de todas as formas de discriminação que resultaram daquela repartição de funções, deixando de haver funções ou tarefas especificamente femininas e especificamente masculinas — isto é, o objectivo seria o de uma «re-integração» de mulheres e homens numa «nova sociedade» em que não houvesse apriorismos sexuais na avaliação de capacidades e afectação de «papéis». Só uma escassa minoria extremista parece reivindicar uma auto-marginalização que, por sê-lo, deixa de constituir uma verdadeira marginalidade — sendo certo que tais posições, ainda que não *explicitamente*, se encontrem quase sempre associadas à homossexualidade e, através dessa componente, a uma marginalidade *real*.

Isto introduz-nos num ponto importante: a «marginalização voluntária», precisamente porque o é, é sempre reversível. Não quero com isto enunciar nenhum juízo de valor e, por exemplo, considerar «mau» ou «condenável» que um grupo de amigos decida partir para o campo e aí constituir uma comunidade, ou que outro se fascine por um «guru» e se empenhe convictamente num qualquer misticismo oriental, ou que um terceiro, pura e simplesmente, resolva pôr-se a caminho em direcção aos Himalaias. A questão está apenas no facto de que se um negro ou um cigano (ou um homossexual) não pode *decidir* deixar de o ser, qualquer grupo ou indivíduo pode decidir acabar com a comunidade, ou com o guru, ou voltar dos Himalaias. A auto marginalização é, aliás, um fenómeno tanto mais acentuado quanto mais evoluída e rica é a sociedade em geral: os «hippies» nasceram nos E. U., as «comunidades» multiplicaram-se nos países nórdicos. Dir-se-á que é nessas condições que a pressão da «sociedade de consumo de massa» atinge os limites do suportável e por isso mesmo são os jovens dos países ricos os que primeiro manifestam por essa via a sua *recusa* ao modelo de sociedade que lhes querem impor. É um facto, sem dúvida. Mas também o é que a maioria desses jovens marginais podem, a todo o momento, reintegrar-se na sociedade sem dificuldades de maior — e é o que, objectivamente, se tem vindo a verificar. Ainda não há muito alguém me contou de um eminente matemático californiano que lhe ofereceu o mais convencional dos convívios domésticos, mas que ostentava nas orelhas os furos em que, na sua juventude de há vinte anos, terão andado os brincos de um «hippie» de então...

Esta pseudo-marginalidade dos jovens é não apenas saudável, como pode ser rica de experiências fascinantes. É mesmo indiscutível que dela têm provindo consideráveis impulsos «emancipadores», através de propostas imaginativas de um novo relacionamento social, de um modelo cultural e «moral» mais livre e desinibido, menos hipócrita. Nesta zona se localizam, de resto, os mais generosos e convictos núcleos das lutas ecológica, pacifista, anti-nuclear. Daqui têm partido as mais exigentes reivindicações no que toca ao amor, ao prazer, à liberdade sexual. A evidente «revolucionarização» de costumes nas sociedades ocidentais ao longo das últimas décadas deve muito mais a

estes movimentos de juventude do que a qualquer acção dos partidos políticos de esquerda, em particular os auto-intitulados de «revolucionários», quase sempre os mais puritanos e castradores. Mas isto mesmo prova até que ponto esses movimentos não são marginais: é certamente o facto de cada geração jovem (não se é jovem mais do que uns 15 anos...) acabar por plenamente se integrar que *transporta*, gradualmente, para o «interior» da «sociedade normal», os novos valores e comportamentos, a nova «cultura».

Penso que a Esquerda, enquanto *ideia emancipadora*, e consequente prática cultural e política, tem tido uma imensa dificuldade em se posicionar face a todas estas questões. Em particular, não tem sabido destrinçar os vários campos de marginalidade (e pseudo-marginalidade) e o que daí decorre em termos da luta sócio-cultural-política. A consequência tem sido que a Esquerda assume perante essa marginalidade indefinida uma espécie de complexo de inferioridade, se não mesmo de «culpabilidade», vivendo ao mesmo tempo acriticamente fascinada por tudo o que «cheira a marginal». A Esquerda vive, nesse fascínio, uma nostalgia da «inocência perdida», vendo na marginalidade uma espécie de «utopia do presente», quando é certo que só têm sentido utopias do passado («os bons velhos tempos», o «retorno às origens», etc.) e do futuro, já que o presente é, por definição, *real e observável*. A Esquerda de algum modo considera que tudo o que é marginal é intrinsecamente «bom», até prova em contrário (3). Afinal, o rigoroso simétrico da mais bruta das Direitas, que estremece, ainda hoje, só de ver um tipo de cabelos compridos, com a barba por fazer, e vestido às três pancadas. Estes primarismos, já o diria o senhor de La Palisse, são o que há de mais... primário.

A Esquerda ainda não compreendeu que ao marginalizar-se pelo vestuário, criou moda; que ao marginalizar-se pela música tomou fabulosamente ricos os seus ídolos, e respectivos editores; que ao «babar-se» inferiorizadamente perante as culturas dos povos colonizados (africanos, asiáticos, sul-americanos), tem apenas «embarcado» da forma mais ridícula no mito do «bom selvagem». A Esquerda tem andado a um passo do mito do «bom drogado», com isso se limitando a apadrinhar um dos mais fabulosos negócios dos nossos tempos.

Como se fosse *necessariamente bom e progressista* ser africano esfomeado e colonizado, ser drogado...

Sem dúvida que, se Esquerda e Direita são conceitos que, em termos de sociedade, correspondem a doseamentos inversos de «princípio do prazer» e «princípio da realidade», a Esquerda terá que assumir como suas todas as lutas e todas as propostas que tenham que ver com uma «nova vida», um novo «modo de estar» em sociedade, visando libertar *cabeças e corpos*, a *razão*, a *afectividade* e o *imaginário* da repressão quotidiana exercida em nome de todo o realismo conservador e retrógrado. E nesse sentido é-lhe intrínseca e *necessária* uma certa parcela de «inocência», de fantasia, senão mesmo de vertigem — e certamente de paixão. Mas isso não a deverá impedir de ter presente alguns pontos fundamentais. Em primeiro lugar, terá de assumir de uma vez por todas que todos os marginais lhe são *exteriores* (4), e que portanto a sua relação com a «marginalidade» (real) só pode ser de diálogo *não complexado*, já que não lhe é dado, por definição, «marginalizar-se». Segundo, haverá de reconhecer essa simples evidência de que não pode haver uma «sociedade marginal» e que, pelo contrário, na «sociedade ideal» *não deveria haver marginais*. Daí decorre, como já se viu, que a lógica da luta emancipadora é a da *integração* e não a da *marginalização*, o que significa duas coisas: que as sociedades que conhecemos repressivas e massificantes, *implicam* a existência de marginais, e que a «*sociedade futura*» *terá de ser profundamente outra* para os «integrar», interpenetrando-se as diversas «culturas» num relacionamento livre e descomplexado. Enfim, a Esquerda terá de compreender que em todos os campos existe *emancipação* e *repressão*, isto é, que no próprio seio dos grupos marginais, no interior das lutas por uma «nova cultura», existem atitudes contraditórias, ou ambíguas, existe uma Esquerda e uma Direita.

A Esquerda deveria ser o *veículo de transporte* para o interior da sociedade *em que está integrada* das novas ideias emancipadoras que nesses grupos e movimentos germinam. Deveria ser a *prefiguração* desse relacionamento e desses comportamentos que *um dia* virão a significar o *fim da marginalidade*. Talvez isso tenha que ver com a famosa criação de «espaços de liberdade» — preferiria chamar-lhes «espaços do futuro» — no interior da própria sociedade, mas que isso

se não confunda com «auto-marginalização», muito menos com «fuga exemplar». Numa dada sociedade, os marginais são apenas uma pequena minoria dos *oprimidos* — e só em conjunto *todos* se libertarão.

## NOTAS

(1) Comportamento de algum modo análogo aos dos «puritaníssimos» sul-africanos que, para uso interno e auto-defesa, construíram o monstruoso sistema do *apartheid*, mas que, em turismo ou negócios no estrangeiro, se pelam por dormir com negras de cabaret...

(2) Aliás, na sequência do que se disse antes, é curioso verificar que o «artista homossexual» é muito mais «desculpado» que o homossexual «comum».

(3) Nada disto é, aliás, exclusivo da Esquerda portuguesa. Quem, tendo vivido em França, não sentiu, por parte da intelectualidade de esquerda francesa, a *necessidade* de ter nas suas relações, na sua intimidade, uns quantos «sub-desenvolvidos»? Mas quem não presentiu também nesses homens, quantas vezes, a interrogação: «como é possível ser-se sub-desenvolvido e inteligente, culto, etc., etc.?» No fascínio pelo «marginal» há sempre um misto de «nostalgia-de-não-ser» e de «paternalismo».

(4) É claro que não me refiro aqui aos marginais de esquerda.

### 3 — EXERCÍCIO DE MÉTODO — O PACIFISMO

*Que me permitam citar uma frase profundamente significativa da Imitação: «Todos os homens desejam a paz, mas há bem poucos que desejem as coisas que conduzem à paz». (...) No mundo moderno as coisas que conduzem à paz são: o desarmamento, unilateral se necessário; a renúncia aos impérios exclusivos; o abandono da política do nacionalismo econômico; a determinação, em todas as circunstâncias, de empregar os métodos da não violência; o treino sistemático na prática desses métodos.*

Aldous Huxley, in 'Ends and means', 1939.

*A Liga das Nações, o Pacto Kellog para tornar a guerra ilegal, a Conferência do Desarmamento, a eloquência de Briand, o zelo de Cecil, a intervenção de Streseman, os argumentos de Litvinov, todos os incessantes esforços das inúmeras sociedades pacifistas, tudo isto foi estéril, tudo deu em nada. Ninguém*



*encontrou a solução, nem sequer os neomarxistas da Rússia, que pretendiam fundar um mundo novo.*

Pierre Van Paassen, in «Days of our years», 1940.

Os últimos anos viram multiplicarem-se as demonstrações pacifistas, em particular na Europa. O tema do pacifismo surgiu na ribalta internacional como algo de «facto político» novo. Houve mesmo quem visse nisso uma possível influência sobre a proposta de Reagan de «opção zero» (designação que só não dá vontade de rir por ser assunto demasiado sério). Entretanto a NATO e dirigentes ocidentais diversos prestavam, pelo seu lado, uma preocupada atenção ao «renascer do espírito pacifista». A Leste, onde a «paz» faz parte da Religião de Estado, prosseguem-se os programas militares acelerados, e «pacificam-se» afgãos e polacos: pode ser-se pacifista se se estiver de acordo com isso tudo.

A Esquerda (penso na portuguesa, mas não será a única), perplexa como anda com tanta coisa que lhe foge aos esquemas tradicionais, interroga-se, uma vez mais: que papel lhe cabe na luta pacifista? Com um certo ar de «só me faltava agora mais esta»...

Julgo que vale a pena recuar um pouco, pois o pacifismo de hoje apenas tem de original ser tão tardio (há 30 anos que pouco se ouvia falar dele, salvo no caso limitado da guerra do Vietname, e nos aniversários de Hiroshima) e tão pouco ambicioso («não aos mísseis de alcance médio!!»). Aliás, não é inútil recordar o facto pouco tranquilizante de que o vigor da ideia pacifista tem, neste século, sempre renunciado os grandes conflitos que forças bem mais poderosas e imparáveis conseguem desencadear.

## **O PACIFISMO ATÉ 1918**

Na primeira década deste século, mais precisamente no período que precede a Grande Guerra, três figuras, associadas a três grandes linhas de pensamento, marcam a «ideia pacifista»: Tolstói, no fim da

vida, teoriza até aos limites da intransigência (se não do absurdo) a «não-violência cristã», opondo a palavra indiscutível dos Evangelhos ao fariseísmo das diversas Igrejas; Ghandi, no princípio da sua carreira, jovem advogado na África do Sul, funda na grande tradição budista uma prática, igualmente intransigente, de «não-violência» e de «não-resistência à violência» que, algumas décadas depois, conduzirá à mais original das lutas anti-coloniais (aliás a primeira vitoriosa); Jaurès, em França, torna-se o campeão da luta contra as crescentes ameaças de guerra, associando intimamente o pacifismo, o anti-racismo (processo Dreyfus) e o ideal socialista. Será este último o primeiro mártir pacifista do século, morrendo assassinado no meio da histeria militarista das vésperas do conflito de 14-18. Registe-se apenas que, enquanto os primeiros são, ainda hoje, considerados como os mais coerentes intérpretes do pacifismo «puro», ou total, já o caso de Jaurès é distinto. Como político que era, não regeitava a violência em «legítima defesa», e não era anti-militarista no sentido em que aqueles o eram. Deve-se-lhe mesmo um livro, «O exército novo», em que propõe uma solução ainda hoje «revolucionária» para a organização da capacidade de defesa nacional: o «povo em armas», com base num sistema de milícias permanentemente mobilizáveis (aliás um sistema próximo do suíço, isto é, só «aceitável» pelo *status quo* num país de vocação neutral).

Durante a guerra, é da Suíça que vem a grande voz pacifista, contra a corrente: o já então consagrado Romain Rolland escreve o famoso manifesto «Au dessus de la mêlée», e reúne à sua volta homens provenientes de países «inimigos», que denunciam os interesses que conduziram à guerra e que dela se sustentam (1). No banco dos réus aquilo a que muito mais tarde o insuspeito Eisenhower veio a chamar o «complexo militar-industrial», ou seja, a simbiose da instituição militar e da indústria do armamento. A fim de ir juntando os vários fios desta meada pacifista, note-se aqui que Romain Rolland já então escrevera uma biografia de Tolstoi e viria pouco depois a escrever a de Ghandi, e estava então próximo do pacifismo «puro». Entretanto, em 1915, também na Suíça, reúne-se uma famosa e curiosa conferência, em Zimmerwald. Nela participaram delegados de partidos e movimentos socialistas de numerosos países europeus envol-

vidos na Guerra. O manifesto que dela saiu era fortemente anti-capitalista, mas ainda assim longe de corresponder aos desejos do grupo minoritário, que veio a ser chamado a «esquerda de Zimmerwald», e cujo animador era Lenine (então exilado naquele país). Para Lenine o importante não era «a paz», o que era necessário era transformar a «guerra capitalista em guerra civil» ou seja, em revolução. Lenine não era obviamente um «pacifista», muito menos um «não-violento» ou um «anti-militarista». Lenine agia tacticamente, e daí que, por exemplo, fizesse todos os esforços para obter a assinatura de Romain Rolland em documentos de compromisso e o tivesse mesmo convidado para o acompanhar à Rússia revolucionária em 1917.

Ainda durante a guerra surge um novo aspecto do pacifismo: o pacifismo «respeitável». A figura que o representa é o presidente Wilson, dos Estados Unidos. A sua tradução prática será a Sociedade das Nações, que virá a constituir-se logo após a guerra, no início dos anos 20. É este «pacifismo dos políticos» (dos que, afinal, fazem as guerras) que inspirará tantas vezes os responsáveis pela atribuição dos Prémios Nobel da Paz (que veio a ter o seu momento culminante com a distinção de Kissinger há bem poucos anos!). É também o dos vetos na ONU, é o de Reagan e de Brejnev, ou de Andropov.

## **O Pacifismo ENTRE-AS-DUAS-GUERRAS**

Na sequência da guerra (14-18), naturalmente, os governos procuram rapidamente pôr a «casa em ordem», viram «à esquerda» para controlar eventuais veleidades revolucionárias, prometem a paz eterna a povos dizimados, mobilizam as energias que restam para as tarefas de reconstrução. A «segurança colectiva» será supostamente assegurada pela Sociedade das Nações. Mas, entretanto, os Estados Unidos mergulham no «isolacionismo», a União Soviética (que surgira da revolução de 17) é posta de quarentena, a Alemanha é humilhada pelos ditames do Tratado de Versalhes. A grande depressão que se segue à ruptura da Bolsa de Nova York em 1929 vem de novo adensar o clima internacional: o capitalismo surge claramente como o responsável pelos milhões de desempregados, pela miséria generalizada,

pelas guerras cíclicas. Hitler sobe ao poder em 1933 com um programa simultaneamente nacionalista e anti-capitalista («nacional-socialista»...). O pacifismo que irá renascer nos anos 30 perante a falência óbvia do sistema de «segurança colectiva» e a acelerada militarização da Alemanha será, ele, essencialmente anti-capitalista e anti-militarista. As mais prestigiadas vozes vêm agora de Inglaterra: Huxley, Russel, Wells. Em França, onde o movimento socialista se cindira com a criação de um partido comunista filiado na III Internacional, a atitude a tomar perante a paz e a guerra vai dividir tudo e todos: socialistas/comunistas, cristãos de esquerda/integralistas. Mesmo os mais intransigentes anti-militaristas (Romain Rolland, os surrealistas) acabam por ver na União Soviética a grande esperança de paz universal, desculpando — sem o saberem — depurações, processos, execuções, a morte de milhões de camponeses, a própria militarização do trabalho e da sociedade. O triunfo das frentes populares em França e Espanha em 36 restitui uma nova euforia e uma nova esperança, bem efémera. A guerra de Espanha, poucos meses depois vem colocar novo desafio: intervenção/não intervenção. E nem sempre eram os pacifistas os partidários da não-intervenção. Como não foram eles os que mais embandeiraram em arco com os acordos de Munique em 1938: pelo contrário, era claro para os mais lúcidos que Munique era o último acto antes da próxima guerra, que já se preparava. Está hoje bem provado que não foi o pacifismo que «desarmou» a França perante Hitler: foi o próprio Estado-Maior francês, que via em Hitler um modelo e não um inimigo. Pétain, Weygand e outros altos chefes militares vieram a ser os seus melhores colaboradores. Segundo escrevia em 1940 o insuspeito mas implacável George Bernanos, «há anos que uma propaganda incessante faz pesar sobre o que ela chama 'as juventudes de esquerda' a responsabilidade de uma crise moral cujas causas me parecem bem mais profundas. É sabido que um exército vale pelos seus quadros, e não era entre os militantes dos sindicatos vermelhos que o exército recrutava os seus quadros». Em contrapartida, era bem conhecido em Pétain, segundo o mesmo autor, «o seu ódio à democracia, o seu servil entusiasmo pelos regimes de força, a sua fé na Força alemã, na Organização alemã, na Técnica alemã, na Vitória alemã». E Bernanos, monárquico e conservador,

nota a deferência com que as «Democracias» se referem a Pétain, Weygan & C.<sup>a</sup>, mas não se surpreende: «Pela minha parte, há muito que não acreditava numa contradição fundamental entre o capitalismo internacional e o feroz nacionalismo das ditaduras totalitárias».

Quanto a Van Paassen, a propósito de Munique, «Neville Chamberlain e Edouard Deladier não receavam nem por um momento a derrota anglo-francesa. Tinham, sim, medo da vitória, que seria também a vitória do princípio democrático, não só nos países aliados como na própria Alemanha. A democracia, o revivescimento da Liga das Nações, a segurança colectiva baseada no desarmamento geral, a colaboração internacional e uma era de paz criadora no mundo, tais eram as consequências que acarretaria a derrota de Adolf Hitler. Era, também, um estado de coisas que os *tories* da Inglaterra e a nação francesa não desejariam enfrentar. Porque isto poderia causar eventualmente a ruína da sua classe em diversos países». Há aqui apenas a assinalar o excessivo optimismo do autor quanto ao que se seguiria à derrota de Hitler. Aqui estamos de novo a «repetir tudo» quarenta anos depois.

## ALGUMAS LIÇÕES

O pacifismo dos anos 30, contraditório, dividido, impotente, veio sublinhar algumas coisas que convém ter presente. Em primeiro lugar que o pacifismo só terá alguma força se for *verdadeiramente internacional*, isto é, se no movimento estiverem fortemente implicados os povos dos países que têm meios para decidir a guerra e cujos governos nela (ou, pelo menos, na tensão que cria a ameaça de guerra) estão interessados. Em segundo lugar que, a não ser assim — e infelizmente é pouco provável que alguma vez possa ser assim —, os mais intransigentes pacifistas acabam por se apanhar a dar vivas à Pátria e a morrer por ela. Em terceiro lugar que o pacifismo, como «ideia planetária» é, por essência, uma *vocação de esquerda*, pois os grandes interesses que promovem as guerras (o poder político assente nas armas, o poder militar, a indústria de guerra, os grandes potentados económicos e financeiros) são *sempre* de direita. Em quarto lugar, que

o pacifismo, no mundo em que vivemos, não pode ser intransigentemente não-violento: qualquer luta contra a opressão, a ditadura, a violência instituída, é uma luta pela paz, *ainda que seja violenta*. Vale a pena aqui referir que a prolongada luta não-violenta conduzida por Ghandi ao logo das décadas de 20 e 30 veio de facto a triunfar, mas num contexto cultural e religioso muito específico, não transponível para uma civilização em que há «capelães militares», em que as hierarquias religiosas são sede de um imenso poder político e económico. Ainda assim, Ghandi, ele também (como Jaurès) assassinado por um fanático, veio a deixar uma herança ao movimento pacifista: o neutralismo, de que foi paladino o seu sucessor Nehru. Em quinto lugar, que se não pode simultaneamente ser pacifista e ter qualquer espécie de admiração pela *instituição militar* e pelos seus valores profundamente anti-democráticos: pacifismo e anti-militarismo são sinónimos. Enfim, que o autêntico pacifismo dos que *querem a paz* não pode deixar de escarnecer e denunciar constantemente o «pacifismo respeitável» dos políticos que diariamente dizem lutar pela paz e, entretanto, só pensam em termos de poder e de negócios: como podem tais homens *querer* o desarmamento, quando sabem que foi o esforço de guerra que «revolveu» o problema do desemprego nos anos 30, a começar pela Alemanha? Como o podem querer, se sabem que sem um imenso aparelho militar não só não poderiam «proteger os seus interesses económicos e estratégicos» por esse mundo como dificilmente se manteriam, eles próprios, no poder? Nos dias de hoje isto é, obviamente, aplicável quer aos Estados Unidos quer à União Soviética e, em menor grau, a todos os grandes países industriais. Não merece sequer discussão o facto de que a União Soviética deixou de ser a «miragem de paz» que ainda era nos anos 30: a paz de que tanto fala, os «Comités para a Paz» que tanto anima, tudo são apenas instrumentos tácticos para conseguir a adesão à PAX SOVIÉTICA dos que não desejam a PAX AMERICANA. Um pacifismo digno desse nome nada tem que ver nem com uma nem com outra. Se assim é, a Esquerda portuguesa não deveria ficar perplexa quanto a estas questões. Convictamente solidária com todos os que lutam contra a violência instituída — no Ocidente, no Leste, em qualquer parte —, e portanto com a «justa violência» que venham a ser obrigados a adoptar para se emanciparem. Neutralista no

seu posicionamento face aos grandes poderes mundiais, mas de um neutralismo activo, isto é, *combatendo-os* pelos meios de que dispuser. Intransigentemente contra todas as despesas militares (e *não apenas* contra as armas nucleares) e pela sua transferência para as áreas sociais e produtivas — o que, em Portugal, tem *todo* o sentido, sem causar os imensos problemas de reajustamento que se colocariam a uma «grande potência». Talvez lhe não fosse mau estudar as propostas de Jaurès neste domínio. Enfim resolutamente desinibida quanto à recusa da cobertura que lhe será (é) solicitada por movimentos que, sob nomes de «causas justas» (paz, cooperação, direitos humanos, etc.) são parte de lutas estratégicas entre «fatores de guerras» e portanto lhe devem ser por completo alheias. Muito concretamente, a Esquerda só deveria aceitar empenhar-se em acções com quem adira plenamente aos três primeiros princípios enunciados.

Com isto, a Esquerda poderá não impedir «a guerra» — já vimos que só um vigoroso e improvável movimento internacional poderia fazê-lo —, mas afirmar-se-á como uma força ética e *política* com propostas capazes de abrir à sociedade portuguesa (à sua maioria explorada e sem esperança) os caminhos de uma aventura exemplar. E ao fazê-lo, estará a «dizer ao Mundo» que lhe cabe *continuar a ser* o futuro — de todos os povos. Como qualquer de nós, a Esquerda é o que de si-própria *for fazendo*, o que consistentemente *for decidindo*.

1 — É este um bom exemplo de que, mesmo em situações extremas, como é o caso de uma guerra generalizada, é possível *não optar* por qualquer das partes, isto é, *optar por outra coisa*. Reenvio para o princípio do texto «A ideia e os intelectuais».

#### 4 — RESISTIR OU RE-EXISTIR

*O que eu chamo metamorfose é da cabeça para o corpo, é combate à ideologia que nos pariu, é mudar as perspectivas não ao nível das ideias, mas do imaginário, do desejo, da acção.*

Fernando Belo, G. do M., n.º 1

*(...) há que, julgo eu, aceitar uma certa perda, um certo fracasso, no espaço político, e pôr o problema, para além da rotura, no campo cultural, como campo, mais que autónomo, independente — embora interligado, porque tudo se interliga (...)*

Nuno Teixeira Neves, JN, 11 de Maio

*(...) medo que todos sentimos de toda a ideia totalizante, de toda a solução global que possa sugerir de perto ou de longe uma solução totalitária.*

Eduardo Prado Coelho, citado por N. T. Neves no texto anterior



Sou homem numa sociedade machista. Os problemas que isso me põe, as escolhas que isso me impõe, são meus/minhas. Nenhuma mulher conhece essa *situação*, ou essa *condição*. Poderá porventura apreender através dos meus actos e do meu discurso *implícito* (muito mais que do explícito), em que medida o homem concreto que me *vou construindo* se distancia ou não do homem-macho genérico que foi, desde enroscado feto, a minha *hipótese* mais provável. Essa condição, reivindico-a e assumo-a. Sem complexos, antes de mais sem o complexo de «não ser mulher». E por que haveria de tê-lo se é coisa que me está vedada, que não posso, essa, escolher?

A condição *feminina* é-me exterior, como o é, num outro plano, a condição *operária*, a mim, intelectual de extracção burguesa. Libertar-me do complexo de «não ser operário» não é distanciar-me do problema da exploração. É justamente escolher colocar-me, em relação a ele, na única posição que, de *boa-fé*, me é possível assumir: a da apreensão intelectual, a da «teoria», a de uma prática *solidária*, que não a de uma prática vivida (impossível) ou a de uma prática imitada (falsa). Levantemos de uma vez certas ambiguidades persistentes: não posso *fazer minha* a luta pela emancipação feminina, como não posso *fazer minha* a luta proletária. Estou *com* elas. E ao estar com elas, isso *determina-me* nas lutas que me pertence, *a mim*, travar.

## OS NOVOS «POPULISMOS»

A analogia proletária não foi chamada aqui por acaso. Ela ainda nos condiciona e nos confunde. É que, durante demasiado tempo, uma leitura a meu ver restritiva de Marx fez-nos identificar *proletariado* com *emancipação*. Cometemos o erro de conferir ao *proletariado-em-si*. entidade que mitificámos, o papel de portador exclusivo de todos os «valores de emancipação», ao ponto de admitirmos (*acreditarmos*) que a emancipação do proletariado era condição necessária e *suficiente* para a emancipação geral de toda a sociedade. A «velha esquerda» continua a achar isso mesmo, e a secundarizar todas as lutas parcelares (incluindo a «feminista»), à espera que a «conquista do poder pelo partido do proletariado» — abusivamente entendida como a «emanci-

pação dos trabalhadores» — venha enfim trazer consigo, necessariamente, o triunfo em todas elas. O que está longe de ter sucedido nos exemplos históricos conhecidos, e nos recorda um desencantado poema em que se diz: «Tão ocupado andei a lutar/ com o meu inimigo principal/ que acabei esmagado/ pelos meus inimigos secundários».

Mas a tal leitura de Marx conduziu-nos a outro erro, esse talvez mais grave, veremos porquê. Chamar-lhe-ei o «erro estatístico», por ser semelhante ao do indivíduo que, ao saber que a «esperança da vida» no seu país é de 65 anos, «conclui» que viverá até essa idade — e logo a seguir morre atropelado com o anuário estatístico debaixo do braço. Idêntico raciocínio nos levou a considerar que, se o proletariado é portador *da* emancipação geral, então cada operário individualmente é, *ele-próprio*, portador da *sua* e da *minha/nossa* emancipação. Mais um passo, e «o operário tem sempre razão». Mais outro, e aí estou eu «a mimar o operário». Houve mesmo quem quisesse *ser operário*, e se tenha empregado em fábricas, onde obviamente apenas *fez de* operário. A maioria não quis, mas fartou-se (farta-se) de sofrer com o complexo de não (poder) ser operário.

Ultrapassado o primeiro erro (melhor: deixado à «velha esquerda»), este último continua a produzir os seus efeitos. Dele tinham, como vimos, decorrido todos os obreirismos, populismos e paternalismos de tanto «intelectual progressista». Hoje, esse mesmo tipo de mentalidade complexada incita muitos de nós a uma fácil transposição. Se deixou de haver um portador único de todas as emancipações e consideramos existirem diversificados portadores de «emancipações» que *achamos justas*, segue-se que: «a mulher tem sempre razão», «o homossexual tem sempre razão», «o jovem tem sempre razão», «o africano, ou o árabe, ou o vietnamita têm sempre razão», e por aí adiante. Estamos num labirinto — a que se tem chamado crise.

## A BUSCA DO SUBVERSIVO-EM-SI

Na realidade, boa parte da crise vem da nossa relação com aquilo a que chamarei o subversivo-em-si. Assistimos, de longe (que isto por cá nem mexia), à gradual domesticação das classes operárias, à canalização das suas energias para a luta institucional (a Oeste) ou

para o cumprimento do Plano (a Leste). Daí os primeiros abalos na convicção, que ainda mantivemos muitos anos (e que o Abril português nos reavivou), quanto à subversão radical que continha *em-si* a acção proletária. Maio de 68 e tudo o que se lhe seguiu trouxe-nos novas pistas, onde a cada passo buscávamos identificar novos «campos de subversão»: ideias, comportamentos, actos que a sociedade *não poderia suportar*, que a minavam por dentro pelo que continham de subversivo-em-si. A sociedade de consumo, a sociedade tecnocrática, a sociedade falocrática, a sociedade assente nos valores da família e da hierarquia social — tal sociedade não poderia suportar a reivindicação/afirmação do desejo, da emancipação dos corpos, nem a dos «novos modos de viver» (as comunidades, a recusa do trabalho assalariado e dos objectos de consumo de massa, as várias «marginalidades», etc.), nem a intrusão do imaginário no mundo da «razão», nem a reconquista da natureza ao mundo da produtividade e da poluição.

Uma vez mais nos iludimos. Não soubemos/quisemos distinguir o que, em todos estes movimentos, ideias e comportamentos, é apenas sinal de uma «cultura de crise» — crise da própria sociedade —, do que é *sinal* de emancipação, semente de subversão e de futuro *outro*. Em todos os períodos de crise das sociedades multiplicam-se as teorias e as práticas de «fuga» ao real, ressuscitam os misticismos e as utopias, entra-se na vertigem do antes-do-Dilúvio. Unem-se então numa aparente subversão os mais radicais e os mais conservadores, é o desespero (se não o pânico) o grande unificador, o imaginário (ou o «irracional») a grande bóia de salvação. Houve candidatos a ditador que sobre isso construíram o seu poder e o seu fascínio. Também eles falavam do fim das ideologias. É por de mais conhecido.

A busca do subversivo-em-si é mais uma perigosa comodidade/fuga a que nos entregamos. Porque o facto é que só pode haver *subversivo-em-nós*. Duas escarpas no fundo das quais corre um rio representam um imenso potencial de energia: resta que alguém *decida* lá pôr uma barragem. De contrário, elas poderão servir como local de turismo, atrair alpinistas ou suicidas. O desejo, o imaginário, podem de igual modo ser subversão ou refúgio. Só o comportamento *global* de cada um nos dará a chave.

Um poema em que a palavra «corpo» me surge linha sim linha

não *pode* apenas denunciar-me os problemas que o poeta tem por resolver com o *seu* próprio corpo. O êxtase erótico de um, dois ou mais que dele participam, do mesmo sexo ou de sexos diferentes, *pode* esgotar-se no orgasmo solitário ou colectivo, *pode* ser apenas uma embriaguez de fuga a um quotidiano convencional, mesquinho, a um quotidiano em que porventura imperam sórdidas relações de poder e de opressão entre os próprios que assim se comprazem. Como também um convicto combatente anti-nuclear *poderá* ter o imaginário povoado de visões idílicas de uma ruralidade feita de alegres desfolhadas e pores-do-sol sobre searas doiradas.

### **POR UMA ESQUERDA NÃO SOFREDORA**

Que esquerda e direita, face à(s) crise(s) — a *deles* e a *nossa*, como diz F. Belo —, se põem a colher nos mesmos terrenos, é um facto. Por isso mesmo (se mais não houvesse), tenhamos ou não «medo das ideias totalizantes» (E. P. Coelho), a esquerda, uma *nova esquerda*, só se pode identificar se procurar integrar numa *visão emancipadora global* os seus combates e as suas «subversões» — sem excluir o *político*, isto é, sem se reduzir ao «campo cultural» (como parece sugerir N. T. Neves), onde mais propícias serão as solidariedades suspeitas e as diluições abusivas. A compartimentação do real e do «saber» foi o que nos ensinaram e com que nos quiseram domesticar.

Fazer uma «metamorfose da cabeça para o corpo» (F. Belo) será começarmos a «totalizar-nos» a nós-próprios — dito por palavras menos controversas, fazermos com que *se encontrem* as nossas cabeças e corpos. E ao encontrarem-se, teremos dado o imenso passo, *subversivo esse*, de nos «sentirmos na nossa pele». Porque suspeito que se, apesar de tudo, há algo que esta sociedade tolera mal, é o *não-sofrimento*. Somos talvez mais filhos da Igreja do que do capitalismo. E a esquerda, de certo não só por isso, tem sofrido demasiadamente. Ele são sacrificados militantes, ele são lutadores tristonhos, guerrilheiros desesperados, revoluções sem alegria. Corpos e cabeças desencontrados — como também convém a uma «disciplina revolucionária» de autómatos e, sobretudo, de *devotos*.

A esquerda tem-se limitado a resistir, sofredoramente. Trata-se de descobrir a alegria e o entusiasmo de re-existir.



# MEMÓRIA



## 1 — NO REINO DOS FALSOS AVESTRUZES

**NOTA PRÉVIA** — *Este texto foi escrito em meados de 1977, quando a Secretária de Estado Manuela Silva deu à luz o seu comovido exercício sobre as «necessidades básicas» intitulado Plano de Médio Prazo 1977-80.*

*Como neste texto já se previa, ele nunca chegou a ser aprovado. Enviei o artigo para publicação a um diário lisboeta, tendo-me sido constrangedamente pedido que «abrandasse» os adjetivos que dirigia ao PS, pois era a altura em que o Secretário de Estado Manuel Alegre (hoje tão de esquerda, valha-me Deus!) estava em pleno assalto aos órgãos de informação, colocando lá os seus homens de mão, e o dito diário estava na sua mira... Por isso desisti da publicação.*

*A sua releitura hoje parece-me interessante, não só por se ver até que ponto o PS continua rigorosamente igual ao que já era então, mas também porque, na parte final, se recorda um Eanes de que muitos estão esquecidos, e que,*



*como se verá, começava já a manietar certa gente «de esquerda». O episódio da peça de Sittau Monteiro, que então tanto irritou as chefias militares, tem de resto o seu saboroso picante, sabendo-se como ele se passou com armas e bagagens para a AD, e como, inversamente, Eanes é hoje toda a esperança de uma esquerda agora bem mais alargada. Enfim, uma breve explicação para o facto de ter vindo buscar a este texto o título do livro. Na realidade, relido o original na mira de desencantar algo que, chapado na capa, ao mesmo tempo reflectisse com alguma fidelidade o conteúdo do livro e despertasse a curiosidade dos leitores, nada melhor me ocorreu. É que, quase de uma ponta à outra, é mesmo de falsos avestruzes que me ocupo. O reino dos falsos avestruzes não é apenas o da «classe política portuguesa». Julgo que é o reino da «política» no pior dos sentidos — aqui como em qualquer parte. Não é um falso avestruz aquele para quem a tucanhez táctica (sua ou do seu partido) se sobrepõe a tudo o resto, posicionando-se em cada momento em função apenas dos dados que lhe interessam e não daqueles de que dispõe?*

Diz-se de quem não quer ver o que se passa à sua volta, para não ter, por hipótese, de lhe suportar os incómodos, que faz como o avestruz que, como rezam os papiros, tem por ancestral hábito enfiar a cabeça na areia. Sempre houve em Portugal muito quem o fizesse, sobretudo aqueles que podiam permitir-se esse luxo: deixar correr o marfim, certos de que o «marfim» lhes ia de feição.

Mas o que ultimamente tem proliferado nas hostes da esquerda portuguesa (e não me detenho a precisar o que isto seja, o que só por si daria pano para mangas) é uma espécie bem mais retorcida e original: o falso avestruz. Isto é, aquele que sabe muito bem o que se está a passar, vive mesmo na preocupação (se não na profissão) de saber o mais possível mas, por razões tácticas, faz que não sabe, que não viu, faz como se tivesse a cabeça metida na areia, onde só chegassem as informações que menos o perturbem. E a partir dessa amputada informação se tecem conjecturas, se formulam análises, se pronunciam discursos que, passando naturalmente à margem da realidade, nem por isso deixam os seus autores menos tranquilos pois, haja o que houver, do que ninguém os poderá acusar é de desestabilização. Bem nos compadeceríamos desses falsos avestruzes, não fossem tão nefastas e perniciosas as consequências de tal atitude. E se não vejamos.

Estive há dias num conciliábulo bastante concorrido onde cabeças da mais variada esquerda eram mais que muitas, e onde se discutiam as «grandes opções do plano 77-80». Ouvi uma brilhante exposição, que me pareceu merecer um generalizado consenso, aliás, ao que suponho, já gerado ao longo dos debates que há várias horas se vinham processando. Os pontos centrais da análise eram os seguintes: *a)* que as grandes linhas daquele documento apontavam uma solução de esquerda para a «crise económica» portuguesa; *b)* que tal solução implicava que o governo (leia-se: PS) renunciasse a «procurar o empresário perdido» (leia-se: a privilegiar alianças de direita) e se decidisse enfim, como «partido de Esquerda», a utilizar as alavancas fundamentais do sector público e a seguir à risca o «modelo constitucional»; *c)* que toda a esquerda deste país deveria apoiar o governo desde que ele se empenhasse nesse meritório esforço; *d)* que, a não ser assim, não tardaria que os homens do Fundo Monetário Internacional por aí aparecessem com mais um dos seus «planos de estabilização» tipo impresso-que-basta-assinar, do género dos que nos últimos meses foram impostos ao Egipto e ao Perú (seguidos de repressão, mortos, feridos, etc.), sem falar na Inglaterra e Itália.

Ora sucede que o orador sabe tão bem como nós que as chamadas «grandes opções do plano», não interessa se mais ou menos de esquerda, se mais ou menos consistentes, não passam de um papel que

pouco vale face às condições políticas concretas. E essas dizem-nos que o PS não é, nem é presumível que a curto prazo se possa tornar, o «partido de esquerda» que os falsos avestruzes fazem de conta que é. O Partido Socialista, em particular o seu aparelho, é antes, todos o sabemos, o partido do carreirismo, do oportunismo, do «tacho»; um Partido para o qual a Constituição (quanto mais o Plano!) é um papel de valor muito relativo; um partido de surpreendente vocação totalitária, e se não veja-se a vergonha da informação oficiosa, do preenchimento de lugares de influência e poder; e sobretudo é, *neste momento*, o «partido do estrangeiro», como tão bem o definia Gramsci: «quanto mais a vida económica duma nação está subordinada às relações internacionais, mais um partido particular virá a representar esta situação e a explorá-la, com o objectivo de impedir que outros partidos rivais o ultrapassem (...) (esse partido), na realidade representa não tanto as forças vitais do seu próprio país mas a subordinação deste e a sua escravatura económica às nações hegemónicas ou a algumas delas». É, enfim, um partido *vazio* (de projecto, de imaginação, de convicção, de base social — de socialismo) e, por muito que isso nos preocupe, condenado.

Isto significa, entre outras coisas, que para o Governo é muito mais importante e urgente a negociação (?) dos não sei quantos milhões de dólares com o FMI, que condicionam o «grande empréstimo» salvador (do governo...) do que o respeito pelo que possa estar escrito nas «grandes opções» — que, de resto, os peritos do Fundo nem se darão ao trabalho de ler. Em resumo: muito antes de estar elaborado o Plano propriamente dito, já tudo terá sido posto em causa por esta via pouco exaltante. Aliás, a recente reviravolta do PS na Assembleia faz crer que nem as «opções» se salvarão... E o primeiro destacamento de homens do Fundo já por cá anda.

A questão não é, pois, «que fazer para evitar que o PS se alie à direita, para que se assuma de vez como partido de esquerda?», mas outra: «que fazer face ao *facto* muito concreto que é o PS não ser aquilo que eventualmente gostaríamos que fosse?» Por mais que se procure esconder esse *facto* e evitar excessos de linguagem que «empurrem o PS para a direita» ou que dêem origem a uma «divisão do PS, tão perigosa para a democracia» (o que é verdade), isso não

evita que esses riscos cada vez mais se concretizem, ante o falso espanto e culposa impotência dos que acharam melhor «fazer de conta que» em lugar de enfrentar a desagradável verdade da nossa situação política.

Outra vocação dos falsos avestruzes é a de fecharem os olhos às questões militares e, acima de tudo, não tocar no Presidente da República nem com uma flor. De facto, sabendo eles o que sabem do PS e do Governo, há que preservar uma figura e uma instituição que se supõe poderem, em dado momento, «aguentar» ao menos «uma certa vida democrática». Louvável atitude essa se, uma vez mais, não significasse uma fuga às realidades. Os escândalos da justiça militar, com a vida airada de PIDEs e bombistas por esse país fora (quando não se raspam, muito simplesmente, como aqueles senhores que foram avisados pelos meios de comunicação social que lhes ia ser passado mandato de captura!) e com a inacreditável contrapartida do «caso Rui Gomes», já seriam suficientes para suspeitar de que nem tudo vai muito tranquilizador pelas paragens militares.

Mas a autêntica «caça às bruxas» verbal (por agora) desencadeada pelo caso «Guerra Santa» deixa-nos estarecidos. O sr. EMGFA reagiu como se fosse directamente visado, o que é altamente inquietante. Um general afirmou que «os valores morais e tradicionais das Forças Armadas são intocáveis», o que tem ressonâncias de um ultra-conservadorismo bem pouco democrático. O mesmo general sugere que os que morreram na guerra colonial o fizeram para o «engrandecimento de Portugal» (o que, sendo espantoso, não impede que muitos, que respeitamos, estivessem convencidos disso), declaração que só por si nega a essência descolonizadora do 25 de Abril. Enfim, para além de várias outras afirmações de outros generais, é o próprio Presidente da República que, no dia seguinte a ter considerado Camilo de Mendonça «um grande homem» — coisa de fazer calafrios —, trata de ignorantes os que pensam que se possa chegar a general sem uma carreira exemplar passando, nomeadamente, pela «ida ao mato» (outra expressão arrepiante).

Face a estes sinais, que não surgem por acaso, e que só por si mostram em que medida aos mais altos níveis da instituição militar *já* se reage de forma semelhante e até com idênticas expressões (veja-se a

célebre «nota oficiosa») às que se verificaram à data em que a peça foi escrita, seria de esperar de homens de esquerda não só uma tomada de posição muito vigorosa mas, em particular, uma interrogação pública sobre «o que fizeram os homens do 25 de Novembro das Forças Armadas que fizeram o 25 de Abril». Nada disso. Tirando poucas excepções, incluindo as salutares, se bem que brandas, palavras do autor da peça, que têm ao menos o mérito de introduzir o humor na questão e tratá-la pelo lado do ridículo (embora só em relação à TV) a reacção generalizada é de espanto: «Como podem as F. A. do 25 de Abril tomar para si o que foi para «outras» F. A.?». Todos fingem ignorar que, se as F. A. actuais *ainda* não são as que conduziram a guerra colonial, também *já* não são as que fizeram o 25 de Abril — e tirar daí as necessárias consequências. Políticas.

E se *ainda* não são o que eram antes, é porque a luta de classes as penetrou profundamente. E ainda bem. No dia em que as F. A. voltem a ser um corpo monolítico, rigorosamente hierarquizado (incluindo os espíritos), supostamente neutrais e exigindo que se veja nelas o modelo mesmo das virtudes pátrias — nesse dia terá acabado de vez o 25 de Abril. Por mais que os falsos avestruzes jurem que nas F. A. vai tudo como Deus com os anjos, que é inatacável o apego à democracia de todos os chefes militares, que dizer o contrário é fazer o jogo da direita, por sugerir divisões inexistentes.

Resumindo e concluindo: aos falsos avestruzes poderá estar reservado o inglório destino dos avestruzes «autênticos». Só que não terão desculpa e, a dar-se isso um dia, serão arrastados com eles todos os outros pássaros que nós somos. Ou seja, as tácticas suicidas acabam sendo criminosas.

## 2 — A AD E NÓS

**NOTA PRÉVIA** — *Este artigo foi publicado na «Gazeta do Mês», em Maio de 1980. Se aqui o retomo é porventura apenas para que se constate em que medida a AD foi impotente até agora para concretizar a sua estratégia e a «esquerda institucional» se conseguiu manter como não-alternativa. Não tenho dúvidas de que a impotência da AD deriva inequivocamente da derrota do seu candidato presidencial. Isso é a vitória dos que votaram Eanes, e a sua (deles) «virtude», o que não chega para que se identifique Eanes com «a virtude»: quando eu construo um dique para suster as águas, é minha a vitória, não do dique, meu o mérito, não do dique... Registe-se também como já então Cunha Rego se perfilava como o ideólogo da «velha direita», ele que ainda não dispunha do jornal em que hoje incensa o CDS e considera Mota Pinto como o ideal substituto de Balsemão! A propósito, espero que isso lhe não tenha trazido problemas com o seu colaborador Pulido Valente, que sobre o advogado*

*coimbrão escreveu uma das suas mais corrosivas prosas (nos tempos em que Sá Carneiro o abateu...). Como curiosidade, aponte-se também o caminho que em escassos dois anos percorreu a imagem de Lucas Pires, hoje tão apreciado, ou pelo menos tão poupado, por tanta intelectualidade «de esquerda». Enfim, continuo a pensar que a AD era a morte. Só que, ao que parece, antes de ser a nossa, começou felizmente por ser a sua-própria...*

Se nos colocarmos na óptica corrente da chamada «análise política», toda a acção do Governo AD tem de ser interpretada tendo presentes os dois grandes objectivos que visa. Um objectivo estratégico, de fundo, que consiste em inventar uma «classe empresarial» vigorosa, se possível de grandes empresários modernos e dinâmicos (sempre «cai melhor» na Europa do que as «grandes múmias» do passado — mas o certo é que não haverá muito por onde escolher...), única base de apoio sólido para se deter o domínio político e social num sistema de mercado. O outro objectivo, esse de curto prazo, decorre do facto evidente de que não é viável cumprir o anterior num horizonte de 6 meses: trata-se, então, de ganhar as eleições custe o que custar. Os dois objectivos estão rigorosamente articulados.

Com efeito, por um lado, uma pequena/média burguesia *não hegemónizada* é eleitoralmente uma autêntica caixa de surpresas, para não dizer um incontornável catavento — há, pois, que aliciá-la, confundi-la, atemorizá-la. Por outro, a «solução final» do problema da hegemonia a prazo envolve uma duríssima batalha constitucional, já que não se vê — nem a AD vê, ela que tanto se desdobra em elogios e incitamentos a uma «iniciativa privada abúlica, se não inexistente — meio de atingir o objectivo estratégico *sem desnacionalizar*. Só assim se reconstituirá uma cúpula hegemónica no sistema, sem a qual ele não passa de um corpo desconjuntado. E mais, essa batalha constitucional, jurídica e politicamente impossível de ganhar, impõe (para além da vitória nas legislativas) a existência de um Presidente da República que cubra certos *golpes* indispensáveis — o do referendo,

entre outros. Por isso a AD acabou por optar por um militar, que deverá comprometer-se a que a hierarquia das F. A. «estará por tudo». Por isso também vive a AD a imaginar truques diversos visando associar estreitamente os dois processos eleitorais, tendo mesmo encarado a hipótese de antecipar as eleições presidenciais — como acabamos de ver as decisivas.

Isto que se disse em tão poucas palavras é *tudo* o que a AD tem na cabeça, e é bem mais, e bem mais ameaçador do que possa parecer. Porque não estamos diante de um simples grupo de políticos ambiciosos, ênfatuados, quando não patentemente medíocres (e se são tudo isso, quase todos!); trata-se de uma classe dominante em gestação, uma classe dominante *por inteiro*, entenda-se. A arrogância e os ares de autoridade a que diariamente assistimos não são mais do que a máscara que afvela uma burguesia frágil e insegura, porque amputada de algo que funde o seu poder: uma base económica financeira consistente. Por isso ela se comporta com a agressividade do corredor franzino e sem princípios que, vendo-se próximo da meta, não hesita perante a necessidade de uma rasteira, ou de um toque *in extremis* na coxa do adversário. Ora justamente a AD *não pode ter princípios*: ela não tem sequer uma ideologia coerente (disso mesmo se queixam alguns dos seus), tem apenas uma estratégia, ou talvez melhor uma *ideia fixa*. E tudo leva a crer que esta só é realizável com bastantes «toques na coxa da democracia». Assim se compreende a sobrevalorização, a autêntica obsessão do *político*, do *institucional*. É que, por detrás do aguerrido discurso antiestatal (a «esquerda» é constantemente acusada de tudo ter «estatizado», de tudo ter «centralizado»...) perfila-se o facto irrecusável de que só o poder de Estado e o controlo total das instituições (incluindo a repressão, a censura) poderá permitir à AD cumprir o seu projecto, isto é, lançar as bases do seu poder enquanto classe.

## COMO PÔDE SURGIR ESTA VELHA DIREITA?

É tempo de reconhecer que a AD tinha o terreno bem preparado por uma «certa esquerda». É tempo de a esquerda (sem aspas), cuja natureza é agir com paixão (ou não esteja na raiz das suas posições de



algum modo uma *revolta* moral) raciocinar desapassionadamente e *sem hipocrisia*. Se não vejamos: este Governo desatou, contra tudo o que anunciara, a efectuar saneamentos políticos selvagens, de que o caso mais espectacular foi o do «rebanho de gestores» da comunicação social, na feliz expressão de uma das vítimas? Ora, saneamentos políticos, à direita e à esquerda, porventura não tão selvagens, é o que não tem faltado entre nós nos últimos anos, não é propriamente uma novidade introduzida pelo Governo AD. O Governo aumentou os preços e tem colocado todos os obstáculos possíveis aos aumentos salariais, bloqueando convenções colectivas, declarando empresas em situação económica difícil, e por outras diversas vias? Mas todos os últimos governos o fizeram também, e não são de hoje os famosos «tectos salariais» de má memória. Este governo tem uma política externa radicalmente pró-ocidental, é entusiasta convicto da integração europeia, não se empenha a fundo numa política de relações normalizadas com as ex-colónias? Tirando o *tom* provocatório e subserviente da primeira, tudo isto se poderia dizer dos anteriores governos, sem esquecer o escandalosamente tardio reconhecimento do Governo da R. P. de Angola, cujos responsáveis são conhecidos. Este governo propõe-se uma «abertura ao sector privado» na indústria, exhibe uma despuddorada agressividade nas entregas de reservas e desocupações na zona da Reforma Agrária? Convirá então recordar que, no campo industrial, todas as desintervenções estavam concluídas antes de tomar posse o Governo AD e que a Lei Barreto foi aprovada em 1977, ou seja, este Governo excede-se em zelo, por um lado, e por outro dá obviamente novos passos *no mesmo sentido*. Este Governo mostra uma descabelada sofreguidão pela entrada de capitais estrangeiros? Lembremos que a actual versão, bastante mais «liberal» que a anterior, do Código do Investimento Estrangeiro é de 1977, e que os grandes projectos de multinacionais (Renault, Ford, Upjohn) vêm muito de trás, não se falando por agora em mais nenhuma iniciativa «de peso» neste domínio. Este Governo não combate, ou alimenta mesmo, a especulação, a corrupção, o clima de «vale tudo» em que se vive? Nada disto tem 4 meses de existência, muita da inflação que vem desde 1976 tem as suas raízes nesse mesmo clima. E não vale a pena alongarmo-nos mais.

Pois bem. Muitas destas coisas, vindas da «esquerda», nos revoltaram porque *uma esquerda* nunca as faria: elas são incompatíveis com pontos essenciais do seu *projecto*. Muitas outras nos revoltaram porque foram feitas sem princípios, sem ideologia, sem estratégia, isto é, sem que se visse com transparência a sua *necessidade política*, sem que se chamasse as coisas pelo seu nome. Hoje, revoltam-nos *todas*, porque são feitas em nome de uma *estratégia de direita*, porque, semelhantes na aparência, contêm inequivocamente um voluntarismo de ruptura. Porque a AD já não é apenas a não-esquerda de que falou, pouco depois das eleições, Eduardo Lourenço. E tão pouco é uma «nova direita» de tipo europeu, como alguns dos seus a quiseram pintar. Não. A AD, e em particular o seu sector politicamente dominante — o CDS, os «duros» do PSD, o ideólogo Cunha Rego e quejandos —, são de facto os representantes da mais tradicional das direitas, da mais reaccionária das burguesias: o aparecerem envolvidos num mesmo «caso» os nomes de Strauss, de Kaulza e de Lucas Pires é apenas um indício, mas muito significativo.

## A LÓGICA DO GOLPISMO

A grande diferença entre esta direita e as suas congéneres europeias é que estas já de longa data configuraram elas próprias os sistemas políticos dos respectivos países à sua imagem e semelhança e, mais importante ainda, conseguiram a astúcia maior, em alguns deles, de aceitar um bipartidarismo de tal sorte concebido que, mesmo quando a oposição chega ao poder, isso apenas significa uma gestão diferente do mesmo sistema — em benefício, aliás, da sua estabilidade. Ora acontece que a «nossa» direita, a «nossa» burguesia *ainda tem isso por fazer*: o sistema constitucional em que é obrigada a exercer o poder, construído num período em que ela andou a «fingir de esquerda», impede-lhe de se instituir enquanto classe dominante, hegemónica, de forma duradoura. É por isso mesmo que ela só pode ser *golpista* por natureza. Não é concebível uma continuidade democrática entre o sistema actual e o sistema que servirá aqueles propósitos. Note-se, e nisso diferimos de certos observadores mais precipitados, que este

segundo poderá ser formalmente, e *no plano político*, tão «democrático» quanto o anterior. Não é daí que advêm os grandes perigos para a democracia, é sim da *necessidade* de uma ruptura entre ambos (é aliás a expressão mesma de Cunha Rego na sua entrevista ao DN). Daqui decorre em boa parte o afrontamento Eanes-AD: não por Eanes «fazer o jogo da esquerda» ou mesmo, como chegam a sugerir alguns exaltados, por ele ser «cripto-comunista» ou estar nas mãos do PC. É que ao «levar a sério» o seu compromisso constitucional, ao recusar-se a apadrinhar a ruptura, Eanes obsta à autoperpetuação da AD no poder (aqui a expressão é do reformador Sousa Tavares, nos seus artigos de «demarcação» da estratégia presidencial da AD). Com efeito, o quadro actual permite governar «mais à esquerda» ou «mais à direita». O quadro projectado pela AD destina-se a limitar o campo de opções, e nesse sentido, sim, será *menos* democrático. Mas a diferença de fundo estará, naturalmente, no chamado «sistema económico». E é bom que se compreenda que isso nada tem que ver com a incompatibilidade do actual «sistema económico» constitucional com as exigências da integração europeia. Até já especialistas da CEE reconheceram que isso não é verdade. Ele é incompatível, isso sim, com o projecto estratégico da própria AD, como temos vindo a demonstrar.

Nesta perspectiva, não se torna difícil apreender o sentido do que a AD vem fazendo (ou tentando fazer): *tudo* tem, de algum modo, como objectivo comum, as eleições (*ambas*). Alguns exemplos elucidativos: abertura de sectores nacionalizados à iniciativa privada (efeito de «demonstração» sobre a média burguesia industrial, sem excluir um efeito directo, mas talvez não a curto prazo, no lançamento de uma banca privada), reduções de impostos (atingindo largas massas de trabalhadores por conta de outrem), distribuição de *algumas* terras a pequenos/médios agricultores (efeito de «demonstração» junto de uma importante fracção camponesa que a «esquerda» ignorou, ao mesmo tempo que se vão efectivamente reconstituindo latifúndios privados), revalorização do escudo e das reservas de ouro do Banco de Portugal (efeito psicológico sobre «classes médias» de patrioteirismo fácil e escasso entendimento financeiro), «anestesia» evidente dos grandes meios de comunicação de massas (notórios, para já, os casos do DN e da TV, onde campeiam uma aparente «desdramatização», uma autêntica

«frivolidade informativa», maravilhosamente servidas pela mediocridade de uns e pela «sabedoria» de outros — isto visando todos aqueles que se supõe «estarem fartos de política») e, em contrapartida, agressividade crescente dos órgãos de informação privados, neste caso visando as «elites de direita» ou a pequena burguesia «activista», etc., etc. Isto para não falar na prevista revisão das leis do recenseamento eleitoral, essa directamente dirigida para a vitória nas eleições por via administrativa. Como aqueles jogos de futebol cujo resultado é decidido nos gabinetes da Federação ou por despacho ministerial...

### A AD É A MORTE (NÃO SÓ DO 25 DE ABRIL)

Isto quanto à «análise política» mais ou menos clássica. Ora nós não estamos aqui *só* para isso, nem mesmo *sobretudo* para isso. É indispensável que se compreenda o que está por detrás dos actos do poder. Sem dúvida. Como também o é compreender que se a actual «oposição de esquerda» pode evitar que a direita cumpra a sua estratégia de ruptura — e é *vital* que o saiba fazer — já não poderá, ela, na sua actual configuração, oferecer alternativa sólida e duradoura. Mas importa, para além disso, e *mais importante* do que isso, tentar recompor o complexo *puzzle* que resultou do estilhaçamento, em 75, da *ideia de esquerda*, enquanto ideia de esperança, de libertação e de emancipação colectivas, enquanto ideia de criatividade e de iniciativa populares, enquanto ideia de inserção fundamental do quotidiano no projecto político, na intervenção política. E isto pode começar a ser feito hoje mesmo, se percebermos com nitidez por que, independentemente do que faça ou não a AD, ela nos *repugna*. Não é obviamente apenas por todos os truques que utiliza, por todos os golpes que possa inventar: está no seu papel (que já vimos qual é), como nós estaremos no nosso ao denunciá-los e combatê-los. A AD repugna-nos porque é o retorno mal disfarçado à «velha ordem», ao velho puritanismo beato e hipócrita, à velha hierarquia do poder económico e financeiro (em potência, por enquanto), às velhas obras de caridade de «virtuosas senhoras» entre dois chás-canasta, à mediocridade instituída e provocatória, à vida airada dos meninos dos iates e dos «Porsche», ao

desprezo infinito por tudo o que cheire a «povo» (hoje reforçado por um pânico intestinal), a imaginação, a iniciativa menos-respeitadora-dos-valores-tradicionais, a liberdade, a vida. A AD não é apenas a morte do 25 de Abril. A AD, na verdade, é a *morte*.

### 3 — SENHOR DEPUTADO

**NOTA PRÉVIA** — *Este texto tem uma história exemplar que, como já referi no prefácio, não é alheia à existência deste livro. Vale a pena contá-la em mais pormenor. Escrito uma quinzena depois de apresentado na Assembleia o projecto de legislação do PCP relativo ao aborto, em princípios de 82, entreguei-o no «Expresso» ao coordenador da «Revista», que me vinha insistentemente pedindo colaboração. Na ausência da publicação em dois números sucessivos, inquiri das razões de tal facto, tendo-me sido dito que não fora aceite por «demasiado provocatório». Pressionado por um amigo a propô-lo a «O Jornal» (onde de há muito não colaborava na sequência de uma vergonhosa atitude que comigo tiveram em 78), encarreguei-o a contragosto de o fazer, tal era a necessidade*

*que sentia na sua publicação. Debalde. Agora era o risco de um processo por ofensa a órgãos de soberania! Curiosamente, logo de seguida, utilizaram o título do meu artigo como título de um texto sobre o mesmo assunto escrito por um jornalista da casa... A quem porventura se recorde de ter, posteriormente, saído no «Expresso» uma carta minha «a Isabel do Carmo», explico que tal se deveu ao facto de, em cartão ao Director, ter invocado — face à dramática situação dos grevistas da fome — o «estado de necessidade» no que se referia à publicação, assegurando-o de ser a última vez que lhe bateria à porta.*

*Finalmente, o artigo acabou por ser publicado no próprio dia da votação, já em Novembro, pelo «Diário de Lisboa», que o aceitou e fez sair de um dia para o outro.*

O Senhor Deputado, tenha 30, 50 ou 70 anos, costuma dizer que «um homem não é de pau». Na verdade, já teve em tempos uma aventura com a criada, ou com uma empregadita que lhe vendeu um presente para a mulher, ou à socapa em férias com a família, ou com uma amiga da casa, ou sei lá com quem mais e em que circunstâncias. O Senhor Deputado andou também por certo com umas pequenas antes de se casar, casou-se e achou que lhe chegavam dois filhos, ou que não tinha meios para ter mais. Em todas estas situações, ou nalgumas delas, o Senhor Deputado tem de reconhecer que acordou com a parceira (se não a obrigou a isso...) que a única solução possível, para não criar complicações sérias na *sua própria vida*, era o

recurso ao aborto. Era, de resto, obviamente co-responsável da situação criada. Conforme as suas posses, isso foi finalmente feito com assistência médica (porventura de algum respeitável membro da Ordem, dos que hoje vociferam contra este «crime»...), anestesia, etc., etc., ou por uma «profissional» mais em conta, ou sabe Deus por quem. O Senhor Deputado limitou-se a pagar e a lavar daí as suas mãos. No caso de ligações fortuitas ou extra-conjugais, o Senhor Deputado, agastado, correu logo de seguida com a rapariga, acusou-a talvez, sem mesmo inquirir dos tratos por que passou. O Senhor Deputado confesse que até já escorreu com a massa para liquidar pela mesma via o resultado de uma ligação de uma filha sua, de 16 ou 17 anos (ou de um filho seu) — e, uma vez mais, foi à sua vida.

Sem nenhum inquérito ou sondagem, penso que estou a referir-me (a dirigir-me) a 70 ou 80 por cento dos Senhores Deputados de S. Bento.

Senhor Deputado, não pense que tenho de si uma grande opinião. Julgo que se está razoavelmente nas tintas para o «interesse nacional», que nem mesmo sabe o que isso é, se é que é alguma coisa. Penso que vota coisas que não entende, que para si o Parlamento é sobretudo uma oportunidade de promoção pessoal, de se fazer ouvir a si-próprio e ainda por cima com audiência garantida, um trampolim para as suas ambições partidárias e financeiras, uma ilusão de que tem uma parcela de Poder (e, mal de nós, até a tem, embora menos do que imagina); e penso também que o sentido do seu voto tem muito mais que ver com a estratégia eleitoral do seu partido, ou com outras razões menos confessáveis, do que com qualquer ideia minimamente aproveitável que tenha na cabeça. Ainda assim, calcule, estou disposto a pagar esse preço, que é o de «inchar» medíocres e ambiciosos, para poder viver num país que não é o pesadelo de antes do 25 de Abril, até um dia se vir a encontrar uma solução socialmente menos «onerosa» e com melhores resultados para os que hoje quase desesperam.

Mas tudo tem limites. Ao votar a lei sobre a despenalização do aborto, o Senhor Deputado não o vai fazer, uma vez mais, sobre algo *que não entende*. Por uma vez o seu voto tem um sentido moral inequívoco, diz respeito a uma prática para a qual o Senhor Deputado contribuiu com a sua vontade e com o seu dinheiro, de que beneficiou



sem o mínimo risco ou incómodo pessoal, e de que se voltará a socorrer talvez amanhã mesmo — seja qual for o seu voto. Claro que ninguém saberá nada disso, mas se o seu voto for negativo, *alguém* que já sofreu e se calhar ainda sofre (se não se tratou de um daqueles não tão raros casos fatais...) por ter abortado com a sua «cumplicidade», se não com o seu incitamento ou imposição, pensará que o Senhor Deputado é um verdadeiro verme — se não pensava já. O Senhor Deputado tem uma oportunidade única de uma certa «reparação», criando condições para que se eliminem os riscos de uma semi-clandestinidade, que só é «semi» porque a própria justiça reconhece que «há leis que não são para se cumprir» — entre as quais essa que justamente se pretende manter! Isto, é claro, até que uma vasta informação sobre contracepção e planeamento familiar venha a reduzir quanto possível a necessidade do aborto, pois esse deve ser o objectivo. Mas quando vemos serem proibidas as consultas individuais de planeamento familiar a menores de 18 anos, parece-nos que não é para aí que se está a caminhar (o Senhor Deputado protestou vigorosamente contra isso? Tem na gaveta algum projecto de decreto-lei sobre este assunto? Por que espera?

Se isto tem algum valor como argumento, Senhor Deputado, direi que esta é também uma oportunidade única de o senhor descobrir que ainda tem alguma dignidade — o que até pode ser útil para o seu futuro trabalho parlamentar.

Lembro-lhe enfim que «países católicos» como a França, a Itália (!), além de muitos outros, já votaram leis, mais ou menos liberais, de despenalização do aborto. Ou seja, o que lhe estou a sugerir afinal, Senhor Deputado, é que *se integre na CEE*, que diabo!

Aguardo a votação. Sem grandes ilusões, pelo que vai dito atrás. Pois se a hipocrisia vai ao ponto de se ter chegado a falar em haver Senhores Deputados que concordam com a lei a prepararem-se para se fazer substituir por outros que se lhe oporão — o que significa que votarão contra a sua própria opinião por interposta pessoa, ou seja o máximo da cobardia e da indignidade! Hipocrisia que se junta à dos médicos que colaboram no miserável sistema actual e gritam contra a despenalização, à dos padres que diariamente absolvem «implicados» no aborto e contra ela clamam também, à dos partidos que contemplam

a despenalização nos seus programas e agora se lhe opõem por razões eleitorais, à de todos os que já se aproveitaram do sistema (como o Senhor Deputado) mas publicamente proclamam o «direito à vida», etc., etc.

Se o Senhor Deputado votar contra a lei, terá ao menos consigo os fascistas, que pensam e dizem que o Senhor Deputado é um dos que está a «enterrar a Pátria» mas considerarão que, por uma vez, teve um momento de lucidez...

Pela minha parte, se o projecto não passar, convencer-me-ei em definitivo que vivemos em plena lei da selva, e que os Senhores Deputados são os melhores agentes e representantes desse implacável modo de relacionamento entre os animais — infelizmente racionais — que nós somos.

Digo-lhe, Senhor Deputado, que *sei* do que estou a falar. O Senhor também...



# DEDICATÓRIA



## SARTRE, A MINHA JANGADA

Eu fiz 20 anos em 1952. Não-crente já então, se é que o fui alguma vez, eu era a ignorância do mundo, das coisas, das pessoas. Estudava engenharia, afincadamente. Mas desencantadamente. Punham-se-me as questões metafísicas (e físicas) do costume, as ditas «próprias da idade», e outras menos próprias. No meio disto, apenas duas armas, que já deviam vir, como hoje se diz, no meu «código genético»: uma enorme curiosidade, uma visceral propensão para o «não-alinhamento». Debicava sem nexos, como qualquer galináceo, nos grãos que, ao acaso das circunstâncias, me vinham cair no minúsculo pedaço em que me movia: livros, filmes (cine-clubes), associação de estudantes, pouco mais. E sem nexos continuei, anos fora, até que, já nem sei como, dei comigo embrenhado no «mundo sartriano».

Mas por formação avesso às altas especulações filosóficas, para mim o mundo sartriano não foi, longe disso, o «L'Être et le Néant», e só mesmo bastante mais tarde foi a «Náusea». Foi o Sartre do «Humanismo», das grandes polémicas, dos grandes «prefácios» (Nizan, Genet), do «teatro de situação» (sabia quase de cor o «Huis Clos» e a «P... Respectueuse»), do «Mur», de «L'Enfance d'un chef», dos «Chemins de la liberté»; foi a Beauvoir dos romances, da «Sagesse des Nations», e sobretudo da «Morale de l'ambiguïté» e do «Pyrrhus et Cinéas»; foi também, via Sartre, o Nizan do «Aden-Arabie» e dos

«Chiens de Garde». Daí me veio uma resposta decisiva: «não procures nexos nenhuns, não há nexos pré-determinados, tens de ser tu a construir peça a peça o teu nexo». Cada um existe pelo que faz, pelas suas escolhas: é isso que dá um «nexo» ao seu comportamento, que o constitui enquanto ser, enquanto homem. Aquilo que para uns poderá ter sido o desespero face ao «absurdo» da ausência de normas, à contingência de um mundo sem referências sólidas, foi para mim a jangada em que até hoje me mantive à tona. O saber que a aparente segurança com que outros decidiam e agiam em nome de «morais», de «princípios», de «normas», era uma mera ficção encobridora de «má-fé» fundamental, de interesses de classe, de «fraquezas feitas forças» ou de demissões inconfessadas se não inconscientes, o saber que o importante eram as decisões ou acções em si e não a sua justificação — o saber isso deu-me, a mim, enfim a segurança de quem tem de «se construir» a pulso, sem transigências, sem subterfúgios. Altruísmo ou heroísmo, arrependimentos, relações afectivas, empenhamento político — tudo de algum modo se reduzia a escolhas, assumidas ou não como tal, de que cada um é totalmente responsável, de que não tem de dar justificações, mas através das quais se expõe e se define perante os «outros».

Sartre poupou-me o psicanalista e a militância partidária.

Enfim três citações, das muitas que «abalaram o (meu) mundo»:

«(Durante a guerra) um dos meus alunos veio procurar-me: o pai rompera com a mãe, e de resto tendia a colaborar (com os alemães), o irmão mais velho fora morto na ofensiva alemã de 1940, e este jovem, com sentimentos um pouco primitivos mas generosos, desejava vingar-se. A mãe vivia só com ele, muito amargurada pela semitraição do marido e pela morte do filho, e só nele achava consolação. Nesse momento, aquele jovem tinha à escolha partir para Inglaterra e alistar-se nas Forças Francesas Livres — isto é, abandonar a mãe — ou ficar junto da mãe e ajudá-la a viver. (...) Por consequência, encontrava-se face a dois tipos de acções muito distintas: uma concreta, imediata, mas dirigida a um só indivíduo; outra dirigida a um conjunto muito mais vasto, uma colectividade nacional, mas por isso mesmo ambígua, e que se arriscava a ser interrompida a meio. E ao mesmo tempo hesitava entre dois tipos de moral. Por um lado uma moral da

simpatia, da dedicação individual, e por outro uma moral mais larga, mas duma eficácia mais contestável. Quem o podia ajudar a decidir? (...) (p. ex.) eu só posso dizer «gosto o bastante para ficar junto dela», se fiquei junto dela. Não posso determinar o valor desse afecto a não ser que, precisamente, tenha praticado um acto que o confirme e o defina. Ora, como peço a esse afecto que justifique o meu acto, sou arrastado num círculo vicioso. (...) Não posso buscar em mim o estado autêntico que me levará a agir, nem pedir a uma moral os conceitos que me permitam agir. De qualquer modo, dir-me-ão, ele foi ver um professor para lhe pedir conselho (...). [Mas] escolher um conselheiro, já é «empenharmo-nos» nós-mesmos. (...) Vindo procurar-me, ele sabia a resposta que eu lhe ia dar, e eu não tinha outra: você é livre, escolha, isto é, invente». (Sartre, in «*L'existencialisme est un humanisme*»). «Conheci uma criança que chorava porque o filho da sua porteira tinha morrido; os pais deixaram-no chorar, até que se agastaram. «Apesar de tudo, esse miúdo não era teu irmão». A criança limpou as lágrimas. Mas aquele era um perigoso ensinamento. Inútil chorar por um miúdo estranho: seja. Mas porque chorar pelo seu irmão? (...) «Esse miúdo não é meu irmão». Mas se eu choro por ele, é porque não me é estranho. São as minhas lágrimas que decidem. Nada está decidido antes de mim». (Simone de Beauvoir, in «*Pyrrhus et Cinéas*»).

Por último esta outra, que me restitui ao início deste texto (e que toda uma geração aprendeu de cor):

«Eu tinha vinte anos. Não deixarei ninguém dizer que é a idade mais bela da vida.

«Tudo ameaça de ruína um jovem: o amor, as ideias, a perda da família, a entrada no mundo dos grandes. É duro aprender a nossa parte no mundo». (Paul Nizan, in «*Aden-Arabie*»).





## INDICE

|  |                |
|--|----------------|
| <b>PREFACIO .....</b>                                  | <b>7</b>       |
| <b>O PANTANO DEMOCRATICO .....</b>                     | <b>13</b>      |
| <br><b>SOBRE A ESQUERDA</b>                            |                |
| 1 — A IDEIA E OS INTELECTUAIS .....                    | 99             |
| 2 — EXERCICIO DE METODO — A MARGINALIDADE .....        | 115            |
| 3 — EXERCICIO DE METODO — O PACIFISMO .....            | 123            |
| 4 — RESISTIR OU RE-EXISTIR .....                       | 131            |
| <br><b>MEMORIA</b>                                     |                |
| 1 — NO REINO DOS FALSOS AVESTRUZES .....               | 139            |
| 2 — A AD E NOS .....                                   | 145            |
| 3 — SR. DEPUTADO! .....                                | 153            |
| <br><b>DEDICATORIA — SARTRE, A MINHA JANGADA .....</b> | <br><b>159</b> |

## **COLECÇÃO MATERIAIS**

- 1 — A GUERRA DA MINA E OS MINEIROS DA PANASQUEIRA**
- 2 — A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO**
- 3 — A INVENÇÃO DA MULHER**
- 4 — PUTA DE PRISÃO**
- 5 — NO REINO DOS FALSOS AVESTRUZES**

### **A SAIR**

- 6 — ANDA UMA MÃE A CRIAR FILHAS PARA ISTO!**

Impresso SELEGRAFe  
ex. 3000



RJ